
PIBIC/CNPq
RELATÓRIO FINAL

R.F. Reformulados
01/0

“Um estudo sobre as origens dos recursos utilizados na realização de ações no terceiro setor brasileiro nos anos 90”

Nome: Luciana Veloso Rocha
Orientador: Prof. Luiz Carlos Merege

São Paulo
2001

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – UM SETOR EMERGENTE	1
1. O SETOR INDEPENDENTE	3
2. ORIGEM DOS RECURSOS	5
2.1 <i>Capital Social</i>	5
2.2 <i>O Mapeamento das Origens segundo Leilah Landim</i>	6
2.3 <i>Sustentabilidade</i>	9
3. ESTUDO DE CASOS	10
3.1 <i>Empresariado</i>	12
3.1.1 Fundação Bradesco	17
3.1.1.1 Apresentação	17
3.1.1.2 Origem dos Recursos	18
3.1.2 Instituto Multiplicar	21
3.1.2.1 Histórico	21
3.1.2.2 Apresentação	21
3.1.2.3 Origem dos Recursos	23
3.1.2.4 Programa Prova de Êxito	23
3.1.2.5 Ações	24
3.2 <i>Voluntariado</i>	26
3.2.1 Instituto C&A de Desenvolvimento Social	32
3.2.1.1 Apresentação	32
3.2.1.2 Origem dos Recursos	32
3.2.1.3 Voluntariado	33
3.2.2 Pastoral da Criança	35
3.2.2.1 Apresentação	35
3.2.2.2 Origem dos Recursos	36
3.3 <i>Instituições Religiosas</i>	41
3.3.1 UNIBES	43
3.3.1.1 Apresentação	43
3.3.1.2 Origem dos Recursos	44
3.3.1.2.1 Bazar Bernardo Goldfarb	44
3.3.1.2.2 Farmácia Privativa	45
3.3.1.2.3 Voluntariado	45
3.3.2 Visão Mundial	46
3.3.2.1 Apresentação	46

3.3.2.2 Compromisso	46
3.3.2.3 Desenvolvimento Econômico	47
3.3.2.4 O Marco Legal	47
3.3.2.5 Origem dos Recursos	48
3.3.2.5.1 Programa de Apadrinhamento	49
3.4 <i>Organismos Internacionais</i>	50
3.4.1 Banco Interamericano de Desenvolvimento	54
3.4.1.1 Apresentação	54
3.4.1.2 Atuação no Brasil	56
3.4.1.2.1 Programa de melhoramento urbano Favela-Bairro no Rio de Janeiro	56
3.4.1.2.2 Programa de saneamento básico do Distrito Federal.....	56
3.4.1.2.3 Light - Serviços de Eletricidade	56
3.4.1.2.4 Programa de desenvolvimento sustentável para o Pantanal	57
3.4.1.2.5 Projeto da usina hidrelétrica de Cana Brava	57
3.4.1.2.6 Consolidação e auto suficiência de assentamentos do programa de reforma agrária	57
3.4.1.2.7 Projeto Energia Norte	57
3.4.1.2.8 Usina hidrelétrica Dona Francisca	58
3.4.1.2.9 Utilização sustentável da floresta tropical no Acre	58
3.4.1.2.10 Fundo técnico para novas campanhas de software	58
3.4.1.2.11 Fundo técnico em Santa Catarina	58
3.4.1.2.12 Regulamentação de planos de saúde privados	59
3.4.1.2.13 Programa de capacitação de sindicatos	59
3.4.2 UNICEF	60
3.4.2.1 Apresentação	60
3.4.2.2 Atuação no Brasil	60
3.4.2.3 Origem dos Recursos	61
3.4.2.3.1 Criança Esperança	61
3.4.2.3.1.1 Evolução do Montante de Recursos	62
3.5 <i>Governo</i>	65
3.5.1 Organização Internacional do Trabalho	68
3.5.1.1 Apresentação	68
3.5.1.2 Declaração de Filadélfia	68
3.5.1.3 A erradicação do trabalho infantil	69
3.5.1.4 Atuação no Brasil	71
3.5.1.5 Origem dos Recursos	73
3.5.2 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	74
3.5.2.1 Apresentação	74
3.5.2.2 Atuação	74
3.5.2.3 Origem dos Recursos	74
3.5.2.3.1 Recursos do FAT	75
3.5.2.3.2 Empréstimos Externos	75
3.5.2.4 Apoio a Investimentos Sociais	75
3.5.2.4.1 Investimentos Sociais em 1998	76
3.5.2.4.2 Investimentos Sociais em 1999	77

3.5.2.5 Ações Desenvolvidas no Contexto da Temática de Desenvolvimento Social	78
3.6 Incentivos Fiscais	82
3.6.1 Projeto Centro Rexona de Excelência do Voleibol	88
3.6.1.1 Apresentação	88
3.6.1.2 Princípios e estratégias adotados para atingir os objetivos	89
3.6.1.2.1 Princípio orientador do projeto	89
3.6.1.2.2 Ações que compõem o projeto	89
3.6.1.2.3 Estrutura do projeto	90
3.6.1.2.4 Participação dos beneficiários no projeto	90
3.6.1.2.5 Perspectivas de futuro do projeto	90
3.6.1.3 Fases de Execução do Projeto	91
3.6.1.4 Estratégias de Avaliação	91
3.6.1.5 Resultados Obtidos	91
3.6.1.5.1 Resultados e aprendizagens advindas para a empresa em decorrência da realização do projeto	92
3.6.1.5.2 Problemas, dificuldades e insucessos da experiência	92
3.6.1.5.3 Novas oportunidades de ação vislumbradas com a realização do projeto	92
3.6.1.6 Divulgação	92
3.6.1.7 Investimentos e Recursos Mobilizados	93
3.6.1.7.1 Outros recursos da empresa investidos no projeto	93
3.6.1.7.2 Recursos Humanos	93
3.6.1.7.3 Envolvimento de voluntários na realização do projeto	93
3.6.1.7.4 Parcerias e outros apoios externos financeiros mobilizados para a realização do projeto	94
3.6.1.7.5 Utilização de incentivo fiscal federal para a realização do projeto	94
3.6.2 Instituto Telemar	95
3.6.2.1 Apresentação	95
3.6.2.2 Carteira de Recursos Alternativos	96
3.6.2.3 O Instituto e a Empresa Instituidora	96
3.6.2.4 A Organização e o Instituto Telemar	97
3.6.2.5 Museu do Telefone/Espaço Telemar	97
4. CONCLUSÃO.....	99
4.1 Empresariado	99
4.2 Voluntariado	99
4.3 Religião	100
4.4 Organismos Internacionais	101
4.5 Governo	101
4.6 Incentivos Fiscais	102
4.7 Visão Geral.....	102
4.8 Fontes Financiadoras X Vantagens	105
4.9 Fontes Financiadoras X Desafios	106
4.10 Fontes Financiadoras X Motivação	107
4.11 Fontes Financiadoras X Recursos Necessários.....	107
4.12 Fontes Financiadoras X Tipos de Apoio	108
5. BIBLIOGRAFIA	109

Apresentação – Um Setor Emergente

O campo de estudos do terceiro setor é uma das áreas mais novas e verdadeiramente multidisciplinares das Ciências Sociais, unindo pesquisadores de disciplinas como Economia, Sociologia, Ciência Política e áreas acadêmicas aplicadas como Serviço Social, Saúde Pública e Administração. O estudo do terceiro setor é uma área de conhecimento nova tanto no Brasil quanto no resto do mundo. No Brasil, as escolas de Administração começaram a debruçar-se recentemente sobre o tema. Nos Estados Unidos, com a tradição de um *nonprofit sector* firmemente enraizada, os primeiros estudos remontam apenas à década de sessenta, e pouco foi escrito sobre o tema antes do início da década de oitenta, sendo que a maior parte da produção existente provém dos anos noventa, um piscar de olhos em termos de história da ciência. Mesmo assim, o terceiro setor já mereceu a atenção de estudiosos do *mainstream* da Administração, como Philip Kotler e mesmo de Peter Drucker, um dos reconhecidos “pais” da Administração moderna. Como bem afirma Catalina Smulovitz, escrevendo sobre a América Latina, o campo de estudos do terceiro setor assemelha-se a “um corpo de pesquisa à procura de uma teoria”¹.

Terceiro setor, entre todas as expressões em uso, é o termo que vem encontrando maior aceitação para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade, voltadas, segundo aponta Rubem César Fernandes², à produção de bens públicos, como, por exemplo, a conscientização para os direitos da cidadania, a prevenção de doenças transmissíveis ou a organização de ligas esportivas. Apesar de tender a prevalecer, no Brasil a expressão divide o palco com uma dezena de outros: não-governamental, sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópicas, sociais, solidárias, independentes, caridosas, de base, associativas etc.

Neste momento, toma-se consciência no Brasil da existência de um vasto setor apenas parcialmente conhecido, que há anos vem adquirindo maturidade e experiência, atuando na execução de projetos e programas de interesse social, voltados para múltiplas realidades locais, organismos internacionais e, em escala maior do que imaginado, com o próprio Estado.

Ao se propor o reconhecimento do direito das organizações da sociedade civil de participarem ativamente da esfera pública, não apenas indiretamente, como grupos de pressão, externos ao Estado, ou através dos canais tradicionais de representação política – como os partidos políticos – avança-se em um território ainda pouco explorado, que coloca desafios para o pesquisador, para o militante, ou para o entusiasta do terceiro setor.

¹ Catalina Smulovitz, “Third Sector Research: A Call from the South”, in *ISTR Report*, Baltimore: ISTR, 1997.

² Rubem César Fernandes, *Privado Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

As questões são de ordem eminentemente *política*: *quem participa?*³ A questão central é *sob qual base de legitimidade* se dá a participação e agentes privados nesta ampliada esfera pública? As teorias explicativas dos motivos que levam ao surgimento e desenvolvimento de um terceiro setor são diversas e frequentemente contraditórias. O que é o terceiro setor, o que *deve ser* e o que *deve fazer* são questões em debate aberto no qual as posições são diversas e, por vezes, inconciliáveis.

Como os gestores governamentais e os dirigentes de ONGs têm descoberto, as questões também são de ordem *técnica* e *gerencial*: definir estratégias, atribuir responsabilidades, obter e alocar as competências organizacionais e pessoais necessárias; ou ainda, implementar processos e mecanismos de acompanhamento e controle para alcançar aquilo que é denominado, ainda ingenuamente, “parceria”.

O estudo do terceiro setor, ou das organizações sem fins lucrativos, é, atualmente, um dos temas que mais desperta interesse nas escolas e faculdades de Administração no Brasil. Este surpreendente e inesperado interesse é reflexo de um conjunto de tendências complexas e inter-relacionadas, como a adoção do discurso da *cidadania empresarial* e da *responsabilidade social* por parte das empresas privadas; dos programas de reforma do estado que ocorrem no âmbito do governo federal e em estados e municípios, baseados nos pilares de *descentralização* política e administrativa, *privatização* de espaços anteriormente reservados à esfera estatal; e, o movimento de progressiva *democratização* da sociedade brasileira, que, aos poucos, deixa para trás a herança do período autoritário. O termo terceiro setor, no uso corrente, é usado para se referir à ação social das empresas, ao trabalho voluntário de cidadãos, às organizações do poder público privatizadas na forma de fundações e “organizações sociais”. Mais do que um conceito rigoroso ou um modelo solidamente fundamentado em teoria - organizacional, política ou sociológica - terceiro setor, no Brasil, é uma *idéia-força*, um espaço mobilizador de reflexão, de recursos e, sobretudo, de ação.

Neste momento, o Estado, as empresas privadas, a mídia e a própria sociedade passam a olhar com seriedade o conjunto de organizações que compõe o terceiro setor, e a universidade é demandada para produzir conhecimento que permita compreender este fenômeno e apoiar o seu desenvolvimento. As escolas e faculdades de Administração voltam seu foco para este setor e são desafiadas a adaptar o seu arcabouço de técnicas e desenvolver conhecimento aplicado específico a ele. Apenas conhecendo a sua real configuração e identificando necessidades específicas poderão as escolas de gestão apoiar o desenvolvimento da sociedade civil organizada.

³ P. J. Simmons, “ Learning to Live With NGOs”, Foreign Policy, 112, 1998.

1. O Setor Independente

Contemporaneamente, tem crescido o número de iniciativas de caráter privado que promovem ações e prestam serviços considerados, até recentemente, atribuição exclusiva do Estado. Personalidades de destaque - empresários, artistas e outros formadores de opinião convocam a sociedade a assumir o controle de seu destino, sem confiar esta responsabilidade a governos que, alegam, não têm realizado ou *não devem* realizar este papel. Inúmeros exemplos de realizações de caráter social protagonizadas por agentes privados - indivíduos abnegados, estudantes idealistas, empresários prósperos e visionários, ou empresas "socialmente responsáveis", têm sido amplamente divulgados, debatidos e premiados por todo o país ⁴, como exemplos para a transformação social e modernização do país. *Filantropia* e *caridade* são nomes resgatados do ostracismo. *Responsabilidade social* e *cidadania* são palavras de ordem no ambiente empresarial atual.

Neste mesmo contexto, o estado, através dos governos federal, estaduais e crescentemente, no âmbito municipal, tem conclamado a sociedade civil a "participar" do espaço público. Este chamado à participação é manifestado através de diversas ações do poder público, como a formação de conselhos e instâncias decisórias de políticas públicas que incluem a participação formal de representantes da sociedade, a revisão ou instituição de leis que visam estimular a atuação de entidades sem fins lucrativos, a participação de indivíduos em organizações associativas, a promoção do voluntariado e mesmo através de programas de reforma do Estado que propõe a descentralização política e administrativa e a criação de entidades "públicas não-estatais" ⁵.

Com a intensificação destes debates inter-relacionados, retoma espaço, no uso corrente, uma expressão clássica: "sociedade civil", e surgem termos novos, como "terceiro setor", referindo-se, geralmente, às organizações sem fins lucrativos que canalizam demandas e realizam ações em favor de causas de interesse social. A preservação ambiental, a defesa de direitos humanos, a proteção de minorias, a prestação de serviços de assistência social são algumas das missões para as quais estas organizações da sociedade civil se mobilizam; assumindo ações que por vezes se assemelham, mas normalmente diferem das formas tradicionais de organização participativa, como os partidos políticos, os sindicatos e as entidades de classe.

⁴ Veja-se, como exemplos, o Prêmio ECO, da Câmara de Comércio Brasil - Estados Unidos, que premia empresas "cidadãs", o prêmio FENEAD, da Federação Nacional de Estudantes de Administração, para a implementação de projetos sociais por alunos de graduação em faculdades de Administração, o prêmio "Bem Eficiente", que certifica a qualidade da gestão de entidades sociais, entre outros.

⁵ Como exemplos de leis e ações do Governo Federal que alteram significativamente a relação entre o Estado e a sociedade, estimulando, ao menos formalmente, a participação, pode-se citar o *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*, a *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*, a lei que regulamenta e protege o *trabalho voluntário* (Lei 9.608/98), a Lei que institui a *Organização da Sociedade Civil de Interesse Público* (Lei 9.790/99), o apoio oficial à formação de centros de promoção do voluntariado (através do *Programa Voluntários* do Conselho do Comunidade Solidária) e o projeto que institui as *Organizações Sociais*, no âmbito do Plano Diretor de Reforma do Estado, entre outros.

Observam-se fenômenos semelhantes em diversas partes do mundo, como conseqüência de processos globais, como a consolidação do modelo de democracia liberal, a crise do *welfare state* e a opção contemporânea por um modelo de Estado menor, descentralizado e atuando em “parceria” com a sociedade civil.

Mundialmente, o terceiro setor – ou a sociedade civil organizada através de entidades sem fins lucrativos – vem sendo impulsionado para ampliar sua atuação no espaço público, como *substituto* do Estado como canal de interlocução das demandas da sociedade, ou, principalmente, como “parceiro” deste. Particularmente na área social, o terceiro setor é convocado a tornar-se um colaborador privilegiado do Estado na execução de programas públicos. A parceria Estado -terceiro setor é justificada tanto por critérios técnicos e de gestão, como uma alternativa à morosidade e ineficiência da burocracia do Estado, quanto também, por argumentos que identificam nesta relação um caminho de fortalecimento da democracia, através da ampliação das instâncias de participação do cidadão na esfera pública e no controle social do Estado.

Neste quadro, desempenha uma importante função o sistema de *cooperação internacional*, cujo papel é relevante na definição e implementação das políticas públicas nos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. Esta vem adquirindo uma nova conformação, com a ampliação do interesse de entidades internacionais em atuar diretamente com a sociedade civil organizada, na execução de ações de caráter social em nível local e comunitário. Hoje, a presença de organizações da sociedade civil é considerada condição essencial em projetos financiados por agências multilaterais de desenvolvimento.

Este contexto de ampliação do número e do papel das organizações da sociedade civil em todo o mundo tem atraído a atenção de estudiosos e leva-os a fazer afirmações ambiciosas, como esta frase de Lester Salamon: “*encontramo-nos em meio a uma revolução associativa global, que pode provar tornar-se tão significativa no fim do século vinte quanto a emergência da estado-nação no século dezanove*”⁷.

6 Na categoria de entidades internacionais podem ser diferenciadas as organizações governamentais (como as americanas USAID e a Fundação Inter-Americana); semi-públicas (como a holandesa NOVIB); não-governamentais (como a Fundação W. K. Kellog); e multilaterais (as organizações do sistema das Nações Unidas são o principal exemplo).

7 Lester Salamon, “The Rise of the Nonprofit Sector” Foreign Affairs. Vol. 73, N.º4. 1994

2. Origem dos Recursos

2.1 Capital Social

A literatura da corrente contemporânea da ciência política que investiga a relação entre “valores coletivos”, “vida cívica” e instituições democráticas teve forte influência no campo de estudos do terceiro setor. Os mais conhecidos autores dessa corrente são Robert Putnam e o controverso Francis Fukuyama.

Capital Social é definido por Putnam como um “recurso moral”, um conjunto de “*características da organização social, tais como confiança, normas, redes, que podem aumentar a eficiência de uma sociedade ao facilitar a ação coordenada*”⁸. Fukuyama segue este caminho. Este autor aponta que os valores de reciprocidade, obrigação moral, dever para com a comunidade e confiança não são um anacronismo em sociedades capitalistas modernas, mas uma condição essencial para o seu sucesso: “Hoje, abandonada a promessa de engenharia social, praticamente todos os observadores sérios compreendem que instituições políticas e econômicas liberais dependem de uma saudável e dinâmica sociedade civil para sua vitalidade”⁹.

A compreensão do processo de acumulação de capital social é uma questão central para esta corrente. Fukuyama vê a acumulação como um lento e misterioso processo cultural, facilmente perturbado por políticas governamentais. Para Putnam, este processo é caracterizado por ciclos virtuosos de acumulação e ciclos viciosos de destruição de capital social. A preocupação de ambos os autores com o processo de criação e perda de capital social coincide com um diagnóstico de degradação da vida cívica em seu país, os Estados Unidos: em outro ensaio influente, Putnam afirma que o nível de filiação a associações voluntárias tem caído fortemente nos Estados Unidos nos últimos anos, levando a uma crise de engajamento cívico que poderia, em última instância, debilitar as instituições democráticas do país¹⁰.

Esta corrente, novamente, não tem por objeto específico as organizações sem fins lucrativos ou o Terceiro Setor. De maneira semelhante às anteriormente apresentadas, refere-se a associações voluntárias ou organizações cívicas que podem ou não assumir a forma jurídica de organizações sem fins lucrativos.

⁸ Robert Putnam, op. Cit.

⁹ Fukuyama define sociedade civil como “*um complexo emaranhado de instituições intermediárias, incluindo empresas, associações voluntárias, instituições de ensino, clubes, sindicatos, mídia, instituições de caridade e igrejas*”.

¹⁰ Robert Putnam, “Bowling Alone: America’s Declining Social”, *Journal of Democracy*, 6, 1995.

O conceito de capital social, em linha com a perspectiva pluralista, não atribuiu propriedades positivas ou virtuosas às *organizações específicas* no âmbito da sociedade, mas afirma que o conjunto de organizações - o *setor* - desempenha um papel virtuoso no funcionamento do mercado e na qualidade das instituições democráticas.

2.2 O Mapeamento das Origens segundo Leilah Landim

O financiamento das organizações sem fins lucrativos envolve uma série de processos variados e complexos. As diversas formas de obtenção de recursos utilizadas por tais entidades pressupõem relações diversificadas com setores sociais e campos institucionais variados. Apenas o financiamento indireto do Estado (isenções fiscais) é recebido por todas as instituições.

As fontes dos recursos dessas organizações podem ser governamental ou privada, por meio de convênios, contratos, doações...Tais recursos podem originar-se ainda da geração de receita pelas próprias organizações. "O peso relativo dessas diversas fontes de recursos para as organizações sem fins lucrativos varia de país para país, assim como é diferenciada a estrutura de financiamento para cada subconjunto de organizações que compõem o setor" 11.

Alguns exemplos podem ilustrar essa diversidade. Um refere-se ao financiamento das ONGs, ao longo de sua história, por organizações de Cooperação Internacional. Apesar desse quadro vir modificando-se com os anos (através de novas parcerias e associações), segundo dados de 1994 da ABONG (Associação Brasileira de Organizações não governamentais), 76% dos recursos de tais organizações provêm de agências internacionais não-governamentais, sendo que mais 7% tinham origem em agências internacionais bi ou multilaterais. Uma outra pesquisa em 1998 revelou que em torno de 42% das ONGs dependem da Cooperação Internacional para financiar entre 70 a 100% do seu orçamento total.

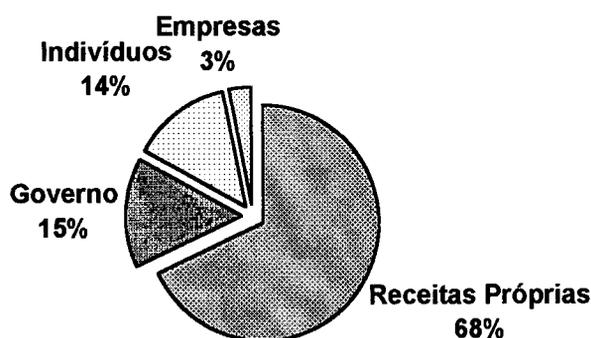
Outro exemplo diz respeito às chamadas organizações filantrópicas ou assistenciais, em que se observa a importância do papel da igreja aliada com o Estado. Dados de uma pesquisa realizada por CERIS/CNBB em 1982 indicam a média de 300 obras sociais católicas criadas por ano, sendo suas fontes de sustentação Igreja e doações; e Igreja, governo e doações.

Citando Leilah Landim: "Esses exemplos revelam que a lógica de obtenção de recebimento de recursos pelo setor passa por redes de relações diferenciadas, construídas em termos de afinidades específicas e socialmente qualificadas".

11 Leilah Landim e Neide Beres, "Ocupações, despesas e recursos: As organizações sem fins lucrativos no Brasil" - Rio de Janeiro: Nau, 1999.

No que diz respeito aos números do terceiro setor, segundo uma pesquisa realizada pela *Universidade Johns Hopkins*, as fontes de recursos para a totalidade do setor sem fins lucrativos no Brasil seguem a seguinte distribuição: 68% provêm de receitas próprias (como taxas de associados, venda de bens e serviços no mercado, ou rendimento de patrimônio líquido); 17,2% originários de doações privadas de diferentes tipos (81% dessas doações cabem à indivíduos e 18,6% à empresas lucrativas); 3,2% vindos de empresas privadas; e 14,5% de transferências governamentais.

Fontes de Recursos das Organizações sem Fins Lucrativos no Brasil (1995)



Fonte: Pesquisa comparativa Johns Hopkins – ISER

Fontes de Recursos	Valores	%
Governo	1.769,70	14,55%
Federal	839,3	47,43%
Estadual	627,2	35,44%
Municipal	303,2	17,13%
Doações Privadas	2.090,90	17,19%
Empresas	388,9	18,60%
Indivíduos	1.702,00	81,40%
Receitas Próprias	8.305,30	68,27%
Total de Receitas	12.165,90	100,00%

Fonte: Pesquisa comparativa Johns Hopkins - ISER

Estes dados apesar de serem surpreendentes para as imagens usuais das organizações de terceiro setor, já que mostram a predominância de recursos provenientes de receitas próprias, condizem com a realidade no planos internacional. Mas deve-se ressaltar que o Brasil e a América Latina (74%) estão bem acima da média dos outros países estudados (49%), fato que pode ser

atribuído ao peso econômico das áreas de Saúde (89% de recursos próprios) e Educação (82%).

Este estudo indica ainda, numa visão comparativa e global, que entre os países desenvolvidos, as doações privadas são mais altas nos EUA e em Israel, mas nunca ultrapassando 13% do total de recursos. A pesquisa constatou que, na média dos países, a maior parte dos recursos privados provém de pessoas físicas. No Brasil, como já foi citado anteriormente, a parcela é de 81%, sendo que cerca de 21% da população do país doa algo em torno de R\$ 1,7 bilhão, o que corresponde a uma doação média de R\$ 158,00 per capita/ano. Tais dados, entretanto, devem diferir-se bastante da realidade, primeiro porque o estudo limitou-se a trabalhar com dados de doações informados nas declarações Imposto de Renda, e segundo porque, nos últimos quatro anos, houve um nítido aumento nos investimentos sociais feitos por empresas, consequência da expansão do movimento de cidadania empresarial. Considerando que 29% dos brasileiro fazem doação de bens para instituições sociais, o contingente de doadores chega a 50% em todo o país. No Brasil, 16% da população acima de 18 anos atua ou já atuou voluntariamente em instituições sociais.

Outro aspecto importante revelado pela pesquisa é a que o conceito norte-americano da "redução do estado no campo da proteção social" é um mito que não sustenta-se a uma mera análise dos dados: o período de maior crescimento do setor não lucrativo coincidiu com o financiamento do governo e não com o aumento das doações privadas. A pesquisa mostrou que o financiamento governamental está diretamente relacionado com o tamanho do terceiro setor.

Na média dos países que figuram na pesquisa, 40% dos recursos provêm do Estado. O Brasil e outras nações da América latina ficam bem abaixo com 15%. (ver dados abaixo)

GOVERNO	
Brasil	15,50%
América Latina	15,50%
Média dos 22 países	40,10%
DOAÇÕES PRIVADAS	
Brasil	10,70%
América Latina	10,40%
Média dos 22 países	10,50%
RECEITAS PRÓPRIAS	
Brasil	73,80%
América Latina	74,10%
Média dos 22 países	49,40%

Fonte: *Carta de Educação Comunitária – Ano V*
 – N 26 JUNHO – JULHO/2000 Publicação
 bimestral do Centro de Educação Comunitária
 para o Trabalho do SENAC - SP

2.3 Sustentabilidade

Sustentabilidade, viu-se anteriormente, é um termo que se presta a muitos significados, mas é entendido aqui como a capacidade de captar recursos - financeiros, materiais e humanos - de maneira suficiente e continuada, e utilizá-los com competência, de maneira a perpetuar a organização e permiti-la alcançar os seus objetivos.

Todos os segmentos do terceiro setor parecem passar por uma crise de sustentabilidade: a garantia de recursos continuados, se um dia houve, pertence ao passado. Isto vale, indistintamente, para as organizações que captam seus recursos financeiros no Estado, de empresas privadas e de pessoas físicas.

Uma das competências mais necessárias para o gestor do terceiro setor é a capacidade de conhecer e desenvolver todas as possibilidades disponíveis de obtenção de recursos, de maneira a tê-los em volume suficiente de forma continuada e sem gerar dependência ou subordinação a nenhuma fonte individual de financiamento. Estas fontes podem ser filantrópicas ou comerciais, volumosas ou pequenas, pontuais ou de longo prazo: cada qual tem o seu potencial, suas limitações e seus caminhos, mais adequados para sua obtenção. A sustentabilidade financeira se atinge através da combinação habilidosa destas fontes.

Da mesma forma que os recursos financeiros, os recursos humanos de uma organização devem ser identificados, formados, estimulados e mantidos com competência. Na medida em que o terceiro setor se torna mais visível e mais competitivo, a atração e retenção de pessoas, inclusive de voluntários, passa a se pautar por critérios que se assemelham àqueles utilizados por organizações empresariais. Mais ainda: o trabalho voluntário compete pela atenção das pessoas com as opções de lazer, com a convivência em família e até com o ócio.

A sustentabilidade não se limita à capacidade de captação dos recursos de que uma organização necessita, mas também a seu emprego de maneira eficiente, de modo a maximizar os resultados alcançados e assegurar que a entidade continuará contar com o apoio do público.

3. Estudo de Casos

O estudo de casos foi a metodologia escolhida por ser adequada a pesquisas organizacionais de natureza exploratória e qualitativa, que têm como objetivo o aprofundamento de análise de dados específicos de uma determinada unidade organizacional.

As entidades aqui estudadas são casos bem sucedidos escolhidas de acordo com sua origem de recursos característica. Assim, os casos estão divididos em: organizações que se apóiam no voluntariado, nas verbas vindas de empresas privadas, nos incentivos fiscais, organismos internacionais que atuam no Brasil e organismos do governo que financiam projetos de combate ao trabalho infantil.

Procurou-se analisar as seguintes questões em cada caso:

- O tipo de entidade.
- Sua área de atuação.
- Seu número de voluntários e/ou funcionários.
- As suas fontes de recursos.
- O fluxo desses recursos.
- O tipo de projeto financiado.
- De que maneira é empregado e alocado o capital disponível.
- Como são monitorados os resultados dos projetos.

Para tanto, foi enviado às entidades aqui estudadas um questionário que procurou abranger estas questões (anexo 1). Os questionários foram enviados por e-mail para algumas entidades, enquanto que em outras houve a possibilidade de responde-los por meio de uma entrevista feita com um executivo da organização. Além disso, informações contidas nos casos foram complementadas por dados obtidos em relatórios anuais, sites e folders institucionais da entidade. A fonte dos dados e informações de cada caso será melhor explicitada na análise dos casos.

Os dados obtidos nos questionários foram tabulados para que se pudesse fazer uma comparação entre as entidades segundo a origem dos seus recursos, reconhecendo diferença e semelhanças de comportamento. Tais informações estão contidas na conclusão da pesquisa.

Anterior ao casos foi feita uma introdução teórica sobre cada fonte de recurso que foi estudada, para dar um panorama geral da fonte e para que os casos tornassem-se mais ilustrativos.

Houve uma algumas alterações nas entidades que foram propostas no projeto inicial da pesquisa, mas que não alteraram em nada a significância do estudo pois foram substituídas por entidades equivalentes. As razões principais para tais mudanças foram: a dificuldade de comunicação com a entidade e a melhor alocação da organização em outra fonte de recurso.

Sendo assim, o Instituto C&A foi substituído pelo Instituto Multiplicar, já que aquele já ia ser estudado como um caso de voluntariado. A Igreja Universal do Reino de Deus foi substituída pela UNIBES, por dificuldade de comunicação

com a entidade. Da mesma maneira LBV e UNESCO foram substituídos, respectivamente, por Pastoral da Criança e BID. A Fundação Bank Boston foi retirada da pesquisa por ter sido inviável fazer mais de dois casos por origem de recurso.

3.1 Empresariado

O setor empresarial foi um dos grandes responsáveis por erguer a bandeira e trazer a público a promessa do terceiro setor. Cidadania empresarial é um termo que tem sido utilizado para descrever o papel de responsabilidade social e ambiental das empresas. Não se trata exclusivamente de filantropia, no sentido de caridade desinteressada, mas de *enlightened self-interest*¹² ou investimento estratégico¹³: um comportamento de aparência altruísta, como a doação a uma organização sem fins lucrativos, que atende também a interesses (mesmo que indiretos) da empresa, como a contribuição à formação de uma imagem institucional positiva ou o fortalecimento de mercados consumidores futuros. Na defesa de seu próprio interesse de longo prazo, empresas adotam a prática de apoiar atividades como projetos de proteção ambiental, promoção social no campo de educação e saúde, dentre outros. O envolvimento de empresas se realiza tipicamente através de doações de recursos, da operação direta de programas, ou através de relações genericamente denominadas “parcerias” com organizações da sociedade civil.

O argumento de “fazer o bem”, ou admitir apenas os benefícios de longo prazo de contribuir para a construção de uma sociedade com menos violência, com consumidores mais prósperos ou trabalhadores mais qualificados, não explica satisfatoriamente o comportamento empresarial de investir em projetos sociais, apoiar instituições sem fins lucrativos ou criar fundações ou instituições filantrópicas. Em um meio onde, supostamente, prevalece a racionalidade econômica e onde o interesse principal é a maximização de lucros bem como da riqueza dos acionistas, o apoio a fundo perdido a iniciativas sociais parece ser um comportamento irracional, do ponto de vista da empresa, pois os problemas sociais são inúmeras vezes maiores do que o impacto provocado pela ação de qualquer empresa individual, e o benefício do investimento social de uma empresa é *público*: isto é, torna-se disponível para todos, inclusive outras empresas, tenham desembolsado por ele ou não. Assim, não haveria incentivo para realizar este investimento, já que mais racional seria esperar que outra empresa o fizesse.

Tendências do ambiente empresarial confluem, levando as empresas a tomarem caminhos de investimento social que não são, à primeira vista, compatíveis com o objetivo racional de maximização do retorno dos seus acionistas. O ambiente contemporâneo, marcado pela globalização, incremento da competitividade e retração do Estado, tem conferido às empresas privadas uma posição de destaque cada vez maior no Brasil e em todo o mundo. Esta posição de força as obriga a assumir novos papéis e, ao mesmo tempo em que parece transformá-las nas potências indisputadas do mundo moderno, acaba por fragilizá-las e expô-las de uma nova forma.

12 Jonh A. Yankey, Corporate Support of Nonprofit Organizations: Partnerships Across Sectors. In Dwight F. Burlingame & Dennis R. Young (eds.), Corporate Philantropy at the Crossroads, Indianopolis: Indiana University Press, 1996.

13 Craigh Smith, The New Corporate Philantropy, In Harvard Business Revew, CambrigeLHarvard BusinessSchool, mai./jun..1994

A atuação das empresas e sua *responsabilidade* pelos seus atos é questionada e monitorada pela sociedade. A assunção do discurso de responsabilidade social e ambiental pelo empresariado é uma reação às mudanças na sociedade frente a episódios ocorridos nos anos oitenta e noventa que tiveram conseqüências fortemente negativas para algumas organizações, como a Union Carbide, em decorrência da tragédia de Bhopal, em 1984; a Exxon, em função do derramamento de petróleo no Alasca, em 1989; e a Shell, seguidamente denunciada por apoiar o regime repressor de minorias na Nigéria em troca de favorecimento comercial.

Nos últimos anos, tem sido observado que as empresas privadas vêm mobilizando um volume cada vez maior de recursos destinados a iniciativas sociais. Tal crescimento de iniciativas privadas com sentido público é um fenômeno relativamente recente. Nesse novo ambiente, os interesses dos acionistas dividem espaço com as demandas da comunidade e dos clientes, funcionários e fornecedores. É para esse grupo, os chamados *stakeholders*, que a empresa do futuro terá que gerar valor.

Associar a empresa à imagem de boa cidadã torna-se, crescentemente, um diferencial competitivo em várias áreas, como mostra a extensa cobertura que o tema vem recebendo em publicações de negócios ¹⁴. Como política de recursos humanos, promove a imagem da empresa como “um bom lugar para se trabalhar”, ampliando a capacidade de atração e retenção de profissionais qualificados, cada vez mais sensíveis a motivações não-econômicas. Como política de mercado, fortalece a imagem institucional da empresa e, embora não contribua, necessariamente, para a venda de unidades adicionais de determinado produto, reduz riscos e barreiras ou eleva a predisposição de consumidores a relacionar-se com a empresa. Nota-se, também, uma motivação do setor empresarial em erguer a bandeira da cidadania como instrumento de pressão política contra governos, mostrando-se como exemplo alternativo à atuação social do Estado, seja por acreditar que este não deva fazê-lo, seja criticando-o por sua omissão. A vertente política conservadora no meio empresarial exerce pressão pela diminuição de impostos e pela redução da atuação do Estado. No discurso empresarial, a atuação social de empresas e das organizações privadas sem fins lucrativos é utilizada para promover uma ideologia privatista, que afirma o fracasso do Estado e idealiza as virtudes do setor privado ¹⁵.

¹⁴ Ver, por exemplo, as duas matérias de capa de Cláudia Vassalo na revista *Exame*: “Fazer o bem compensa? Por que a Filantropia Empresarial está se transformando numa Vantagem Competitiva para as Empresas”. Ano 31, Nº 9 São Paulo: Abril, 1998.

¹⁵ É digno de nota que não é esta vertente empresarial conservadora a principal propulsora do discurso da cidadania empresarial no Brasil; pelo contrário, este tem sido promovido por setores empresariais mais progressistas, que não colocam sua plataforma de atuação social como *substituta* do Estado, mas como *complementar* a este. Entretanto, a projeção que a temática da cidadania empresarial e a responsabilidade social de empresas tem tomado no Brasil se vale da anuência e mesmo do apoio que recebe do setor empresarial como um todo, setor este notadamente conservador em seus valores e posturas.

Há cada vez mais exemplos de que empresas socialmente responsáveis conquistam melhores resultados para si. Um estudo recente da Universidade de Harvard mostra que companhias preocupadas em manter relações equilibradas com todos os seus *stakeholders* crescem, em média, quatro vezes mais do que as que são focadas apenas em obter resultados para seus acionistas.

O *Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)* foi o principal responsável pela popularização, no Brasil, da expressão terceiro setor. Esta instituição construiu sua imagem pública a partir deste termo, contribuindo para formar uma definição do termo que confunde o setor empresarial e as organizações sem fins lucrativos independentes ¹⁶:

“O GIFE é composto por institutos, fundações e empresas que operam no Terceiro Setor, no Brasil, disponibilizando recursos privados para fins públicos ”

E ainda:

“O GIFE, representando o segmento advindo da atividade empresarial no Terceiro Setor, busca expressar a responsabilidade e conseqüente participação da iniciativa privada na reorganização do espaço público (...)”

¹⁷.

Tem-se então que, no Brasil, a exemplo do que vem ocorrendo em diversos cantos do mundo, o setor empresarial, o Estado e as organizações multilaterais contribuíram para a formação e o reconhecimento de um novo espaço institucional, o terceiro setor. Este terceiro setor desponta sob a promessa brilhante de eficiência, participação cidadã, inovação e qualidade; um setor que se consolida sob o signo da parceria e se mescla com o setor empresarial, como alternativa intermediária entre a atuação do Estado e a privatização. Um setor que nasce de fora para dentro, que é estranhado pelas próprias organizações que o compõem e que surge em uma época de aparente desmobilização dos movimentos sociais.

De acordo com pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo - USP, divulgada em 1999, 56% das empresas brasileiras atuam na área social. Embora não exista um levantamento geral que indique os valores totais dos recursos investidos, dados veiculados pela imprensa revelam que, apenas em 1999, as 500 maiores empresas brasileiras investiram R\$ 500 milhões em projetos sociais.

¹⁶ Silvio Caccia Bava, da ABONG, confirma esta percepção: “(...) essa idéia de Terceiro Setor vem na esteira da organização das fundações empresariais; no Brasil, é a tentativa do GIFE – Grupo de Instituições (sic), Fundações e Empresas (...)”. Entrevista com Silvio Caccia Bava – Presidente da ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, obtida no site <http://www.cogeae.pucsp.br/~sircrj/utild/trabalha/polsoc/abong.html>.

¹⁷ GIFE, Brasil. Folder Institucional do GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas.

Em abril de 2000, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea divulgou o resultado de uma pesquisa intitulada Ação Social das Empresas, realizada na Região Sudeste do País. O universo investigado foi de 445 mil empresas, das quais 300 mil - o equivalente a 2/3 - afirmaram desenvolver algum tipo de ação social.

Dentre as empresas pesquisadas, 48% afirmou atuar por meio de doações a organizações que executam projetos sociais; 44% através de doações diretas à população carente; 32% por meio de execução direta de ações sociais; 10% através de repasse de recursos para Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente; 5% através de repasses para outros fundos; 4% por meio de parcerias com organizações comunitárias; 1% através de entidade criada pela própria empresa para este fim; e 1% por meio de associações, federações ou confederações.

Outra questão relevante observada na pesquisa é que são poucas as empresas que acompanham de perto o que acontece com as ações sociais que elas apóiam ou realizam: somente 12% declararam efetuar avaliações documentadas sobre as atividades que promoveram em 1998. Em 60% desses casos o acompanhamento foi feito pela própria empresa e, nos demais (40%), quem avaliou foi a mesma entidade que executou as ações. À medida que cresce o tamanho da empresa aumenta, relativamente, seu interesse em conhecer e registrar os resultados da própria atuação na área social: 20% dos dirigentes dos estabelecimentos de maior porte informaram ter realizado avaliações em 1998. Esse percentual é duas vezes menor nas pequenas empresas, onde os recursos aplicados individualmente não devem estimular avaliações isoladas.

No segundo semestre de 1999, Oxfam, Catholic Relief - CRS, Save the Children e Visão Mundial planejaram e desenvolveram, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, pesquisa sobre a responsabilidade social das empresas no Nordeste e a percepção desse segmento em relação ao trabalho das ONGs. O levantamento foi realizado nas regiões metropolitanas de Recife (PE), Natal (RN) e Salvador (BA), abrangendo áreas responsáveis por 60% do PIB nordestino.

A pesquisa revelou que esta prática é recente, tendo sido iniciada, pela metade das entrevistadas, na década de 1990. Apenas em Recife uma parcela significativa (1/4) iniciou as atividades na década de 1960. A justificativa para este tipo de investimento variou de acordo com o responsável pelas respostas. Os diretores citaram a "criação de bem-estar social", e gerentes e outros apontaram a imagem da corporação e o relacionamento com a comunidade.

Quanto ao tipo de contribuição, constatou-se que mais de 80% das iniciativas envolvem doações - financeiras ou de produtos e equipamentos -, e que 2/3 das empresas não têm orçamento definido para estas atividades. Apesar de a maioria das entrevistadas ter preferido não informar o volume de recursos destinado às atividades sociais, as respostas disponíveis indicam que para mais da metade o valor é inferior a R\$ 10 mil anuais.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada no Nordeste, entre as empresas que não realizam nenhum tipo de trabalho nesta área, 52% alegou falta de recursos. No entanto, a maioria já pensou em se engajar neste tipo de

atividade. Para elas, as atividades "filantrópicas" não trariam qualquer problema, risco ou ameaça, e a maior dificuldade apontada foi a "falta de conhecimento sobre o trabalho das ONGs". Como motivação para se engajarem futuramente, 64% apontou a "consciência sobre a responsabilidade social", 7% "a divulgação e a melhoria da imagem da empresa" e 4% indicou o "fortalecimento das ONGs", entre outras repostas.

A falta de conhecimento sobre o trabalho das ONGs o que, conseqüentemente, traduz-se nas poucas parcerias celebradas entre instituições empresarias e estas organizações, pode ser verificada pelo resultado da pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião - Iser, em parceria com a universidade norte-americana Johns Hopkins sobre as fontes de financiamentos das organizações sem fins lucrativos. Realizado em 1995, o levantamento demonstra que as doações provenientes de empresas correspondiam a 3,2% das fontes de recursos das organizações privadas sem fins lucrativos. A principal fonte de financiamento apontada foram os recursos próprios (68,3%), seguida pelo governo (14,5%) e por doações de indivíduos (14%).

É importante ressaltar que a atuação das empresas no campo social vem se modificando com o passar dos anos, se tornando cada vez mais "profissional". Um exemplo disso é o novo conceito de filantropia empresarial que está sendo divulgado: é a chamada filantropia estratégica. A filantropia estratégica é uma prática que vem crescendo com sucesso. No caso brasileiro é a melhor alternativa para as empresas que querem causar o máximo de impacto junto à comunidade com um mínimo de recursos. Em vez de dispersar seus recursos filantrópicos entre uma dezena de entidades a empresa deve abraçar uma única causa e ficar conhecida por ela. O Boticário, por exemplo, tem a imagem associada à proteção ao meio ambiente e a C&A, à educação infantil.

Pode-se afirmar, então, que cada vez mais a filantropia começará a fazer parte da estratégia global das empresas brasileiras, tornando-se essencial para a sobrevivência da organização.

3.1.1 Fundação Bradesco

3.1.1.1 Apresentação

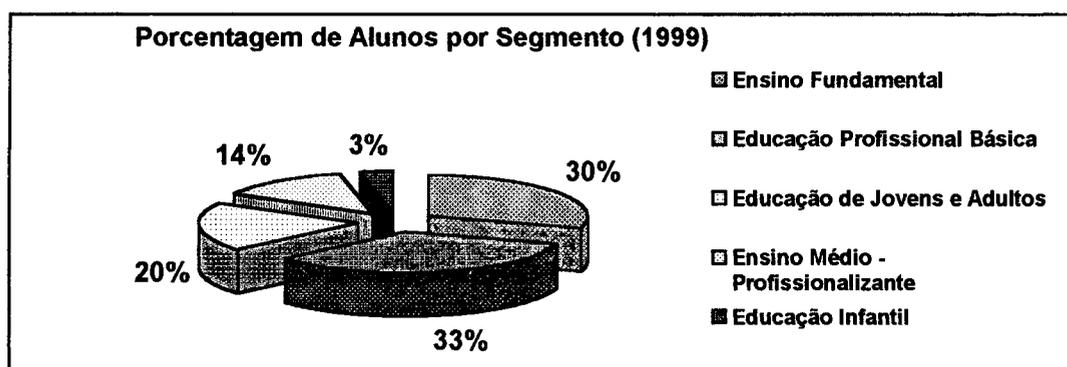
A Fundação Bradesco é uma entidade filantrópica que atende crianças, jovens e adultos através de projetos educacionais, acreditando que desta forma está reduzindo as desigualdades sócio-culturais da população de baixa renda.

Criada em 22 de Novembro de 1956, está presente em 24 dos 26 Estados brasileiros e Distrito Federal, através das escolas que constrói, equipa e mantém. Nas zonas urbanas ou rurais, as Unidades Escolares estão situadas em comunidades onde há acentuada carência educacional e assistencial. Por esta razão, os alunos do curso regular recebem, além do ensino, alimentação, assistência médica e odontológica, material escolar e uniforme.

Em 1999 foram atendidos 98.134 alunos, num investimento de R\$ 91.723 milhões/ano. Do total de alunos, 45.705 pertenceram ao ensino regular, incluindo a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissionalizante. Os demais cursaram a Educação de Jovens e Adultos (via Teleducação) e Educação Profissional Básica.

Ainda em 1999, 91 jovens concluíram o Ensino Médio. Nos cursos técnicos, a Fundação Bradesco formou 3.511 alunos, nas áreas de: administração, contabilidade, administração/contabilidade, eletrônica, informática, agropecuária e curso de magistério. No total foram 3.602 alunos no ano passado, que integram os 38.003 concluintes desde o início desta modalidade de ensino.

Na Educação de Jovens e Adultos, além das classes localizadas nas escolas da fundação, são feitos convênios com empresas, onde os alunos/funcionários estudam dentro do próprio local de trabalho. Ano passado (1999), foram 19.185 pessoas engajadas nesta modalidade de ensino.

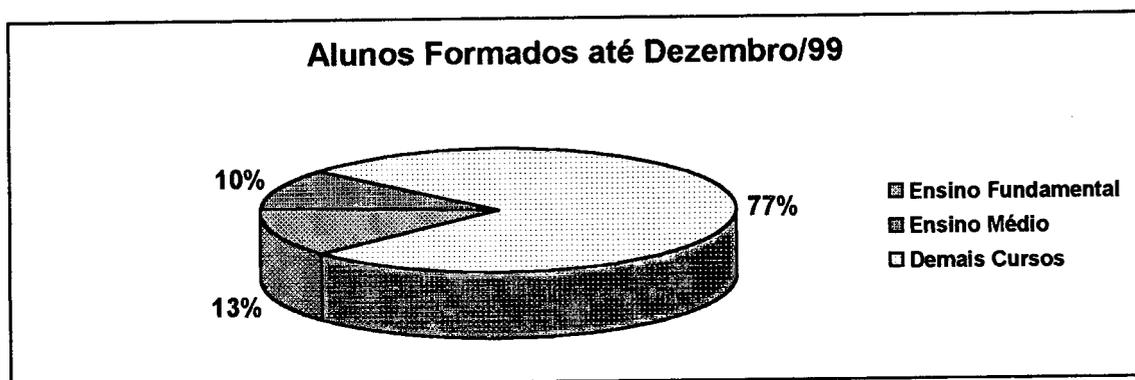


Fonte: Relatório de Atividades de 1999 da Fundação Bradesco

Em todos os projetos e atividades de grupo, percebe-se uma alto grau de envolvimento dos alunos, denotando o desenvolvimento de aspectos cognitivos e sociais, bem como o crescente interesse pelo estudo. Este projeto não só resgata a cidadania do indivíduo, através do direito ao conhecimento, como aumenta sua chance de permanência no mercado de trabalho, o que permite o atendimento das condições mínimas de sobrevivência com dignidade.

Destinados à comunidade, os cursos de Capacitação Profissional são oferecidos de acordo com as necessidades locais, por exemplo: cabeleireiro, informática, corte e costura, eletricista residencial, culinária, dentre outros. Em 1999 foram 33.244 participantes. Estes cursos representam oportunidades para o desenvolvimento de habilidades individuais, preservação cultural, valorização dos conhecimentos populares, além de trazer a comunidade para a convivência no ambiente escolar. Estimulados, a partir dos cursos, muitos participantes passam a trabalhar na área de seu aperfeiçoamento, significando aumento na renda familiar.

Na área rural, além de promover programas práticos de formação em fazendas e universidades, a Fundação mantém dezessete núcleos de preparação de mão-de-obra rural e quatro núcleos de educação profissional técnica - Uberaba (MG), Rosário do Sul (RS), Garanhuns (PE) e Feira de Santana (BA). Até hoje, mais de 66 mil alunos já se beneficiaram dessas atividades, contribuindo para melhorar a qualificação do mercado de trabalho no campo.



Fonte: Relatório de Atividades de 1999 da Fundação Bradesco.

Os resultados educacionais obtidos, o forte vínculo dos alunos com as escolas, a participação das famílias e demais pessoas nas atividades integrantes dos projetos interdisciplinares, a procura pelos cursos, o apoio dos órgãos oficiais de ensino ao trabalho desenvolvido, tem tornado as escolas pólos de produção e circulação de conhecimento, sendo desta forma, referência para as comunidades atendidas.

3.1.1.2 Origem dos Recursos

A Fundação Bradesco é considerada uma das maiores instituições sem fins lucrativos do país, com um patrimônio de R\$ 2.253.007,00, conforme o Balanço Patrimonial (ver anexo 2).

Os recursos financeiros necessários ao financiamento das atividades da Fundação Bradesco provêm, em sua maior parte, da Organização Bradesco, sua mantenedora, sob a forma de doações dedutíveis ou não como despesa operacional, conforme normas regulamentares do imposto de renda da Receita Federal, e convênios com programas governamentais de educação. Como forma indireta de repasse de recursos, o governo federal, através de legislação tributária específica para o terceiro setor, reduziu a carga tributária para as instituições sem fins lucrativos.

A maior parte dos recursos doados pela Organização Bradesco, tem sua origem na receita de um dos seus produtos, o Top Clube Bradesco, que é totalmente revertida para a Fundação. Tais doações chegaram a R\$ 45.184.000,00 em 1999, segundo o Balanço Patrimonial publicado no Relatório de Atividades de Fundação (ver anexo 2).

A maior parte dos recursos utilizados pela Fundação são revertidos no pagamento dos funcionários (cerca de 70%), valor bastante razoável se for levado em consideração que a instituição conta com mais de 2.800 funcionários e não trabalha com voluntários, exceto nos órgãos colegiados das escolas, abertos à comunidade. Todos os seus funcionários são remunerados, exceto a diretoria.

Os demais recursos são distribuídos em gastos com a compra de materiais escolares, uniformes, alimentos; segurança e outros de manutenção.

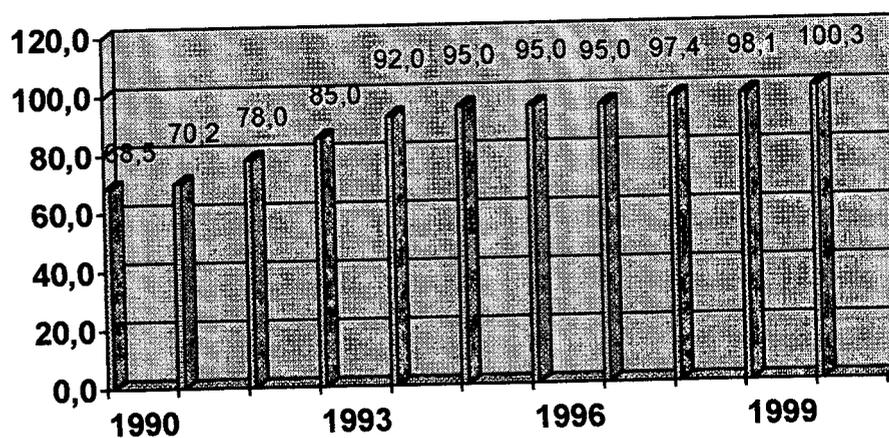
Vale ressaltar que esta distribuição é sempre alterada quando uma nova escola está sendo preparada para abrir, pois nestas ocasiões uma quantia significativa de recursos é destinada a edificação e/ou reforma do imóvel que irá receber a escola. Atualmente está sendo construída uma nova escola no Acre que, segundo o previsto, será responsável por um gasto na ordem de nove milhões de reais.

Toda a distribuição dos recursos e a avaliação dos resultados das ações da Fundação Bradesco são monitoradas e controladas pela mantenedora, através de sua diretoria e também com auditoria externa.

Para o gerenciamento de suas ações e recursos, a Fundação Bradesco prepara ao final de cada ano sua planilha de custos das ações do próximo ano, seu orçamento anual, que será analisado pela diretoria da Organização Bradesco e posteriormente aprovado com ou sem restrições. Constata-se aí, que a Fundação não compartilha do principal problema das entidades sem fins lucrativos que é a incerteza de recursos para suas ações a longo prazo. Por mais rígido que possa ser o controle exercido pela diretoria da Organização Bradesco no que tange a gestão dos recursos, a Fundação não tem a preocupação de ter que, de alguma maneira, gerar recursos para que a sua prestação de serviço não seja interrompida ou prejudicada.

Os recursos aplicados em educação em 1999 chegaram à R\$ 91.723 milhões e a previsão para o ano de 2000 foi de R\$ 101.300.000,00. Tal fato reflete um crescimento das ações da Fundação, principalmente, na construção de novas unidades escolares.

Evolução do Atendimento de Alunos (em milhares)



Fonte: Relatório de Atividades de 1999 da Fundação Bradesco.

Fonte: Dados coletados em visita à matriz da Fundação Bradesco na Cidade de Deus – Osasco em 14/11/2000.

3.1.2 Instituto Multiplicar

3.1.2.1 Histórico

Ações governamentais em todas as esferas do poder público, visando aumentar o número de beneficiados pela educação básica no Brasil, vem obtendo resultados significativos nos últimos anos. O governo brasileiro, principalmente após a década de 90, somou esforços com entidades do terceiro setor, mudando o cenário do analfabetismo e da baixa escolaridade do brasileiro.

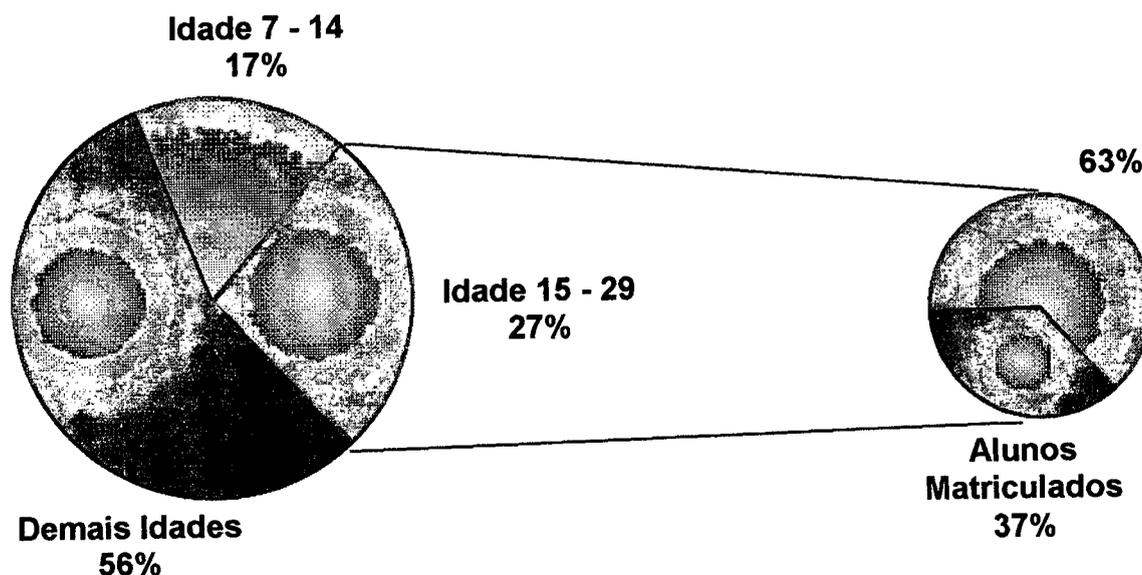
Estes esforços, juntamente com a melhoria da qualidade de todo o sistema educacional brasileiro, estarão elevando o nível de instrução da população mais jovem, dando ao Brasil estatísticas mais favoráveis, em nível mundial.

No entanto, muitos são os problemas a serem resolvidos envolvendo a educação no Brasil, e o Instituto Multiplicar em parceria com o Governo do Ceará optou pelo desenvolvimento de um programa educacional de atendimento a uma geração de adolescentes e jovens adultos, na faixa etária entre 15 a 29 anos, que ainda se encontram a margem da sociedade e do mercado de trabalho por problemas com a educação básica. Com menos de 30 anos de idade, eles são jovens o bastante para se beneficiar de ações que visem a conclusão de sua formação básica, interrompida há muitos anos. Sem esta formação mínima, estes adolescentes e jovens adultos ficam em enorme desvantagem numa economia que se moderniza rapidamente, onde empregadores elevam a cada dia suas exigências quanto a escolaridade de seus empregados. Ter formação básica é a condição mínima para inserção no mercado de trabalho atual.

Dados do IBGE revelam que, entre os adolescentes e jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos, a renda individual média varia proporcionalmente aos anos de estudo, sendo de 17% para cada ano de estudo de ensino Fundamental e 54% com a conclusão do ensino Fundamental e a passagem para o ciclo do ensino Médio.

Hoje, um percentual elevado desta população de adolescentes e jovens, 63% conforme dados do IBGE, não têm o Ciclo Fundamental de 1ª à 8ª série concluído. Eles se encontram defasados, cursando séries inadequadas à idade, ou totalmente excluídos do sistema formal de ensino, à margem da sociedade. Somando-se a esta situação o problema do desemprego, temos como umas das situações mais graves para os jovens brasileiro, a dificuldade para ingressar no mercado de trabalho formal. Esta situação de falta de postos de trabalho e formação educacional precária, coloca um grande número de jovens às portas da marginalidade, sem ambição na vida e sem futuro.

População Brasileira por Idade
Alunos Matriculados - Grupo de Idade 15 a 29 anos



Fonte: PNAD / IBGE 1998

3.1.2.2 Apresentação

O Instituto Multiplicar é uma entidade com sede no Rio de Janeiro, que reúne empresas privadas e instituições num esforço conjunto para impulsionar a educação de adolescentes e jovens adultos, transformando-os em membros ativos e contribuintes da sociedade. Conta com apenas um funcionário remunerado e não possui voluntários.

A missão do Instituto Multiplicar é erradicar, em cinco anos, o déficit de educação básica entre adolescentes e jovens adultos brasileiros, de 15 a 29 anos de idade, ainda sem formação no Ciclo Fundamental.

Com este intuito, busca fomentar o crescimento de um movimento nacional de professores voltados para a formação básica destes jovens em tempo recorde, fazendo uso de qualquer metodologia disponível, em ambientes os mais diversificados, sejam eles salas de aula formais ou não.

Os objetivos do Instituto Multiplicar são:

1. Promover a melhoria do ensino fundamental através do estímulo aos professores, do uso de modernas tecnologias de educação e do incentivo à qualidade.
2. Trazer ao setor educacional métodos intrínsecos à livre iniciativa – remuneração por êxito, descentralização e “empowerment” – visando à redução significativa de um índice sócio-econômico negativo do país.

3. Valorizar o professor, peça principal no processo da aprendizagem.
4. Valorizar a juventude, apostando na melhoria da sua qualificação.

3.1.2.3 Origem dos Recursos

As fontes de recursos do Instituto Multiplicar são basicamente doações de instituições privadas (R\$ 8 milhões em 1999/2000) e apoio sob a forma de serviços de auditoria e serviços bancários gratuitos. Esses recursos são utilizados no financiamento de projetos próprios os quais tomam corpo nas áreas de influência das empresas sócias.

O capital disponível é alocado dentro dos projetos e empregado no treinamento e no pagamento de pessoal.

Os resultados do emprego do capital social pelas instituições doadoras são monitorados por uma auditoria externa (Andersen) e pela Contabilidade Interna do Instituto.

3.1.2.4 Programa Prova de Êxito

Segundo Angela Dannemann, diretora do Instituto Multiplicar, que bem definiu o programa de educação Prova de Êxito, como uma ação focada, que visa identificar, reconhecer, premiar e manter ação inovadoras, desenvolvidas por terceiros, e que ajudem a diminuir a defasagem educacional de adolescentes e jovens adultos no Brasil.

O Programa Prova de Êxito busca reconhecer e incentivar professores, com atividades voltadas à formação de alunos adolescentes e jovens adultos no Ensino Fundamental (1º grau), através de um bônus em dinheiro que premia o seu bom desempenho.

Podem concorrer professores em geral, com formação reconhecida em nível superior ou magistério, que se dediquem à lecionar para adolescentes e jovens adultos, entre 15 e 29 anos de idade, buscando sua formação no Ensino Fundamental.

Como é o Programa?

- ✓ Professores podem aplicar qualquer das metodologias eficazes de aceleração de estudos para adultos disponíveis, em ambientes os mais diversificados, sejam eles salas de aula formais ou não.
- ✓ Os alunos passam por uma avaliação externa, promovida pelo programa, para aferir a eficácia da metodologia aplicada.
- ✓ O professor recebe R\$ 20,00 por matéria, por aluno aprovado. Como são cinco matérias no Ensino Fundamental, o professor pode receber um total de R\$100,00 por aluno formado.
- ✓ O que determina o pagamento do bônus é o aproveitamento do aluno na avaliação do programa.
- ✓ O professor pode receber por mais de um aluno. Quanto mais alunos seus concluírem o Ensino Fundamental, mais ele pode ganhar.

- ✓ Os bônus serão depositados em conta corrente pessoal ou creditadas contra recibo nominal do professor.
- ✓ Todo os passos do programa são acompanhados por auditoria externa de processos, sistemas e financeira.

3.1.2.5 Ações

As ações executadas pelo Instituto Multiplicar estão basicamente concentradas no sentido de mobilizar e coordenar uma rede de organizações sem finalidade lucrativa para operar o projeto nos diversos estados. Tais ações estão organizadas nos seguintes passos:

1. Buscar empresas e instituições parceiras para viabilizar o projeto piloto e a erradicação total no prazo desejado.

Investidores atuais:

Telemar
 Brasil Telecom
 Companhia Vale do Rio Doce
 Citibank

2. Identificar e contratar ONG's nos estados que promovam ou coordenem as ações operacionais/educacionais.

Fundação Roberto Marinho
 Alfabetização Solidária
 Viva Rio
 Fundação Luís Eduardo Magalhães

3. Identificar estados para implantação do projeto piloto e números iniciais.

Estado do projeto piloto: Ceará - Programa "Tempo de Avançar"

- ✓ Programa do governo do estado abrangendo todos os 184 municípios e 3.700 professores, fazendo uso do Telecurso 2000;
- ✓ Contemplar 50.000 alunos, dos 100.000 envolvidos no programa, dentro da faixa etária alvo;
- ✓ Parceria com a Fundação Roberto Marinho.

Outros estados em projeto: Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão, Distrito Federal, Goiás

4. Coordenar a criação/adaptação de um sistema informatizado de gestão do processo, para garantir a sua segurança.

A Fundação Getúlio Vargas, através do seu laboratório de tecnologia na Amazônia – ISAE – está adaptando um sistema de gestão de ensino já existente, que será utilizado nos demais estados.

5. Acompanhar todo o processo com auditorias independentes de forma a garantir transparência e credibilidade.

A Arthur Andersen, empresa de auditoria de renome internacional, analisa todo o processo, desde os controles, informatizados ou não, até as documentações contábeis, passando pelo sistema de avaliação dos alunos.

6. Mobilizar uma organização com penetração nacional e alta capilaridade, que viabilize o processo de pagamento do bônus.

Banco do Brasil

7. Coordenar a criação de produtos tecnológicos de auxílio/suporte para professores e alunos tais como Web Page, Help Desk e Call Center.

Esclarecer todo o processo para o público alvo, através de material gráfico e audiovisual, fazendo uso das mais modernas tecnologias de informática e associando telefonia e rádio, quando necessário. Criar uma rede de professores monitores para responder dúvidas e orientar os professores envolvidos no projeto.

8. Promover a criação de avaliação ou banco de provas/questões padronizada e uniforme, para dar credibilidade ao programa e aferir qualidade das diversas metodologias de ensino.

Universidade Federal do Ceará
Universidade Federal de Minas Gerais
Viva Rio

9. Aferir, continuamente, o efeito do projeto na sociedade em geral, verificando os efeitos causados na imagem institucional das empresas parceiras.

Fazer pesquisas de imagem e eventos de divulgação, através de empresas especializadas (IBOPE, MCI, etc.)

10. Estimular a capacitação contínua dos professores.

Avaliar o uso de instituições conceituadas nesta atividade, CENPEC, Escola do Futuro-USP e Universidade Federal de Santa Catarina, que estão desenvolvendo soluções educativas incorporando a tecnologia de informática.

O programa inicial do Instituto Multiplicar, o Prova de Êxito, foi iniciado no ano 2000, ainda sem a formalização da estrutura do instituto, o que está se concretizando este ano, por isso ainda não pode-se fornecer dados financeiros. Quanto às informações referentes à década de 90, elas não se aplicam, pelo mesmo motivo. Entretanto, a escolha do Instituto justifica-se visto que o mesmo reúne importantes investidores brasileiros e internacionais e movimenta um volume de recursos considerável dentro do terceiro setor. Diante disso, entendo que o Multiplicar é um elemento bastante representativo das tendências que se observa no cenário do terceiro setor brasileiro no que tange às ações sociais financiadas e realizadas por empresas e instituições privadas.

3.2 Voluntariado

É comum comparar o terceiro setor com uma rede – uma teia solidária que se estende pela sociedade civil. Entretanto, a malha brasileira ainda se mostra frouxa. Os diferentes pontos que a compõem nem sempre se comunicam. O voluntariado no país ainda é uma espécie de quebra-cabeça com peças isoladas, que não conseguem interagir tanto quanto poderiam.

A história brasileira indica que o voluntariado no país remota o período colonial, através de manifestações movidas pela fé católica junto às Santas Casas de Misericórdia. Até os finais do século XIX quase tudo que havia de consolidado no país em termos de assistência social, saúde e educação, constituía-se em organizações (sem fins lucrativos) criadas pela Igreja católica.

O que era antes um movimento motivado pelos valores da caridade, compaixão e amor ao próximo, o conceito hoje se alarga com a inclusão de todos aqueles para quem voluntariado é expressão da participação cidadã. Voluntário é o cidadão que, motivados pelos valores de motivação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário¹⁸.

Para a Comunidade Solidária, o voluntariado que nasce do encontro da solidariedade com a cidadania não substitui o Estado nem compete com o trabalho remunerado mas exprime, isto sim, a capacidade da sociedade de assumir responsabilidades e agir por si mesma.

A iniciativa da ONU de declarar o Ano Internacional do Voluntário em 2001 oficializa não só esta atividade secular como também essa nova concepção de voluntariado contemporâneo ligado à cidadania.

No Brasil, o voluntariado tem se mostrado bastante significativo. O número de indivíduos que doam algum tempo de trabalho voluntário no país chega a 16% da população acima de 18 anos. Transformando o total de horas trabalhadas no equivalente a jornadas em tempo integral, tem-se aproximadamente 333.000 pessoas¹⁹.

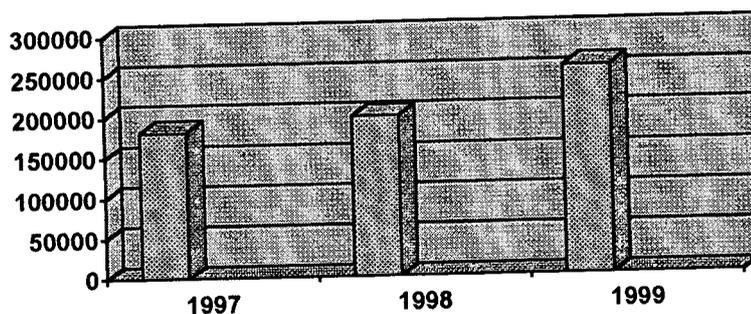
Segundo um estudo recente das pesquisadoras Leilah Landim e Maria Celi Scalon, publicado no livro “Doações e Trabalho Voluntário no Brasil – Uma Pesquisa”, cerca de 22,6% dos adultos realiza trabalhos voluntários, a maioria (16%) durante uma média de seis horas mensais. Além disso, 25% das pessoas com curso colegial completo já realizou trabalho voluntário.

18 Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária.. *Centros de Voluntários – transformando necessidades em oportunidades de ação*. São Paulo, 1998..

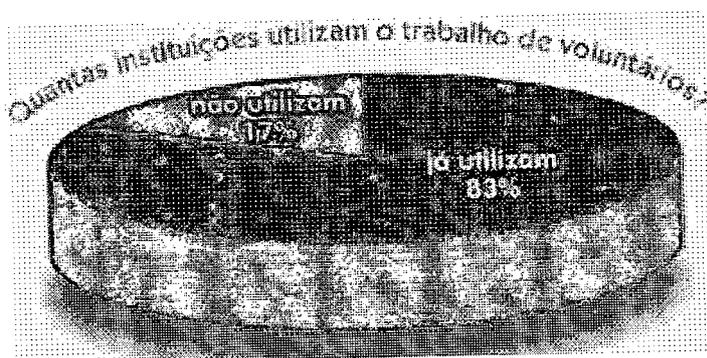
19 Landim, Leilah; Beres, Neide.

Outro dado importante é que o trabalho voluntário nas quatrocentas maiores entidades beneficentes brasileiras cresceu 42% em dois anos. Em dezembro de 1997, essas organizações contavam com a ajuda de 181 mil voluntários. Em dezembro de 1999, esse número subiu para 258 mil, segundo dados obtidos no site www.filantropia.org.br elaborado por Kanitz e Associados.

Número de voluntários

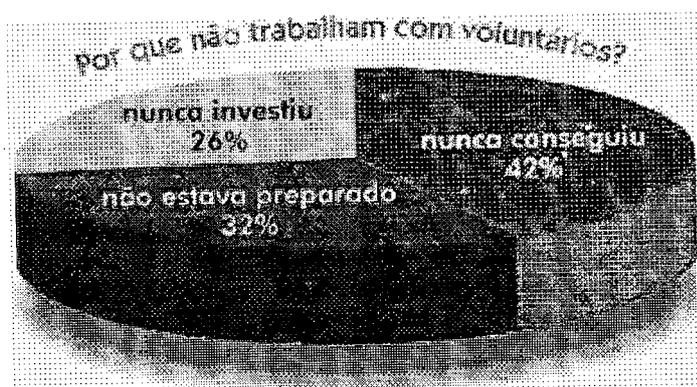


Numa pesquisa realizada pela revista eletrônica AGIR e disponibilizada na Internet, dos cerca de 150 questionários respondidos por entidades do terceiro setor, a grande maioria (83%) já utilizam voluntários. São quase 29.000 voluntários em 106 instituições. Distribuídos da seguinte maneira:



Entre os motivos citados pelas instituições que nunca utilizaram trabalho voluntário, destacam-se a dificuldade em atrair voluntários para suas causas, a

necessidade de maior preparação técnica para recebê-los e, por último, a falta de investimento na questão.



Em fevereiro de 1998, o governo brasileiro sancionou a Lei nº 9.608, conhecida como a Lei do Serviço Voluntário, que classifica o serviço voluntário como atividade não remunerada, que não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

“Lei nº9.608, de 18 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo o objeto e as condições de seu exercício.

Art.3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pela despesa que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

(Lei no 9.608, Diário Oficial da União, 18/02/98).

O voluntariado está se tornando uma prática tão comum que o Programa Voluntários do Conselho de Comunidade Solidária, divulgou o documento

“Fortalecendo o Voluntariado no Brasil”, onde encontra-se os direitos e deveres dos voluntários.

Direitos e deveres dos voluntários

Os valores fundamentais da filosofia do voluntariado social dão significado e transcendência à ação voluntária e representam o ideal de uma motivação consciente. Eles são:

- Igualdade entre os homens e mulheres;
- Respeito à dignidade humana;
- Justiça social
- Solidariedade humana e ajuda recíproca;
- Democracia como forma de convivência social, direito de todos à participação e à possibilidade de tomar decisões;
- Ajudar os outros a enfrentar suas necessidades e problemas;
- Enfrentar o pessimismo e as crises de valores;
- Ter fé em si mesmo e nas próprias potencialidades;
- Adquirir responsabilidade pessoal;
- Acreditar no compromisso.

As atitudes, no sentido de viver de fato os valores, são:

- Perceber e apreciar a cultura, os valores dos outros;
- Estabelecer comunicação, diálogo;
- Ser persistente, responsável e disciplinado;
- Ter entusiasmo, iniciativa, otimismo;
- Cooperar, trabalhar em equipe;
- Receber e dar ao mesmo tempo;
- Aprender e ensinar ao mesmo tempo;
- Adquirir a formação e o treinamento necessários;
- Estar disposto ao crescimento pessoal.

Todo voluntário tem direito a:

- Desempenhar uma tarefa que valorize e seja um desafio para ampliar habilidades ou desenvolver outras;
- Receber apoio no trabalho que desempenha (capacitação, supervisão e avaliação técnica);
- Ter a possibilidade da integração como voluntário na entidade onde presta serviços, ter as mesmas informações que o pessoal remunerado e descrições claras de tarefas e responsabilidades ;
- Participar das decisões;
- Contar com os recursos indispensáveis para o trabalho voluntário;
- Respeito aos termos acordados quanto à sua dedicação, tempo doado etc. e não ser desrespeitado na disponibilidade assumida;
- Receber reconhecimento e estímulo;
- Ter oportunidades para o melhor aproveitamento de suas capacidades recebendo tarefas e responsabilidades de acordo com os seus conhecimentos, experiência e interesse;

- Ambiente de trabalho favorável por parte do pessoal remunerado da instituição.

Todo voluntário tem a responsabilidade de:

- Conhecer a instituição e/ou a comunidade onde presta serviços (a fim de trabalhar levando em conta essa realidade social) e as tarefas que lhe foram atribuídas;
- Escolher cuidadosamente a área onde deseja atuar conforme seus interesses, objetivos e habilidades pessoais, garantindo um trabalho eficiente;
- Ser responsável no cumprimento dos compromissos contraídos livremente como voluntário. Só se comprometer com o que de fato pode fazer.
- Respeitar valores e crenças das pessoas com as quais trabalha;
- Aproveitar as capacitações oferecidas, através de uma atitude aberta e flexível;
- Trabalhar de forma integrada e coordenada com a entidade onde presta serviço;
- Manter os assuntos confidenciais em absoluto sigilo;
- Acolher de forma receptiva a coordenação e a supervisão de seu trabalho;
- Usar de bom senso para resolver imprevistos, além de informar os responsáveis.

De acordo com Susan Church (1988) “é importante usar algum tempo pensando no porque as pessoas fazem trabalho voluntário. A motivação varia de pessoa para pessoa, mas geralmente as pessoas voluntariam por uma das seguintes razões: pela causa, para preencher uma expectativa profissional ou social, por um desejo de mudança, para aprender novas habilidades, para se divertir”.

Voluntariado empresarial

O voluntariado empresarial é uma prática comum em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Austrália. No Brasil, começou a ganhar notoriedade na segunda metade dos anos 90, junto com a ascensão do tema do voluntariado e da atuação social das empresas, e é, por si só, uma frente de estímulo à participação social.

É bem maior do que se pensa o número de empresas que não só financiam projetos de cujo social como também incentiva seus executivos e funcionários a doar tempo, trabalho e talento à viabilização dessa iniciativas.

Na avaliação do Business for Social Responsibility, o voluntariado é um aliado importante para muitas empresas que querem demonstrar compromisso com as comunidades onde atuam. E, à medida que as empresas escolhem depositar esforços além da tradicional doação de recursos, o voluntariado empresarial tem se tornado uma parte importante dos programas de investimento social dessas companhias.

Segundo dados da pesquisa “Estratégias de empresas no Brasil: atuação social e voluntariado”, 48% das empresas afirmaram que entre seus funcionários há voluntários. Este número é ainda maior entre as empresas estatais (54%). Além disso, em 17% das empresas o voluntariado é exercido durante o horário de trabalho, um número bastante elevado, visto que o voluntariado empresarial é um movimento bastante recente.

Outra pesquisa relevante e que diz respeito ao voluntariado empresarial é a realizada pelo Gife, onde dos 48 associados do GIFE que participaram da pesquisa, cerca de 54% afirmaram que utilizam trabalhadores voluntários para a realização de seus projetos na área social. Além disso, 53% das empresas informaram que os voluntários são seus próprios funcionários, enquanto 19,2% utilizam os parentes dos seus empregados.

Se depender do interesse das empresas ouvidas pelo GIFE, o trabalho voluntário tem tudo para ganhar espaços maiores no país. Quase 80% delas afirmam que utilizam regularmente a mão-de-obra voluntária em suas atividades.

Segundo o manual “Como as empresas podem implementar programas de Voluntariado”, desenvolvido por uma parceria entre o Instituto Ethos e o Programa Voluntários, “o voluntariado empresarial é uma rota estratégica que traz ganhos para a empresa, a comunidade e os funcionários. Do lado social, permite reduzir problemas que aflijam verdadeiramente a comunidade, resultando em melhorias na qualidade de vida, ajudando a construir uma sociedade mais saudável e trabalhando, em última instância, em favor da perpetuação das atividades da empresa. No âmbito dos negócios, programas de voluntariado empresarial auxiliam no desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais, promovem a lealdade e a satisfação com o trabalho, ajudam a atrair e a reter funcionários qualificados. Também podem contribuir para que a empresa promova a sua marca ou melhore a reputação dos seus produtos”.

3.2.1 Instituto C&A de Desenvolvimento Social

3.2.1.1 Apresentação

O Instituto C&A de Desenvolvimento Social é uma associação criada pela C&A Modas em 1991, com o objetivo de viabilizar projetos sociais destinados à educação, saúde e profissionalização de crianças e adolescentes carentes.

Ele mantém atividades nas praças onde a C&A Modas opera, por meio de grupos de voluntários que são os próprios funcionários da empresa (exatamente 1208 dos 7000 funcionários da C&A espalhados por 28 cidades em todo o Brasil). Seu *staff* central é composto por oito funcionários remunerados entre eles Sílvia Zanotti que é coordenadora de projetos e aluna do Mestrado em Administração Pública da FGV/EAESP e foi a responsável pelo fornecimento dos dados e informações contidas nesse estudo de caso.

O Instituto conta ainda com: consultores; monitoras de educação, além de um conselho formado por representantes (gerentes) das diferentes regiões do país.

Apoiado, exclusivamente, pelo trabalho voluntário dos funcionários das unidades da C&A Modas, o Instituto contribui com apoio gerencial e financeiro e, principalmente, através da participação efetiva da sua equipe que coordena e divulga seus vários programas. Uma de suas atividades mais importantes é assessorar entidades assistenciais, transferindo a elas seus princípios de ação e sua visão comunitária, bem como auxiliando-as para que cresçam no sentido de uma maior autonomia administrativa e financeira.

A estratégia do Instituto é atuar em parcerias com entidades sociais como creches, centro de atendimento a jovens e escolas públicas, procurando estimular o *empowerment* destas organizações. O Instituto oferece tecnologia de ponta em educação e uma contribuição estratégica através da transferência de *know-how* e de competência do setor empresarial, auxiliando no crescimento e melhoria de desempenho da entidade.

Recentemente, o programa de voluntariado corporativo da C&A foi considerado um modelo mundial pelo americano Kenn Allen, presidente da internacional *Association for Volunteer Efford*, entidade criada para difundir esse tipo de prática em todo o mundo.

O Instituto C&A é uma das formas de viabilizar a política da C&A Modas de "bom tratamento aos seus funcionários". Isso explica a baixa rotatividade de funcionários na empresa: enquanto o índice do setor varejista chega a 80%, o da C&A fica abaixo de 20%.

3.2.1.2 Origem dos Recursos

A entidade é mantida por doações privadas e pelo apoio com bens e serviços. O apoio com bens e serviços consiste na doação de mercadorias (roupas, sapatos e acessórios das Lojas C&A) que são utilizadas pelo próprio

instituto ou vendidas em um Bazar com a finalidade de se obter mais recursos. É válido ressaltar que esta última fonte de recursos apresentou-se mais ou menos constante durante a década de 90 tendo sofrido um pequeno aumento. No início da década de 90 (1991), as doações privadas oriundas da empresa mantenedora eram da ordem de US\$ 2 milhões e, hoje, corresponde à R\$ 5.000.000/ano (2001). Do ponto de vista da desvalorização cambial pode-se dizer que o volume de recursos doados em milhares de dólares permaneceu constante. A verba anual para o Instituto C&A está planejada e garantida até 2002.

Esse dinheiro não é administrado pelos donos ou executivos da C&A, e sim por um conselho formado por funcionários e apoiado por consultores que decidem o que fazer com o dinheiro a cada ano. No que tange à auditoria e prestação de contas, o Instituto C&A conta com uma contabilidade interna além da ocorrência de visitas periódicas da equipe técnica do Instituto às entidades apoiadas.

Em oito anos já foram acumulados investimentos na ordem de 28 milhões de reais em cerca de 500 projetos sociais. Dado que a instituição financia projetos de terceiros, observa-se que com o aumento do número de fundações, durante a década de 90, cresceu também o número de parcerias entre o Instituto C&A e outras entidades na realização de ações sociais.

O critério utilizado para o financiamento de um projeto é a viabilidade do mesmo. A equipe técnica se encarrega de averiguar a liderança que está à frente do projeto, a idoneidade da organização, a capacidade potencial de realizações efetivas bem como a qualidade e consistência técnica-educacional (pedagógica).

O capital disponibilizado para cada projeto é alocado dentro do mesmo em várias atividades. Algumas destas são o treinamento e pagamento de pessoal, compra de material escolar e transporte de crianças e professores.

3.2.1.3 Voluntariado

O Instituto C&A conta o apoio de exatamente 1208 voluntários, exclusivamente, funcionários da C&A Modas, como já foi citado anteriormente.

Para aderir ao programa, os voluntários estabelecem contatos ou são procurados por uma entidade social. A partir daí, analisam a sinergia entre os projetos potencialmente parceiros e a missão do Instituto, estabelecendo um acordo comum com a instituição, através da identificação de suas reais necessidades e priorização dos campos de atuação. A evolução natural do trabalho é o mais independente e profissional.

A empresa C&A Modas oferece treinamento constante aos funcionários de como lidar com crianças carentes, como ajudar a monitorar a aplicação dos recursos doados, além de dar recursos financeiros e tempo para que seus funcionários possam desenvolver o trabalho voluntário.

Segundo um estudo de casos realizado pelo CEATS/USP ²⁰, os elementos alavancadores do programa de voluntariado do Instituto são: pioneirismo, abrangência funcional e regional, reforço da potencialidade interna,

criação e sedimentação do conceito de cidadania, manutenção da perenidade da atuação social, e o fato de ser estrategicamente focado.

O estudo ainda revela as vantagens do programa: para a C&A Modas, contribui na medida em que contribui para a imagem institucional de responsabilidade social; fornece consistência de cultura organizacional: cliente, associado e beneficiário são cidadãos; e diferencia-se no mercado e junto à sociedade civil; e para os funcionários-voluntários, o programa ajuda no desenvolvimento de habilidades e talentos; no treinamento e capacitação; na melhoria da auto-estima e capacidade de relacionamento; na oportunidade de integração e participação; e no sentimento de reconhecimento.

Também deve ser ressaltado os aspectos do programa a serem aperfeiçoados. São eles: integração dos voluntários entre as unidades da C&A, organização/planejamento das atividades, difusão da proposta do Instituto e do que é ser voluntário, aproveitamento das sinergias entre a atuação do Instituto C&A e Recursos Humanos da empresa, visibilidade interna e externa à ação do voluntariado, gerenciamento do tempo disponível (tendo chefias e lideranças como facilitadores), e avaliação de resultados.

Fonte: Dados obtidos em folders institucionais fornecidos pelo GIFE, Revista Exame de Jan/99 e em entrevista com a coordenadora de Projetos do Instituto Sra. Sílvia Zanotti.

3.2.2 Pastoral da Criança

3.2.2.1 Apresentação

A pastoral da Criança é apontada como uma das mais importantes organizações em todo o mundo a trabalhar nas áreas da saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno até os seis anos de vida, e de prevenção da violência no ambiente familiar, envolvendo necessariamente as famílias e comunidades.

A base de todo o trabalho da Pastoral da Criança é a comunidade e a família. A dinâmica consiste em capacitar líderes comunitários, que residem na própria comunidade, para mobilização das famílias nos cuidados com os filhos. Em todas as comunidades atendidas, coloca-se em prática um conjunto de ações que vão daquelas voltadas para a sobrevivência e desenvolvimento integral da criança até a melhoria da qualidade de vida das famílias carentes, tanto no plano físico e material, como no espiritual. Desta maneira, procura gerar igualdade de oportunidade, justiça e paz.

Entre essas ações destacam-se:

- ✓ Apoio integral às gestantes: orientação e supervisão nutricional das futuras mães, valorizando a vida a partir da gestação, preparando essas gestantes para o aleitamento materno e encaminhando-as para as consultas pré-natal;
- ✓ Incentivo ao aleitamento materno: ações que garantam às crianças condições físicas, psíquicas e emocionais para se desenvolverem em plenitude, e à mãe, um maior espaçamento entre os partos;
- ✓ Vigilância nutricional: pesagem mensal de cada criança acompanhada e orientação aos pais ou responsáveis para os cuidados e o acompanhamento do peso e do crescimento da criança;
- ✓ Alimentação enriquecida: ações concretas para o aproveitamento de produtos de grande valor nutricional e de baixo custo, disponíveis nas próprias comunidades, além de evitar os desperdícios de grande parte dos alimentos, como folhas, cascas e sementes;
- ✓ Remédios caseiros: educação das mães e demais familiares para as práticas de medicina natural e caseira, principalmente técnicas fitoterápicas, envolvendo a organização de farmácias comunitárias.

A Pastoral da Criança está presente, especialmente, nas periferias das grandes cidades e nos bolsões de pobreza e miséria dos pequenos e médios municípios brasileiros, tanto no meio urbano e rural quanto em áreas indígenas.

3.2.2.2 Origem dos Recursos

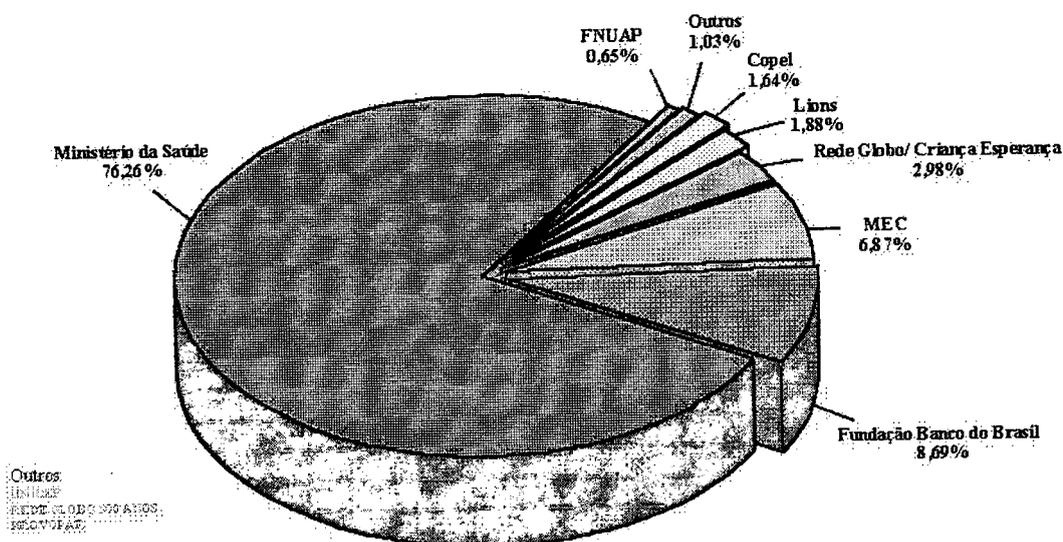
Para realizar todo este serviço, a Pastoral da Criança recebe apoios nacionais e internacionais, tanto de entidades ligadas à igreja como de órgãos governamentais e não-governamentais.

Os recursos recebidos pela Pastoral no ano de 2000 somaram 8,5 milhões de dólares, que vieram do governo e de iniciativas empresariais. E tais recursos estão aumentando com o passar dos anos, como poderá ser visto nas demonstrações financeiras em anexo (anexo 3 e 4).

Entre as diversas entidades que dão suporte técnico e financeiro, para que a Pastoral da Criança possa viabilizar suas ações nas áreas da saúde, nutrição, educação e cidadania, está o Ministério da Saúde, que arca com pelo menos 70% dos custos financeiros totais da Pastoral da Criança desde 1987. O maior financiador não-governamental da Pastoral da Criança é o Criança Esperança, um programa da Rede Globo de Televisão, em parceria com a Unicef, que repassa 27% dos recursos arrecadados aos trabalhos da Pastoral.

A Pastoral da Criança também recebe o apoio técnico e econômico da ANAPAC – Associação Nacional dos Amigos da Pastoral da Criança –, que reúne empresários e profissionais liberais e vem firmando parcerias com prefeituras e empresários locais.

PASTORAL DA CRIANÇA - Organismo de Ação Social da CNBB
Fontes de Apoio Financeiro da Pastoral Criança
Total de recursos recebidos entre 01/01/98 a 31/12/98: R\$ 11.823.772,75



Descriminação dos valores do Gráfico Fontes de Apoio Financeiro da Pastoral da Criança Total de recursos recebidos entre 01/01/98 a 31/12/98: R\$ 11.823.772,75.

Ministério da Saúde	9.017.189,00
Fundação Banco do Brasil	1.027.163,00
MEC	812.367,20
Criança Esperança '97	351.934,70
Lions Clube	222.249,90
Copel	193.920,80
Unicef	76.000,00
Jorano	33.800,00
Provopar	12.075,03
Outros	121.875,00
Fnuap	77.073,03

Para tornar essa demonstração ainda mais clara, tem-se, a seguir, as partes que a compõem, iniciando pelo objeto de cada Convênio:

Ministério da Saúde

Projeto de intervenção estratégica da União em educação e em saúde das famílias carentes na prevenção da morbimortalidade infantil e materna.

FNUAP – Fundo de População das Nações Unidas;

Práticas de informação, educação e comunicação e temas de planejamento familiar para grupos comunitários.

Criança Esperança – Rede Globo

Principais ações: apoio integral as gestantes, incentivo ao aleitamento materno, vigilância nutricional, alternativas alimentares, controle de doenças diarreicas, remédios caseiros, controle das doenças respiratórias, estimulação para vacinação, educação essencial, prevenção de acidentes domésticos, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e catequese do ventre materno.

UNICEF – Geração de Renda

Propostas de erradicação da miséria e da fome através de alternativas de atendimento: projetos de ajuda mútua e geração de renda.

UNICEF- Segurança Alimentar

Capacitação de multiplicadores em segurança alimentar, direitos e cidadania.

Provopar – Governo do Estado do PR

Aluguel da antiga sede da coordenação nacional da pastoral da criança.

Fundação Banco do Brasil

Projeto nacional de capacitação em educação, em saúde e atividades para o trabalho.

Cia. Paranaense de Energia Elétrica

Treinamento em serviço nas áreas de prevenção de acidentes, inclusive com a rede elétrica, alfabetização de crianças, adolescentes e adultos, ações básicas de saúde entre outros temas sociais, se educacionais de apoio a criança e a família.

Ministério da Saúde – reforma

Reforma da sede da coordenação nacional da Pastoral da Criança.

Fundação Banco do Brasil – reforma

Reforma da sede da coordenação nacional da pastoral da criança.

A Pastoral conta ainda com o trabalho solidário de mais de 145 mil voluntários, entre eles líderes comunitários, coordenadores e membros de equipes de treinamento. Tal voluntariado mostra-se uma fonte de recursos bem significativa já que se a Pastoral fosse pagar a esses mais de 45 mil voluntários, necessitaria de pelo menos 70 milhões de dólares por ano.

O custo total da Pastoral da Criança é inferior ao de um hospital de porte médio, equivalendo a 0,5 dólar por criança/mês – considerando todos os custos, que envolvem a administração, produção e distribuição de materiais educativos, treinamentos e acompanhamento das atividades práticas desenvolvidas nas comunidades.

A estrutura da Pastoral da Criança – Coordenação nacional e Coordenação Estaduais, Diocesanas, paroquiais e Comunitárias – é a mais simples e ágil possível. Aproximadamente 75% dos recursos são gerenciados diretamente pelas equipes regionais, nas dioceses, que repassam às equipes paroquiais e comunidades, para possibilitar o trabalho voltado à população necessitada. As coordenações diocesanas prestam contas à Coordenação Nacional que, concentrando a burocracia e descentralizando as atividades e os recursos, informatizou toda a sua atividade, permitindo às fontes financiadoras o acesso imediato às informações sobre o alcance dos objetivos e a aplicação e uso dos recursos.

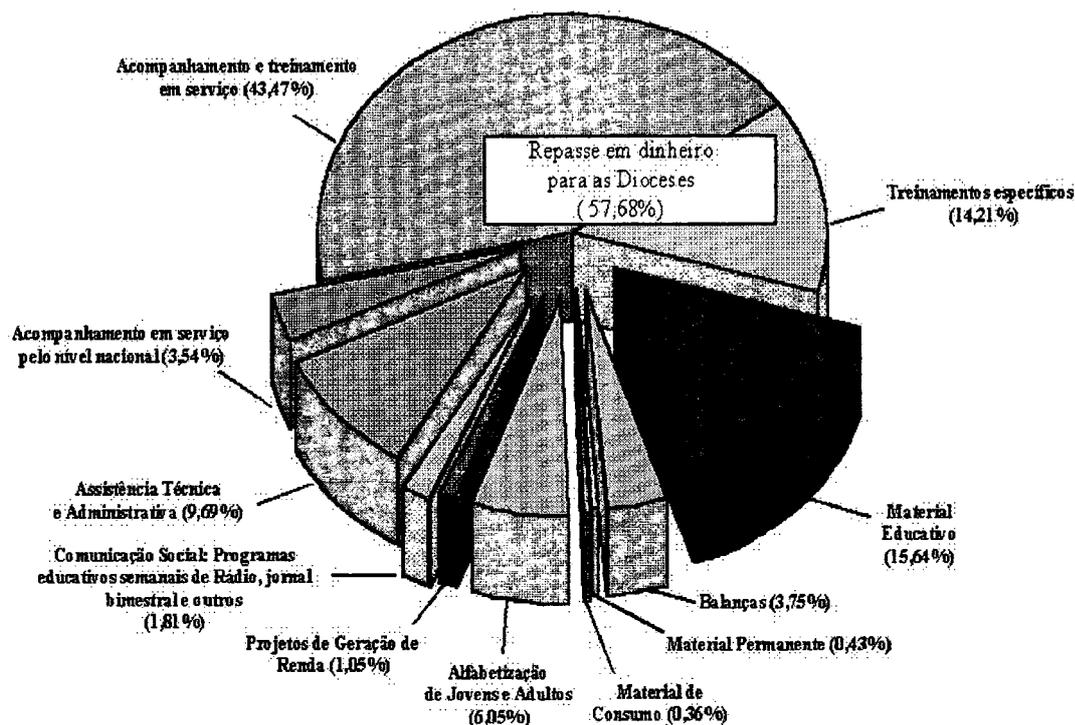
Esta agilidade da pastoral da Criança garante o sucesso de suas ações, permitindo o acompanhamento dessas milhares de crianças e gestantes em todo o país a um baixo custo.

Como se pode ver neste gráfico, apenas 9,69% desses recursos são gastos em administração e assistência técnica, enquanto o restante é destinado aos diversos serviços da Pastoral, sendo que 57,68% são para atender à demanda surgida nas próprias comunidades, administrados de forma descentralizada pelas (Arqui)Dioceses.

PASTORAL DA CRIANÇA - Organismo de Ação Social da CNBB

Aplicação dos recursos da Pastoral Criança

Total aplicado entre 01/01/98 a 31/12/98: R\$13.263.741,59



Apoio para Alfabetização: repasse em dinheiro para dioceses para alfabetização de jovens e adultos da Pastoral da Criança;

Apoio Mensal: repasse em dinheiro para treinamento, acompanhamento e avaliação em serviço das equipes de coordenações estaduais, diocesanas, paroquiais e líderes comunitários da Pastoral da Criança para implementação e acompanhamento das ações básicas de saúde, nutrição e educação nas comunidades carentes e dos bolsões de miséria;

Apoio para Capacitação: Repasse em dinheiro para treinamento, reciclagem e troca de experiência das equipes de coordenação diocesanas e paroquiais, nas áreas de saúde, nutrição, educação;

Apoio Eventual: 1. repasse em dinheiro para dioceses para aquisição de material didático pedagógico e implementação de brinquedotecas. 2. Repasse em dinheiro para dioceses do Paraná, referente a as doações nas contas de luz - 75%;

Apoio Criança Viva: Plano de intervenção envolvendo as ações da Pastoral da Criança e outras ações específicas de acordo com a realidade local;

Apoio a Geração de Renda: tem o objetivo de contribuir na melhoria das condições de vida das famílias, líderes e comunidades acompanhadas em Ações Básicas de Saúde, Nutrição e Educação a Pastoral da Criança desenvolve o Programa de Geração de Renda, visando não só a complementação da renda como também possibilitar a promoção humana e o progresso familiar e comunitário.

Material Educativo: Elaboração, Impressão e Transporte de Materiais Educativos;

Despesas Administrativas: sob este título são reunidos diversos gastos que são realizados para possibilitar o adequado gerenciamento e encaminhamento de informações à todas as Dioceses;

Projetos Especiais: Transferência entre contas para formação de fundo de reserva para o Estado do Paraná, através de doações nas contas de luz;

Balanças Portáteis: Balanças portáteis de curta duração para pesagem domiciliar.

Fonte: Dados obtidos no folder institucional da Pastoral da Criança e no *site* www.rebidia.org.br.

3.3 Instituições Religiosas

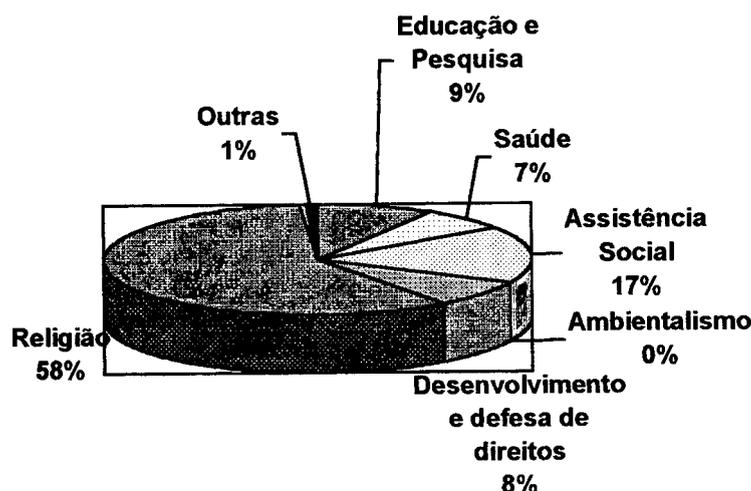
A história do Brasil indica que desde a colonização, Estado e Igreja Católica estiveram interligados na consolidação da sociedade colonial, cabendo às instituições religiosas atribuições tais como registro civil, manutenção de escolas, assistência médica e social, para citar apenas algumas. São remanescentes desta época as Santas Casas de Misericórdia

Os movimentos religiosos, mesmo na atualidade, influem fortemente no voluntariado brasileiro. Não mais apenas através do catolicismo, como também do movimento judaico, evangélico, espírita, entre outros.

Leilah Landim e Maria Celi Scalon afirmam que “a não ser pela influência da participação religiosa, em tudo o mais o perfil do voluntário é do brasileiro médio, do cidadão comum”.

Na pesquisa “As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos”, Leilah Landim aponta a grade proximidade entre o voluntariado e a tradição cristã, já que a maior parte dos entrevistados declarou doar alguma parte do seu tempo a trabalhos realizados através de igrejas e religiões.

Voluntários segundo áreas de atividade



Ter religião, mas não praticar, pouca diferença faz na propensão a fazer donativos para instituições. Mas conta, e muito, a prática religiosa efetiva: quanto maior a frequência a cultos religiosos, maior a propensão a se fazerem doações, tanto em bens como em dinheiro. Assim, 53,3% dos que freqüentam cultos religiosos ao menos uma vez por semana fazem doações, proporção que vai decrescendo até os que participam de cultos algumas vezes por ano: apenas 39% dentre esses doa algo, para instituições. Outro dado importante é que 37% dos voluntários ligados a instituições religiosas realiza trabalho voluntário mais de uma vez por semana (Landim & Scalon, 2001).

Mas nem todas as religiões são igualmente dadas: os espíritas kardecitas, com sua doutrina em que a caridade ocupa posição central, são os

mais propensos a fazer doações para instituições, tanto em dinheiro como em bens. E a maior parte dessas doações vai para entidades dedicadas à assistência social, e não aos centros religiosos (se bem que, no caso, estudos têm demonstrado as vicissitudes envolvidas na separação entre as práticas desses dois domínios, quando se trata particularmente dessa tradição religiosa). Esses resultados são coerentes com os de pesquisas revelando que o espiritismo, se comparado a outras religiões, tem maior proporção de adeptos com mais alta escolaridade e nível de renda. Católicos e evangélicos praticamente se igualam nas doações de dinheiro embora, como era de se prever a partir do dízimo e de outras obrigações peculiares às denominações evangélicas, esses últimos doam mais para os espaços religiosos: 65% (enquanto que entre os católicos, apenas 38% dos que doam o fazem para a igreja).

Todo Centro Espírita mantém pelo menos uma atividade social, oferecendo oportunidades de trabalho voluntário. Os espíritas representam por volta de 5% da população brasileira. Destes, cerca de 40% fazem algum trabalho voluntário, o que resulta em um contingente de 3,2 milhões de pessoas. No Estado de São Paulo, onde há 2.500 organizações kardecistas, estima-se a existência de 1,5 milhão de adeptos, dos quais 600 mil realizam trabalhos voluntários.

O Grupo de Pesquisas Psicobiofísicas da USP realizou em 1999 uma pesquisa com 660 organizações espíritas do Estado de São Paulo, revelando um expressivo trabalho social. Além das 240 instituições de assistência vinculadas a estas 660 organizações, o levantamento registra diversos outros serviços prestados à comunidade, com trabalho voluntário, como distribuição de roupas e alimentos, visitas a doentes, atendimento a gestantes, consultas médicas, cursos profissionalizantes.

Caridade e solidariedade - O valor da caridade está definido nos livros de Allan Kardec (o criador do espiritismo), cujos ensinamentos têm como base a moral cristã. Indagados sobre o que os leva a dedicar-se a obras sociais, os espíritas citam os princípios contidos nos evangelhos. Ao se aprofundar a questão, outras motivações aparecem, como as idéias de cidadania e satisfação pessoal e conceitos específicos da doutrina kardecista, tais como:

- ✓ A lei maior que rege o mundo é a Lei do Amor;
- ✓ O espírito humano subordina-se à Lei de Evolução e a reencarnação é um recurso de aprendizado;
- ✓ Os pensamentos e atos dos seres humanos influenciam outras pessoas e estão subordinados à lei natural da Ação e Reação, que predispõe cada ser a receber de volta a energia boa ou ruim que irradiou aos outros, mas a prática do bem retira a energia ruim acumulada;
- ✓ O bem é tudo que está de acordo com as leis naturais de Deus. Não basta não praticar o mal ou não aproveitar do mal existente, é preciso fazer o bem de acordo com a capacidade de cada um.

Esses conceitos ajudam a explicar o alto grau de comprometimento dos espíritas com as obras sociais e seu engajamento no trabalho voluntário.

3.3.1 Unibes

3.3.1.1 Apresentação

A UNIBES - União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social -, resultou, no ano de 1976, da fusão de três instituições filantrópicas: Ofidas, Ezra e Policlínica Linath Hatzedek.

Durante mais de oito décadas, a UNIBES concentrou seus esforços e assimilou experiências valiosas no campo social. Sua atuação hoje é reconhecida no Brasil e no exterior, tendo recebido, entre 600 concorrentes, o Prêmio "Bem Eficiente 1997", outorgado pela Kanitz & Associados às 50 melhores entidades sem fins lucrativos do País. Rigorosos critérios de avaliação - como a transparência e a correção da utilização dos recursos angariados - foram algumas das razões que levaram à sua indicação para a primeira edição deste prêmio.

Entidade filantrópica do terceiro setor, a União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (UNIBES) caracteriza-se pela prestação de serviços sociais à significativa parcela de indivíduos configurados dentro do padrão de exclusão social, por serem portadores de carências sócio-econômicas, crônicas ou temporárias. Visa, através da eficácia de suas ações, prevenir, minimizar e/ou impedir o agravamento dessas mazelas, tendo como objetivo maior a reintegração social desse segmento. Seus programas contemplam clientela com o seguinte perfil:

- ✓ Crianças e adolescentes com faixa etária de 2 a 17 anos, cuja renda familiar não ultrapasse três salários mínimos e cujas famílias ou mães residam ou trabalhem no bairro do Bom Retiro, onde se localiza a creche da instituição. Elas recebem atendimento recreacional, pedagógico e profissionalizante.
- ✓ Adultos em faixa etária produtiva, cuja dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou alijamento temporário deste por desemprego, impede a manutenção efetiva do grupo familiar, buscando assim auxílio institucional. Este grupo pode também caracterizar-se por outras patologias tais como: quadro de doenças prolongadas de familiares e/ou chefe do grupo, endividamento por contingências diversas, empobrecimento efetivo por sucessivas alterações de modelos econômicos e rebaixamento salarial/renda familiar ou, ainda, por pessoas que buscam ajuda para solução de problemas de ordem jurídica, médica ou emocional.
- ✓ Idosos portadores de doenças físicas e sociais crônicas, com dependências várias e com ausência, omissão ou não assistência familiar. Possuem elevado grau de exclusão social e beneficiam-se de assistência: médica, medicamentosa, religiosa, de moradia e de lazer. Inclui-se aqui programa para a terceira idade desenvolvido na Instituição, cujos frequentadores beneficiam-se de atividades terapêuticas e de lazer.
- ✓ Adultos portadores de deficiência mental, visando sua reintegração social e desenvolvimento de capacidades e potencialidades, através de atividades terapêuticas e de lazer. Visa ainda a comunicação e socialização.

Para o cumprimento de sua missão, a UNIBES concentra a sua atração em três áreas básicas - administrativa, família e infância e adolescência, onde trabalham cerca de 120 profissionais e técnicos, além 100 voluntários.

No que tange à área administrativa, a Unibes oferece os recursos meios, prevendo e provendo para a concretização da missão da instituição.

O setor encontra-se totalmente informatizado e operando dentro de modernas técnicas administrativas. As contas são auditadas pelo Conselho Fiscal da instituição e por auditoria externa contratada em caráter permanente.

Em relação à área da família, o objetivo é o promover o bem-estar social de pessoas e famílias em situação social problema, ou vítimas de disfunções da saúde física e mental.

Os assistentes sociais atuam avaliando as situações expostas pelos usuários quando do primeiro atendimento; aprofundam o estudo social e formulam, com o usuário, o plano de intervenção. O acompanhamento profissional é realizado até a promoção do indivíduo/família possibilitando o desligamento.

O atendimento na área da família estende-se à saúde física e mental através de trabalhos preventivos e educativos, como palestras e aconselhamentos.

Existe ainda o Centro de Convivência que têm suas finalidades e objetivos próprios, onde todos trabalham harmoniosamente e inter-relacionados, facultando a seus participantes a freqüência a vários dela simultaneamente, o que, na realidade, se constitui na intenção e meta de transformação da UNIBES num grande Centro de Convivência para seus usuários.

Já na área da infância e adolescência, o trabalho obedece a princípios básicos, como o estímulo aos sentimentos, emoções e pensamentos das crianças e a crença de que o homem é capaz de alcançar seus objetivos de maneira a transformar e reorganizar sua história.

3.3.1.2 Origens dos Recursos

Os recursos disponíveis para viabilização dos projetos são oriundos de receitas diversas: quadro de sócios, vendas realizadas no bazar, aluguéis, doações periódicas, contribuições efetivas, parcerias e eventos diversos realizados pelo grupo de "Arrecadação e Eventos".

3.3.1.2.1 Bazar Bernardo Goldfarb

O Bazar Bernardo Goldfarb da UNIBES é uma das principais fontes de renda da entidade. A sua finalidade primordial é atender aos assistidas da UNIBES; o excedente é comercializado, e renda revertida para os projetos sociais da entidade. Todos os dias, dezenas de freqüentadores vêm adquirir os produtos

que são doados : móveis, utilidades domésticas e eletroeletrônicos, livros, sapatos, roupas, brinquedos e materiais de escritório e decoração

3.3.1.2.2 Farmácia Privativa

Trata-se de uma dispensa de medicamentos, doados basicamente pelo Hospital Israelita Albert Einstein e distribuídos prioritária e gratuitamente para assistidos da entidade que não possuem condições financeiras para obtê-los de outra forma. O excedente é distribuído para a comunidade em geral, principalmente a residente no bairro do Bom Retiro e adjacências. Em ambos os casos, os medicamentos são fornecidos exclusivamente mediante apresentação de receita médica recente.

3.3.1.2.3 Voluntariado

O trabalho voluntário desempenha um grande papel dentro da entidade. É graças a pessoas que dedicam o seu tempo às causas sociais que boa parte dos projetos da UNIBES são levados adiante.

A instituição mantém um departamento de voluntariado, que entrevista e direciona os interessados em desenvolver alguma atividade nesse sentido. As áreas de atuação são diversas, como o bazar, a farmácia privativa, a creche ou a administração.

Existe um largo campo para os profissionais liberais da área da saúde, como: dentistas, fisioterapeutas, psicólogos, psiquiatras e terapeutas ocupacionais, que podem fornecer uma espécie de serviço gratuito, disponibilizando algumas horas semanais para os nossos assistidos - em seu próprio consultório ou nas dependências da UNIBES, no Bom Retiro.

Fonte: Dados obtidos em entrevista com Danívia, executiva da UNIBES, e em folders da instituição.

3.3.2 Visão Mundial

3.3.2.1 Apresentação

A Visão Mundial é uma organização não-governamental (ONG) presente em mais de 90 países, tendo sua sede localizada na cidade de Los Angeles –CA. No Brasil apóia projetos sociais com foco nas crianças que vivem em comunidades carentes. O princípio que norteia o trabalho da Visão Mundial no mundo há mais de 50 anos é simples: o esforço de uma pessoa pode mudar a realidade de muita gente.

As características dos projetos são:

- ✓ **Sustentabilidade:** Os projetos são centrados na dignidade das pessoas, buscando ser ecológica e economicamente viáveis.
- ✓ **Integralidade:** Procura atender as necessidades humanas nos seus aspectos espirituais, políticos, econômicos, sociais e ambientais.
- ✓ **Gradualidade:** Promove o desenvolvimento transformador, desde o nível mais básico de subsistência até a auto-suficiência individual e comunitária visando à dignidade humana. Os projetos mobilizam todas as forças presentes na área onde atuam, como grupos locais, igrejas, associações, grupos de mães e organizações públicas ligadas à comunidade. Trabalhando com uma visão de longo prazo, os projetos buscam a excelência gerencial e organizacional.

3.3.2.2 Compromisso

O Compromisso da Visão Mundial é com a promoção humana integral. Isso significa que cada centavo investido nos inúmeros projetos sociais tem como objetivo o desenvolvimento dos potenciais não só das crianças bem como de suas famílias e comunidades. Esse enfoque de atuação se divide basicamente em sete áreas:

- ✓ **Saúde:** Desenvolvimento de programas de saúde e nutrição, especialmente com foco nas áreas básicas. Embora haja ações corretivas, a Visão Mundial busca prioritariamente desenvolver as ações de caráter preventivo.
- ✓ **Educação:** Desenvolvimento de programas focados na educação infantil como pré-escola, creche, reforço e acompanhamento escolar.
- ✓ **Agroecologia:** Apoio a microprodutores através de orientação técnica que no sentido de garantir o manejo adequado da agricultura preservando-se o meio ambiente. Busca-se desenvolver a produção orgânica de frutas e vegetais; distribuição de sementes e, em muitos casos, realiza-se irrigação e hortas comunitárias. Apoio também à criação de animais e outras ações específicas que melhoram as condições das pequenas propriedades e dos produtores.

- ✓ **Desenvolvimento Econômico:** Apoio ao desenvolvimento de micro e pequenos negócios nas comunidades atendidas pela Visão Mundial, dando ênfase na capacitação gerencial, assistência técnica e financiamento.
- ✓ **Emergência e Reabilitação:** Socorro a situações de emergência e reabilitação de pessoas em caso de calamidades.
- ✓ **Direitos Humanos:** Atuação em todas as circunstâncias em que a vida estiver ameaçada, a Visão Mundial participa de fóruns internacionais e nacionais, mobilizando-se com outras ONGs na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente no combate à exploração e abuso sexual, prostituição infantil e sexo-turismo.
- ✓ **Organização Comunitária:** Mobilização e apoio a organização comunitária, pois crê no potencial inerente dado por Deus a todos. Através da organização comunitária, as comunidades são levadas a encontrar seus próprios caminhos e soluções de maneira transformadora.

3.3.2.3 Desenvolvimento Econômico

Os princípios do desenvolvimento econômico são:

- I – Ser desenvolvido dentro do conceito de desenvolvimento transformador sustentável.
- II – Estar focado prioritariamente nas áreas geográficas e comunidades com as quais a Visão Mundial trabalha.
- III – Desenvolver-se dentro do conceito de *Fair Trade*: preço justo e ecologicamente saudável e *Ethical Trade*.
- IV – Focar em atividades que promovam o incremento da renda e do trabalho.

3.3.2.4 O Marco Legal

Pode-se mencionar como parâmetros para as atividades de desenvolvimento realizadas pela Visão Mundial as seguintes disposições:

- 1 – A lei nº 9.970 de 23.03.1999 que dispõe sobre a criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), na qual prevê que são consideradas para tais fins organizações que dentre outras coisas atenda o art. 3º parágrafo IX experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito”.
- 2 – A resolução nº 2.627, de 02/08/1999 dispõe sobre a constituição e funcionamento de sociedades de crédito ao micro empreendedor.
- 3 – A lei Orgânica da Assistência Social de nº 8.742 promulgada em dez/1993 que define o escopo da assistência social no Brasil bem como os decretos 3.039 e 2.173 do “Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social”.

3.3.2.5 Origem dos Recursos

Os recursos que a Visão Mundial investe nos mais de 100 projetos sociais mantidos no Brasil provêm de doações voluntárias de pessoas físicas e jurídicas.

De 1999 a 2000, a ONG recebeu R\$ 1.182.646,00 através de doações privadas, o que significou, durante a década de 90 (partir de 1994), um aumento de doações de pessoas físicas (na ordem de 942%), de pessoas jurídicas, e de doações internacionais (380%). Além disso, a Visão Mundial conta com recursos provenientes de patrocínio – R\$ 374.914,00 em 1999/2000 – que também aumentou durante a década de 90, e com a doação de bens e serviços.

Uma das formas de captação de recursos de pessoas físicas consiste em um projeto pela qual os doadores se transformam em padrinhos de crianças. No Brasil, há 57 mil crianças apadrinhadas.

No que tange à parceria da ONG com o setor público, além das isenções fiscais (que se mantiveram constantes), a partir de 1999, a entidade começou a receber verbas governamentais (provenientes dos governos estadual, municipal e federal).

A partir de 2000, a Visão Mundial começou a receber também verbas de organismos internacionais como a World Vision.

Os projetos financiados pela organização são próprios ou de terceiros. Os critérios utilizados para a escolha dos projetos são: ter como objetivo o desenvolvimento de programas sociais com foco na criança (benefício de no mínimo 1000 crianças), for caracterizado por gestão comunitária e participativa, ter a comunidade como protagonista do seu desenvolvimento, promover contínua e progressivamente a reflexão coletiva e mudanças duradouras e sustentáveis.

O capital disponível é alocado, principalmente, no treinamento e pagamento do pessoal que desenvolve o projeto.

A Visão Mundial conta com 107 funcionários remunerados e o apoio esporádico de voluntários que atuam nas áreas de marketing, desenvolvimento de projetos e no centro de documentação e informação.

Para garantir a integridade na aplicação dos recursos financeiros, são realizadas auditorias nacionais e internacionais. Todos os projetos apoiados pela Visão Mundial prestam contas mensalmente das atividades realizadas e da aplicação dos recursos financeiros. Além disso, anualmente, um plano de ação de atividades de cada projeto é elaborado juntamente com um plano financeiro de gastos.

Para fazer convênios e parcerias com a Visão Mundial a instituição solicitante deverá encaminhar uma cópia do o projeto acompanhado de uma carta de solicitação de convênio ou parceria para estudo de viabilidade feito por nossa equipe técnica para a Visão Mundial.

Os critérios de elegibilidade dos projetos são:

- ✓ Pertencer a uma área geográfica de atuação da visão mundial (Nordeste, Norte de Minas, e grandes centros urbanos de SP, RJ ou BH);
- ✓ Desenvolver programas sociais com foco nas crianças;
- ✓ Promover benefícios para no mínimo 1000 crianças;
- ✓ A gestão for comunitária e participativa;
- ✓ A comunidade for protagonista do seu desenvolvimento;
- ✓ Promover mudanças mais duradouras e sustentáveis;
- ✓ Promover uma consciência de progressiva reflexão coletiva.

3.3.2.5.1 Programa de apadrinhamento

Com apenas 30 reais pode se contribuir para que uma criança, sua família e comunidade sejam beneficiadas por projetos desenvolvidos pela VM. Ao se inscrever para o apadrinhamento, recebe-se uma foto da criança, informações sobre ela, sua família e o projeto no qual será assistida. É possível realizar o acompanhamento do progresso da crianças através de relatórios anuais que são enviados aos padrinhos os quais podem também trocar correspondências com a criança e sua família.

Doação de 30 reais por mês para a assistência de uma criança que pode-se inclusive conhecer.

Os recursos de apadrinhamento direcionam-se aos projetos comunitários que atendem tanto as crianças bem como suas famílias e comunidade. Estes projetos q contam com a orientação técnica da VM e o envolvimento local, desenvolvem programas nas áreas de saúde, educação, geração de renda e desenvolvimento comunitário; áreas de atuação.

A VM tem como áreas estratégicas de atuação o nordeste semi-árido brasileiro e o Norte de Minas. São aproximadamente 38.310 beneficiários diretos na região, ou seja, quase 70% dos beneficiários da Visão Mundial no Brasil.

Fonte: Dados obtidos em entrevista com Jairo Caldas, gerente de comunicação e marketing da Visão Mundial, e no *site* institucional (www.visaomundial.org.br).

3.4 Organismos Internacionais

Entidades internacionais e multilaterais foram as grandes introdutoras do conceito e as responsáveis pela valorização do terceiro setor em todo o mundo subdesenvolvido. Foram as grandes fundações, Igrejas e mesmo entidades governamentais de países capitalistas desenvolvidos que, desde o fim da década de oitenta, passaram a investir maciçamente na construção das sociedades civis dos países do desmoronado bloco soviético.

No Brasil, a presença dos organismos internacionais, ao longo das últimas décadas, contribuiu decisivamente para a constituição de um novo campo político, o das ONGs, assim como para a incorporação pela sociedade civil brasileira de um conjunto de mínimos morais essenciais para o exercício de uma autêntica solidariedade internacional (Wazen, 1994; Landim, 1993).

Nos anos noventa, a Fundação americana W.K. Kellogg, veio assumir uma posição que pode ser caracterizada como um mecenato do terceiro setor: em praticamente toda a América Latina e outras partes do mundo em desenvolvimento, projetos pioneiros voltados para o "fortalecimento da sociedade civil", para o estudo do terceiro setor e para temas como o desenvolvimento da filantropia e voluntariado contou com o apoio financeiro maciço desta instituição.

Pesquisas internacionais realizadas no Brasil, financiadas por fundações e agências governamentais, foram responsáveis pela própria introdução do conceito de "terceiro setor" no Brasil, termo ainda desconhecido do público em geral e que causou – e ainda causa – muito estranhamento na comunidade científica e em meios profissionais.

O Banco Mundial é, sem dúvida, a instituição internacional que mais contribuiu para a consolidação e disseminação deste campo no mundo em desenvolvimento. A colaboração operacional com ONGs (para o Banco Mundial, terceiro setor é sinônimo de *non-governmental organization sector*) nas atividades do Banco tornou-se mais comum a partir da década de setenta e, deste momento em diante, experimentou rápida expansão.

Segundo levantamento coordenado por Michael Bailey e Leilah Landim, em 1995, cobrindo um universo de 41 agências não-governamentais de cooperação internacional atuantes no Brasil, o volume de recursos total estimado foi de US\$ 75 milhões em 1994. Para o cálculo dos valores aplicados no Brasil, foram computados dados informados por 33 agências. Examinando com mais detalhes os resultados, constata-se que cerca de 67,5% delas dispunham de orçamentos inferiores a US\$ 900 mil para projetos no Brasil. E apenas 18% empregavam no país somas superiores a US\$ 4 milhões.

Com relação ao valor dos projetos financiados, 60% das agências estimavam um valor médio abaixo dos US\$ 30 mil, sendo que apenas 10% declararam conceder financiamentos médios superiores a US\$ 100 mil. Fica evidente nesses dados que o volume de recursos disponibilizados por esta modalidade de cooperação não se presta a nenhuma ambição substitutiva do Estado, embora esta seja uma discussão cada vez mais complexa diante de propostas de reforma do Estado orientadas para uma complementariedade crescente entre o público governamental e o não-governamental (Pereira & Grau,

1999). A crescente diversificação das bases de sustentação das ONGs brasileiras também deverá levar a uma reflexão mais aprofundada sobre a qualidade específica das relações estabelecidas entre as ONGs brasileiras e as suas contrapartes internacionais, em particular as européias.

Ainda de acordo com a pesquisa mencionada junto às agências atuantes do Brasil, quando perguntadas sobre os temas prioritários da atuação no Brasil, encontramos um predomínio do desenvolvimento sustentável rural (também aparecem menções a desenvolvimento comunitário e local), seguidas de gênero e/ou saúde reprodutiva. As questões de meio ambiente, democracia, cidadania, políticas públicas e educação também são destacadas. Outros temas que aparecem pontualmente são: reforma agrária e urbana, sindicalismo, Aids e violência. Os coordenadores do estudo ressaltam que as agências freqüentemente mencionam vários temas prioritários, mostrando opções não-exclusivas.

Quanto às atividades priorizadas nos projetos, a pesquisa revelou uma opção generalizada das agências pelas iniciativas mais tradicionais de formação/capacitação e assessoria. A essas atividades seguem-se aquelas vinculadas às políticas públicas, lobby, pesquisas e campanhas. Também são mencionadas pontualmente iniciativas como organização, atividades produtivas, articulações e redes.

Com relação às regiões do país, a pesquisa mostrou uma clara preferência pelo Nordeste, seguido do Norte (sobretudo a Amazônia) e do Sudeste, embora a maioria financie iniciativas em todo o país. A região menos priorizada é a Centro-Oeste .

Finalmente, levando-se em conta a população-alvo e as parcerias preferenciais das agências que atuam no Brasil, constatou-se um amplo leque de setores apontado pelas agências como parte da população-alvo a ser atingida nos projetos. Provavelmente, considerando mudanças recentes no sentido de uma maior concentração e especialização, este quadro já deve ter se alterado. Mas esta é uma hipótese ainda a ser verificada em novos levantamentos. Há uma predominância de projetos voltados para trabalhadores rurais e pobres e/ou marginalizados urbanos. Apesar de uma proporção significativa das agências incluir mulheres e negros como parte da população-alvo (67,6% e 48,6% respectivamente), apenas 13% incluiu as mulheres como grupo prioritário entre a população-alvo. Os negros não foram incluídos entre as primeiras opções por nenhuma das agências consultadas.

opulação-alvo das agências de cooperação não-governamentais no Brasil

	Número de Agências (1)	% de agências
Pequenos produtores rurais/pescadores	27	73,0
Moradores da periferia urbana	26	70,3
Mulheres	25	67,6
Crianças / Adolescentes	23	62,2
Índios	23	62,2
Assalariados rurais	20	54,1
Negros	18	48,6
Assalariados urbanos	14	37,8
Moradores de rua	13	35,1
População em geral	12	32,4
Terceira idade	3	8,1
Outros	13	35,1

Fonte: Bailey, Michael & Landim. *Agências Internacionais Não-Governamentais de Desenvolvimento Atuando no Brasil: Cadastro*. Rio de Janeiro: Iser, 1995.

(1) 37 casos válidos

Uma das formas utilizadas de cooperação internacional é a cooperação técnica, que tem por objetivo a transferência, em caráter não comercial, de experiências e conhecimentos técnicos, visando à resolução de problemas críticos de desenvolvimento social e econômico.

A transferência e a absorção de conhecimentos técnicos específicos constituem os aspectos fundamentais da cooperação técnica. O repasse desses conhecimentos pode se dar por meio do desenvolvimento de trabalhos conjuntos de duas ou mais instituições executoras dos dois países parceiros, no caso da cooperação bilateral, ou por meio da cooperação entre um organismo internacional e uma ou mais instituições nacionais, no caso da cooperação multilateral.

O acesso à Cooperação Técnica Internacional no Brasil inicia-se por uma solicitação de cooperação técnica à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), agência criada há 10 anos, no âmbito do Itamaraty, responsável pela administração da cooperação técnica internacional no País. A Agência tem como atribuição coordenar e supervisionar os programas e projetos brasileiros de Cooperação Técnica, em todas as áreas do conhecimento. Os programas e projetos são negociados e implementados ao amparo dos acordos firmados pelo Brasil com os países parceiros e com os organismos internacionais.

O total de recursos da cooperação técnica internacional sob a administração da ABC, de fontes bilaterais, em junho/99, somava US\$ 92,6 milhões, sendo os maiores doadores o Japão, a Alemanha, o Reino Unido e a França. O meio ambiente absorve a maior parte destes recursos (42%), seguido pela área social (17%), agricultura (14%) e saúde (12%). Os recursos vindos de organismos multilaterais somavam, na mesma data, algo em torno de US\$ 50 milhões.

Uma tendência importante detectada em várias agências é a concentração de recursos em um número menor de parceiros e de temáticas, acompanhado de uma maior regionalização das atividades. As vantagens apontadas como justificativas para as mudanças, como, por exemplo, melhores condições no acompanhamento dos projetos, certamente fazem sentido. Porém, deveriam ser seguidas de um esforço amplo de coordenação coletiva, envolvendo agências e parceiras brasileiras, evitando descontinuidades que comprometem projetos que consumiram anos de recursos não apenas financeiros. Infelizmente, na maior parte das vezes, o que tem ocorrido é uma tomada unilateral de decisão por parte das agências.

Um aspecto também importante é a tendência a uma maior diversidade de fontes de apoio a iniciativas antes financiadas de forma praticamente integral pela cooperação. Em parte isto corresponde à legitimidade alcançada pelas organizações civis que passam a ser vistas, inclusive pelas agências governamentais, como parceiras necessárias na formulação e implementação de políticas públicas. Da mesma forma, embora de uma maneira ainda muito limitada e restrita a alguns setores, começa a ocorrer um tipo de filantropia empresarial que poderá cumprir um papel importante no futuro. Considerando o universo de organizações cobertas pela cooperação, esta diversificação não deve ser superestimada, mas coloca novos e importantes desafios às relações de cooperação entre agências e parceiros brasileiros.

No futuro, uma menor dependência dos fundos da cooperação internacional não-governamental pode criar condições para uma renovação radical das relações entre agências e organizações brasileiras. A possibilidade de liberar recursos da cooperação cada vez mais para ações de interesse comum, especialmente na esfera global, facilita a construção daqueles "mínimos morais" comuns que conformam a base principal de uma esfera pública não estatal internacional. O apoio a processos de articulação entre as sociedades civis do Sul e do Norte na esfera internacional, um dos desafios centrais da globalização.

3.4.1 Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

3.4.1.1 Apresentação

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, a maior e mais antiga instituição multilateral de desenvolvimento regional, foi fundado em 1959 para ajudar a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe.

Os esforços para criar uma instituição de desenvolvimento que se concentrasse nos problemas prementes da região datam da Primeira Conferência Interamericana de 1890. Em 1958, uma proposta específica neste sentido do presidente Juscelino Kubitschek do Brasil recebeu o apoio de todo o Hemisfério e, pouco depois, a Organização dos Estados Americanos redigiu o anteprojeto do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Hoje, são 46 as nações membros do Banco, compreendendo 26 países da América Latina e do Caribe, Estados Unidos, Canadá e 18 países extra-regionais.

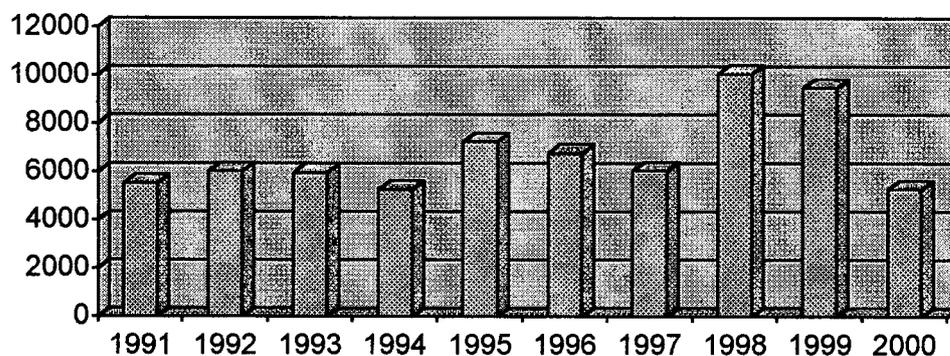
O Banco se transformou em um importante catalisador da mobilização de recursos para a região. Suas principais funções são utilizar capital próprio, fundos captados nos mercados financeiros e outros recursos disponíveis para financiar o desenvolvimento dos países membros mutuários; suplementar investimentos privados na falta de capital privado em termos e condições razoáveis; e proporcionar assistência técnica para a preparação, financiamento e execução de projetos de desenvolvimento.

No desempenho de sua missão, o Banco aprovou US\$ 106 bilhões para projetos que representam um investimento total de US\$ 263 bilhões.

As operações de Banco abrangem o espectro completo do desenvolvimento econômico e social, com ênfase em programas que beneficiam diretamente as populações de baixa renda. No passado, os empréstimos concentraram-se nos setores produtivos da agricultura e da indústria, nos setores de infra-estrutura física de energia e transporte e nos setores sociais de saúde pública e ambiental, educação e desenvolvimento urbano. No período de 1994 – 2000, 48% do volume de empréstimos aprovados pelo Banco e 43,3% do número de projetos visaram a redução da pobreza e a equidade sociais, ultrapassando assim a meta em volume de dólares, embora não conseguisse atingi-la quanto ao número de operações. Contudo, 43% da carteira ativa de empréstimos do Banco, no valor de US\$ 49 bilhões, estão voltados para setores sociais – o que torna o BID uma das instituições financeiras multilaterais mais dedicadas aos setores sociais.

Os empréstimos do BID em 2000 totalizaram US\$ 5,3 bilhões, uma queda considerável em relação ao nível de US\$ 9,5 bilhões em 1999 (ver gráfico abaixo e anexo III). O programa de empréstimos de emergência, uma iniciativa de um ano para salvaguardar a estabilidade, havia sido responsável por grande parte dos maiores níveis de empréstimos em 1998 – 1999. Os desembolsos para a região totalizaram US\$ 7,1 bilhões.

Empréstimos em milhões de dólares



Fonte: Relatório anual BID 2000.

Pelo sétimo ano consecutivo, o BID foi a principal fonte de crédito multilateral na América Latina e no Caribe, contribuindo para os esforços não só de aliviar a pobreza, como também de construir infra-estrutura, aumentar a produtividade, apoiar o setor privado e reformar as instituições.

O Grupo do BID compreende também a Corporação Interamericana de Investimento (CII), filiada autônoma do Banco que promove o desenvolvimento econômico mediante o financiamento de pequenas e médias empresas privadas, e o Fundo Multilateral de Investimento (Fumin), que apóia reforma de sistemas de investimento e desenvolvimento do setor privado.

Os recursos financeiros do Banco consistem na conta do capital ordinário – que inclui o capital subscrito, as reservas e os fundos levantados mediante captações – e os fundos em administração, constituídos de contribuições feitas por diversos países membros. O Banco também conta com o Fundo para Operações Especiais para empréstimos em termos concessionais em países classificados como economicamente menos desenvolvidos.

As subscrições de capital dos países membros compreendem capital realizado e capital exigível. A subscrição de capital realizado é feita mediante pagamento em efetivo e representa apenas 2,5% da contribuição do país membro. A parte maior dessa contribuição é feita na forma de capital exigível – ou garantias dos empréstimos do banco nos mercados financeiros mundiais.

O banco levanta fundos para as suas operações nos mercados de capital da Europa, do Japão, da América Latina e do Caribe e dos Estados Unidos. Os seus títulos de dívida receberam a classificação AAA dos três principais serviços de classificação de valores dos Estados Unidos e têm *status* semelhante nos outros grandes mercados financeiros.

A autoridade máxima do Banco é a Assembléia de Governadores, em que cada país membro está representado. Os governadores são em geral Ministros da Fazenda, diretores de bancos centrais ou autoridades de categoria semelhante. A Assembléia de Governadores delegou muitas das suas faculdades operativas à Diretoria Executiva, responsável pelas operações do dia a dia do Banco.

O Banco, que tem sede em Washington, D.C., mantém representações em todos os seus países membros regionais, assim como em Paris e em Tóquio.

3.4.1.2 Atuação no Brasil

Em 2000, o Banco aprovou sete empréstimos, uma garantia de empréstimo, três operações de cooperação técnica e cinco financiamentos do Fumin ao Brasil. Acumulados, os empréstimos somaram 280, no total de US\$22.106 milhões, e os desembolsos totalizaram US\$16.981 milhões.

3.4.1.2.1 Programa de melhoramento urbano Favela-Bairro no Rio de Janeiro, Fase II (Empréstimo de US\$ 180 milhões do Capital Ordinário)

Esta operação irá criar infra-estrutura básica e serviços sociais, além de permitir a concessão de títulos de propriedade em áreas marginais e de baixa renda da cidade. Cerca de 230.000 pessoas serão beneficiadas pelo programa, que financiará construção e reparos de ruas e obras de água potável, esgotos, creches e outras instalações comunitárias e de lazer; melhorará o serviço de eletricidade e a coleta de lixo; e dará treinamento profissional e ensino regular a adultos. Serão proporcionados ainda alimentação e serviços educacionais a crianças e adolescentes em situação de risco. Assistência técnica e jurídica ajudará a regularizar propriedades em favela e áreas de ocupação irregular.

3.4.1.2.2 Programa de saneamento básico do Distrito Federal (Empréstimo de US\$ 130 milhões do CO)

Esta operação financiará várias obras de águas, esgotos e estações de tratamento visando a melhorar o saneamento do Distrito Federal. Os projetos incluem a construção da usina de tratamento de água Contagem-Paranoazinho-Sobradinho e reparos de sistema de abastecimento de água em áreas residenciais de baixa renda, pavimentação de ruas e construção de redes de esgotos e de escoamento de águas pluviais. O programa apoiará ainda a criação de um órgão regulador autônomo de águas e saneamento e a elaboração de um plano estratégico de modernização e melhoria do atendimento aos cliente para a empresa de serviços públicos.

3.4.1.2.3 Light - Serviços de Eletricidade (Garantia de US\$ 100 milhões de dólares do CO)

Esta operação ajudará a garantir US\$ 200 milhões em títulos prioritários a cinco anos, sem garantia, emitidos por uma empresa privada, Light – Serviços de Eletricidade, para financiar melhoria e expansão do fornecimento de eletricidade no estado do Rio de Janeiro. O programa permitirá o estabelecimento de conexões para 130.000 novos usuários, a modernização do serviço residencial e comercial, a regularização de ligações clandestinas e a compra de novos equipamentos. O aval do BID cobrirá riscos ligados a conversibilidade e transferência de moedas e à expropriação de fundos. O Organismo Multilateral de

Garantia de Investimento e outras seguradoras deverão garantir os restantes US\$100 milhões dos títulos.

3.4.1.2.4 Programa de desenvolvimento sustentável para o Pantanal (Empréstimo de US\$ 82,5 milhões do CO)

Situado no centro da América do Sul, o Pantanal é o maior complexo pantanoso do mundo e abriga flora e fauna notáveis. Mas pressões demográficas, poluição das águas, erosão do solo e turismo desregulado ameaçam cada vez mais a região. Este empréstimo financiará um plano de longo prazo para proteger o Pantanal, mediante o acréscimo de 1,5 milhão de hectares à área protegida, apoio à regulamentação e modernização das instalações de saneamento para melhorar a qualidade da água e estabilizar as populações de peixes de valor comercial, introdução de técnicas agropecuárias ecologicamente sustentáveis e desenvolvimento de um plano para o ecoturismo.

3.4.1.2.5 Projeto da usina hidrelétrica de Cana Brava (Empréstimo de US\$75 milhões do CO com um empréstimo "B" de US\$85,2 milhões)

Este empréstimo financiará a construção de uma usina hidrelétrica de 450 MW, de propriedade e operação privadas, localizada no rio Tocantins, estado de Goiás. A usina será operada pelo tomador do empréstimo, a Companhia Energética Meridional, e fornecerá eletricidade para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que sempre tiveram dificuldade para atrair investimento privado. O financiamento cobrirá a construção de uma represa e de dois diques, que formarão um reservatório de 139 km², a instalação de turbinas e a construção de 50 km de linhas de transmissão até o interconector da serra da Mesa.

3.4.1.2.6 Consolidação e auto suficiência de assentamentos do programa de reforma agrária (Empréstimo de US\$50 milhões do CO)

Os assentamentos de sem-terra no Brasil podem habilitar-se a vários serviços prestados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Entretanto, os esforços para tornar essas comunidades auto-suficientes têm tido pouco êxito. Este programa-piloto acelerará o processo de auto-suficiência de assentamento em sete estados, financiando obras de infraestrutura, como estradas, eletrificação, abastecimento de água, escolas e instalações de produção.

3.4.1.2.7 Projeto Energia Norte (Empréstimo de US\$23,7 milhões do CO com empréstimos "B" no total de US\$37,2 milhões)

Este projeto levará eletrificação a áreas remotas do Norte do Brasil ainda não ligadas à rede nacional de energia. A instalação, operação e manutenção de geradores a diesel proporcionarão eletricidade a cerca de 700.000 pessoas em áreas rurais carentes nos estados de Pará, Rondônia e Acre. Uma empresa privada, Guascor do Brasil Ltda., executará o projeto, dentro de acordos de suprimento de energia com companhias estatais de distribuição.

3.4.1.2.8 Usina hidrelétrica Dona Francisca (Empréstimo de US\$16 milhões do CO com empréstimo “B” de US\$25 milhões)

A usina de 125 MW a ser construída com este financiamento é uma das alternativas de baixo custo constantes do plano decenal de expansão para atender à crescente demanda de eletricidade no Brasil. O plano incentiva a participação do setor privado, a fim de reduzir custos e aumentar a eficiência. Localizada à margem do rio Jacuí, no Rio grande do Sul, a usina, que será construída por uma empresa privada, Dona Francisca Energética, aumentará a oferta de eletricidade para a indústria automobilística, de cimento e de aço na região. A operação inclui a instalação de unidades de turbinas/geradores, uma subestação, infra-estrutura, estruturas secundárias e linhas de transmissão.

3.4.1.2.9 Utilização sustentável da floresta tropical no Acre (Cooperação Técnica não reembolsável de US\$750.000 do Fundo especial do Japão)

A queda nos preços da borracha nos últimos anos fez com que muitos seringueiros do Acre recorressem a derrubada indiscriminada de árvores, prejudicial ao meio ambiente. Este programa proporcionará atividades de produção alternativa aos seringueiros. Será posto em prática um plano de manejo florestal sustentável, com base na comunidade, juntamente com projetos-pilotos de criação de peixes nativos e extração de óleo de copaíba. Além disso, as comunidades receberão treinamento em fundação de pequenos negócios.

3.4.1.2.10 Fundo técnico para novas campanhas de software (Investimento de capital de US\$45 milhões do Fumin)

A criação deste fundo promoverá três objetivos básicos do Fumin: fornecer capital, assessoria financeira e técnica e autonomia com valor agregado a cerca de 15 pequenas e médias empresas com planos comerciais sólidos; desempenhar um papel catalisador na criação de uma companhia independente para a gestão de investimento de capital de risco; e promover o desenvolvimento da indústria de capitais de risco no Brasil.

3.4.1.2.11 Fundo técnico em Santa Catarina (Investimento de capital de US\$3,3 milhões do Fumin)

Este projeto criará um fundo de capital de risco para investimentos de capital ou quase-capital em pequenas empresas de tecnologia e/ou incubadoras de tecnologia, no estado de Santa Catarina, que tenham forte potencial econômico e cujos produtos e processos envolvam tecnologia criativa.

3.4.1.2.12 Regulamentação de planos de saúde privados (CT não reembolsável de US\$1,55 milhão do Fumin)

Este projeto dará apoio a um novo quadro regulador para os planos de saúde privados e ajudará a tornar mais eficiente e competitivo o sistema de saúde privado no Brasil. O programa visa a melhorar a qualidade da assistência de saúde básica, mediante a criação de várias formas de subscrição para os subscritores de planos de saúde privados.

3.4.1.2.13 Programa de capacitação de sindicatos (CT não reembolsável de US\$1,53 milhão do Fumin)

Este programa tem como meta aumentar a eficácia e a eficiência das negociações trabalhistas. Será criado um sistema descentralizado de capacitação em negociação de trabalho a fim de oferecer treinamento contínuo e qualificar melhor os líderes sindicais e os sindicatos no Brasil e outros países do Mercosul.

Fonte: Dados obtidos no Relatório Anual 2000 e no *site* institucional.

3.4.2 UNICEF

3.4.2.1 Apresentação

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF foi criado em 11 de dezembro de 1946, durante a primeira sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Era um fundo emergencial para atender as necessidades das crianças na Europa, no Oriente Médio e na China no período pós-guerra.

Com a reconstrução da Europa, alguns países decidiram que a missão do UNICEF estava cumprida. No entanto, os países mais pobres argumentaram que as Nações Unidas não podiam ignorar as crianças ameaçadas pela fome e pela doença em outras partes do mundo. Então, em 1950, o UNICEF teve seu mandato ampliado para atender as crianças de todo o mundo em desenvolvimento e, em 1953, deixou de ser um fundo de emergência, tornando-se um órgão permanente do sistema das Nações Unidas.

O UNICEF tem acordos de cooperação assinados com 161 países e territórios em desenvolvimento nos quais atua, apoiando os governos e organizações não governamentais em seus esforços voltados para o atendimento das crianças, adolescentes e mães. Sempre que as crianças e adolescentes de um país precisam, o UNICEF dispõe-se a ajudá-los; afinal a melhor maneira de construir um mundo estável e próspero é dar a cada criança o direito de crescer como um indivíduo saudável, capaz de atingir o seu potencial.

3.4.2.2 Atuação no Brasil

A prioridade do UNICEF no Brasil é mobilizar a família, a sociedade e o Estado pelos direitos da criança e do adolescente. Apesar de ter uma das mais progressistas leis para a infância, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o país ainda está longe de garantir de fato os direitos sociais de sua população infanto-juvenil. Cooperando com o Brasil desde 1950, o UNICEF trabalha em parceria com órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, contribuindo para a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança brasileira.

Na luta pelo direito a uma educação de qualidade, no combate à mortalidade infantil e materna, no combate à exploração sexual e à violência doméstica, na luta pela erradicação do trabalho infantil, na promoção da saúde, o UNICEF apóia projetos desenvolvidos por Organizações Governamentais ou por Organizações Não Governamentais tais como o Sorri-Brasil, em São Paulo, de atendimento a crianças deficientes; a Pastoral da Criança e seus agentes comunitários de saúde; o projeto "Ações Complementares à Escola", que o UNICEF promove com o CENPEC (Centro de Pesquisas para a Educação e Cultura), com o apoio do Banco Itaú, reconhecido como uma proposta inovadora na educação básica; a Creche Sal da Terra, em Olinda (Pernambuco), de atendimento a crianças que trabalhavam como catadoras de lixo; projetos de educação ambiental e indígena na Amazônia; projeto da Prefeitura de Altamira (Pará) de atendimento a adolescentes exploradas sexualmente, entre tantos outros.

O UNICEF também procura incluir os temas ligados à infância e à adolescência nos meios de comunicação para conscientizar a população e o

poder público sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Além disso, por meio de cursos de capacitação e oficinas de treinamento, busca contribuir na formação dos comunicadores da temática infantil.

3.4.2.3 Origens dos Recursos

O orçamento do UNICEF provém inteiramente de contribuições voluntárias dos governos, de organizações não governamentais e de particulares. Parte dos recursos resulta da venda de cartões e brindes de Natal e da campanha Criança Esperança, promovida pela Rede Globo. Toda doação feita por empresas ou por particulares no Brasil é aplicada somente no Brasil.

Há 14 anos, o UNICEF tem um sério compromisso com o público e com a Rede Globo. O dinheiro arrecadado com o Criança Esperança é repassado a projetos que tenham objetivo de realmente transformar a realidade de meninos e meninas e de suas famílias. Em 1999, cerca de 60 mil crianças e adolescentes, 3,5 mil professores e 5 mil famílias foram beneficiadas, contribuindo-se assim para o desenvolvimento social do Brasil.

3.4.2.3.1 Criança esperança

A campanha Criança Esperança é uma campanha anual de arrecadação de fundos e de conscientização da população, realizada por meio de uma parceria do UNICEF com a Rede Globo. Os fundos são integralmente repassados para instituições que atendem diretamente crianças e adolescentes unicamente no Brasil.

A Campanha Criança Esperança, promovida desde 1986 pela Rede Globo de Televisão para o UNICEF, completou 15 anos em 2000. Desde sua criação, a Campanha arrecadou 40,6 milhões de dólares que foram investidos em mais de 4.500 projetos, beneficiando mais de um milhão de crianças e adolescentes. Além do apoio financeiro considerável a projetos sociais, a Campanha cumpriu um papel fundamental na conscientização da sociedade e do poder público sobre a situação das crianças e dos adolescentes do Brasil.

Os fundos arrecadados nas campanhas Criança Esperança são integralmente repassados para instituições governamentais e não governamentais que atendem crianças e adolescentes exclusivamente no Brasil. O UNICEF apóia projetos no Brasil inteiro, sendo que mais de 50% dos fundos são investidos no Norte e Nordeste do país.

Os fundos são investidos em projetos que atendem crianças e adolescentes no país inteiro da seguinte forma:

- ✓ *Projetos que atendem crianças matriculadas nas escolas com o objetivo de combater a evasão e a repetência escolar, melhorando o desempenho. São projetos que capacitam os professores, oferecem reforço escolar e organizam atividades culturais e de lazer para as crianças fora do período escolar. O objetivo é que elas não fiquem sozinhas nas ruas em situação de risco para prostituição, trabalho infantil e drogas, e continuem a estudar com sucesso.*

- ✓ *Projetos que reintegram crianças e adolescentes à escola.* São programas voltados para meninos e meninas que não estudam porque trabalhavam ou porque estão em situação de rua. Esses projetos sensibilizam os pais sobre a importância da educação, capacitam professores para receber essas crianças nas escolas, organizam atividades de reforço escolar, lazer, esporte e cultura e promovem discussões sobre temas como drogas, doenças sexualmente transmissíveis, violência.
- ✓ *Projetos que melhoram a saúde de crianças e adolescentes.* São projetos que combatem a mortalidade infantil, acompanham crianças com HIV/AIDS, recuperam crianças e adolescentes usuários de drogas, acompanham crianças portadoras de necessidades especiais, realizam atividades de prevenção contra gravidez na adolescência.
- ✓ *Projetos que promovem educação de qualidade e saúde para crianças de 0 até 6 anos.* São projetos que capacitam educadores de creches para ter cuidados básicos de saúde com as crianças e para desenvolver atividades pedagógicas que garantam seu desenvolvimento.
- ✓ *Projetos que promovem uma educação que respeite a cultura e a língua de populações indígenas.* São projetos que levam uma educação adequada às populações indígenas.
- ✓ *Projetos de iniciação profissional.* São projetos que capacitam adolescentes em informática, lutheria, atendimento a clientes, entre outras, para facilitar seu ingresso no mercado do trabalho.

3.4.2.3.1.1 Evolução do Montante de Recursos

1996

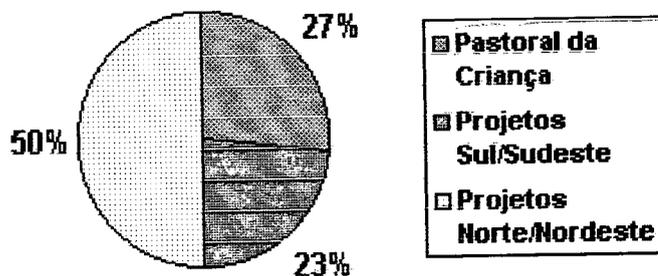
A receita bruta da campanha de Criança Esperança 1996 foi de R\$6.450.738,00. Desse total, R\$1.200.000,00 foram repassados à Pastoral da Criança para serem aplicados no Programa Criança Viva.

1997

A Campanha de 1997 gerou uma receita bruta de R\$ 5.851.781,00 que foi repassada para projetos de atendimento a crianças e adolescentes no país inteiro.

Os recursos foram alocados desta maneira:

- ✓ 27% foram repassados à Pastoral da Criança que atua no país inteiro
- ✓ 23% foram repassados para projetos nas cinco cidades que mais contribuíram: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba
- ✓ 50% foram destinados a projetos no Norte e no Nordeste.



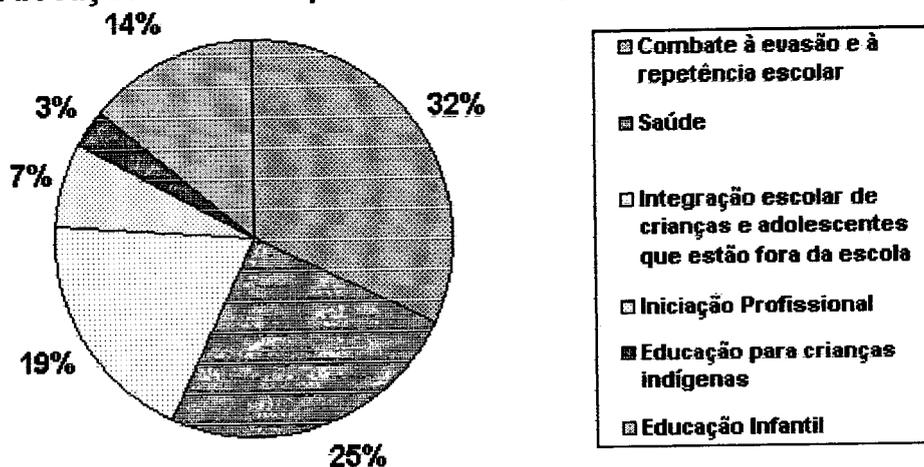
1998

A campanha de 1998 gerou uma receita líquida de R\$ 4.296.572 que foi integralmente repassada para projetos no país inteiro.

A receita foi alocada desta maneira:

- ✓ 27% para a Pastoral da Criança que atua no país inteiro;
- ✓ 40% para projetos no Nordeste ;
- ✓ 11% para projetos no Norte ;
- ✓ 16% para projetos no Sudeste;
- ✓ 5% para projetos no Sul;
- ✓ 1% para projetos no Centro-Oeste.

Alocação da receita por área de atuação



1999

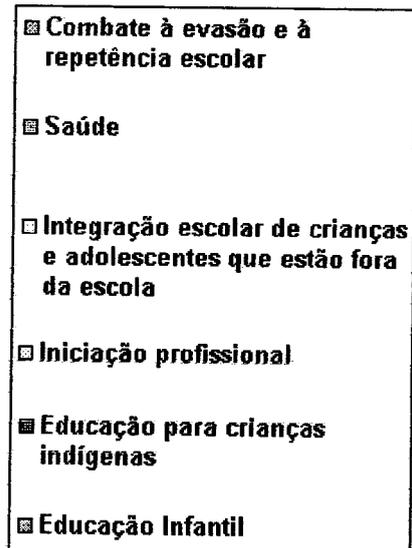
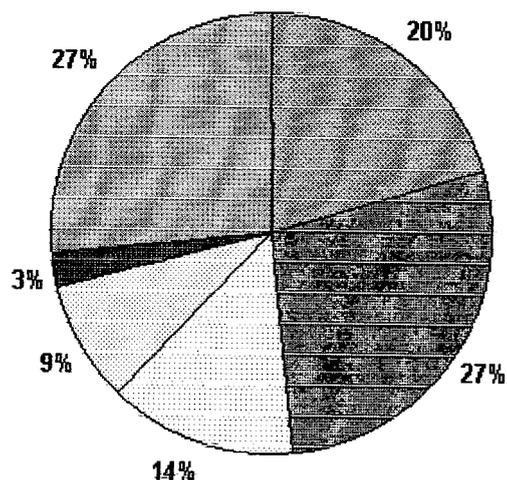
Na campanha de 1999 foram arrecadados R\$ 1.992.507 que estão sendo repassados para projetos de atendimento a crianças e adolescentes no país inteiro. A receita ficou menor em 1999, porque neste ano não foi possível montar, junto às empresas de telefonia, um sistema de desconto das doações na conta telefônica. A central de atendimento que foi montada para receber doações por meio de desconto na conta bancária e no cartão de crédito não deu conta da demanda.

Os recursos foram alocados desta maneira:

- ✓ 27% para a Pastoral da Criança que atua no país inteiro;

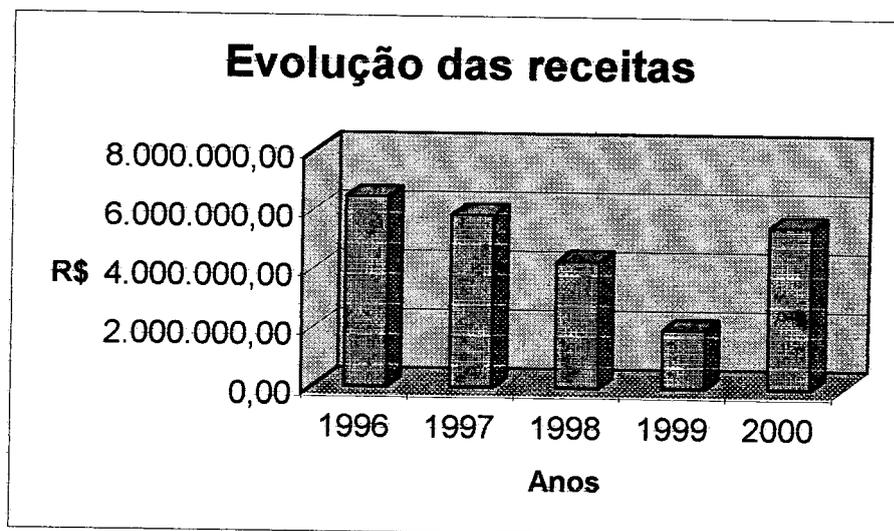
- ✓ 39% para projetos no Nordeste ;
- ✓ 10% para projetos no Norte ;
- ✓ 24% para projetos no Sul e Sudeste .

Alocação da Receita por área de atuação



2000

A Campanha de 2000 gerou uma receita líquida de 5,5 milhões de reais que serão repassados para projetos que atendem crianças e adolescentes no país inteiro. Os projetos estão sendo avaliados pelos escritórios do UNICEF em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís, Fortaleza e Belém.



Pode-se observar que houve uma inconstância na quantidade de recursos, tendo diminuído desde 96, quando obteve-se a maior receita.

Fonte: Dados obtidos no *site* institucional.

3.5 Governo

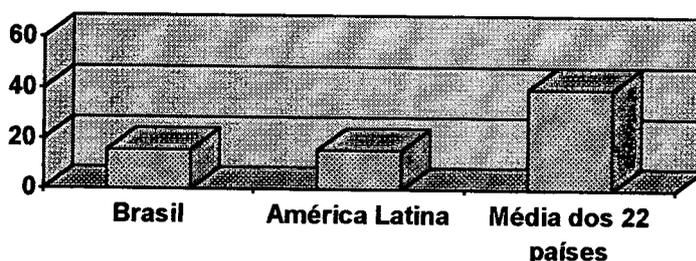
Indiretamente todas as organizações sem fins lucrativos de utilidade pública já recebem um certo financiamento do governo, através de determinadas isenções. Entretanto, observa-se um pequeno peso do financiamento do Estado no terceiro setor brasileiro.

De acordo com Leilah Landim, as transferências governamentais, considerando as federais, estaduais e municipais, respondem por apenas 14,5% das contribuições neste setor.

Fontes de Recursos	Valores	%
Governo	1.769,7	14,55%
Federal	839,3	47,43%
Estadual	627,2	35,44%
Municipal	303,2	17,13%
Doações Privadas	2.090,9	17,19%
Empresas	388,9	18,60%
Indivíduos	1.702,0	81,40%
Receitas Próprias	8.305,3	68,27%
Total de Receitas	12.165,9	100,00%

O financiamento de governo fica ainda mais irrisório quando comparado aos demais países como por exemplo os Estados Unidos, onde 36% da verba total das organizações não lucrativas é obtida diretamente do Estado e, na Europa ocidental, o número chega a 70%.

Médias de Investimento do Setor Público em Ações do Terceiro Setor



No ambiente institucional-legal brasileiro nota-se pouco incentivo à filantropia privada. A dedutibilidade do valor de doações, feitas a entidades filantrópicas, da base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, entre nós, é extremamente tímida. No Brasil, estímulos desta natureza têm sido ampliados, com impactos mensuráveis, para entidades culturais, mas não encontram paralelo na área assistencial ou em outras de fim público.

A Constituição de 1988 passou a prever a participação da sociedade civil na promoção de políticas sociais, abrindo novos espaços de atuação para as organizações, na forma de conselhos de políticas sociais, emendas populares etc. Ao mesmo tempo que as políticas macro-econômicas introduzidas a partir de 1990 aprofundaram antigos problemas sociais e reduziram o gasto social, nos níveis estadual e municipal, intensificou-se o interesse destas instâncias por parcerias com as organizações do terceiro setor. Ainda mais recentemente, no bojo da reforma do Estado, o terceiro setor passa a ser identificado como potencial parceiro para atuar em áreas consideradas como não exclusivas do Estado e a legislação brasileira adotou novas formas de contar com a participação destas entidades (as chamadas organizações sociais) na implementação de políticas de caráter público.

No âmbito do governo federal, a nova relação com as organizações da sociedade civil tem como principais eixos dois programas que, embora independentes e mal articulados entre si têm diversos pontos em comum. Por um lado, um dos instrumentos de política social do governo, o Programa Comunidade Solidária, e, por outro lado, o programa de reforma administrativa, que propõe um mecanismo de “publicização” e criação de organizações sociais.

De acordo com documentos do governo federal, uma das quatro áreas principais da política social do governo de Fernando Henrique Cardoso é a parceria com a sociedade civil. O principal mecanismo de “parceria” é o Conselho da Comunidade Solidária, composto por vinte e um membros da sociedade civil e dez ministros de Estado. Suas funções são opinar sobre ações governamentais na área social, propor novas estratégias, incentivar iniciativas não governamentais e promover meios para o fortalecimento do terceiro setor. Suas principais estratégias de atuação têm sido a realização de ajustes na legislação que causa impacto no terceiro setor, o estímulo à criação de redes de informação de organizações da sociedade civil, e a promoção do voluntariado. O objetivo principal de atuação do Conselho, de acordo com o governo, é : tornar mais claras, produtivas e eficientes, as relações entre o Estado e o terceiro setor”. Os recursos para implementação de algumas linhas de atuação do Conselho do Comunidade Solidária e em particular para as iniciativas destinadas ao

fortalecimento do terceiro setor provêm, em grande parte, da iniciativa privada e de organizações multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a UNESCO.

Embora constituída como entidades privadas sem fins lucrativos, as organizações sociais permanecem sob o controle estreito do Estado, seja pela participação majoritária de membros do governo nos conselhos de direção destas entidades, seja pelos requisitos de monitoramento impostos nos contratos de gestão. As vantagens atribuídas às organizações sociais são as mesmas características dadas alhures às organizações sem fins lucrativos em geral: a sua operação com maior autonomia, a possibilidade de controle social direto da sociedade, a eficiência de gestão e a qualidade dos serviços que estas oferecem.

Propor soluções que o Estado ainda não experimentou e servir de modelo para a criação de políticas públicas são objetivos que algumas organizações do terceiro setor estão alcançando no país.

Elas têm conseguido enfrentar a falta de recursos, fazendo com que suas idéias sejam adotadas pelo poder público e garantindo a ampliação de seus projetos.

No Brasil, o exemplo mais renomado de organização que rompeu a barreira de sua atuação é a Pastoral da Criança. A principal atividade da Pastoral é o trabalho com gestantes e recém-nascidos, o que tem melhorado os índices de mortalidade infantil de onde ela atua. Segundo o "Guia da Filantropia de 2000", é a maior entidade beneficente do Brasil em número de voluntários.

O responsável pelo setor de políticas públicas da Pastoral, Clovis Boufler, estima que em pelo menos 25% dos municípios atendidos haja convênios entre a entidade e as prefeituras. A Pastoral está realizando um levantamento neste ano para saber o número exato de parcerias.

A forma como a parceria é realizada varia em cada Estado ou município. Em Minas Gerais, por exemplo, o governo estadual liberou técnicos para trabalhar com a Pastoral, capacitando os agentes da entidade em ações de saúde, educação e nutrição.

Para Boufler, as parcerias e a fiscalização dos recursos públicos reforçam a tese de que o papel das organizações sem fins lucrativos não é o de substituir o poder público.

Uma possibilidade é a realização de parcerias onde as organizações do terceiro setor prestam serviços ao Estado, aproveitando o contato e o conhecimento sobre os grupos sociais de base que foram capazes de construir. Estarão implementando políticas governamentais que eventualmente não ajudaram a construir, o que constitui, a longo prazo, um risco para sua sustentação institucional. Estariam tendo, assim, o papel de executoras do Estado mínimo, que continua fragmentado por interesses de caráter privado.

Outra é as organizações manterem-se afastadas das etapas de implementação, mas atuarem nos espaços de debate e formulação de políticas

sociais, tentando influir em mudanças na lógica de apropriação do espaço público, mas obtendo repercussões de caráter restrito.

3.5.1 Organização Internacional do Trabalho (OIT)

3.5.1.1 Apresentação

A OIT tem sido uma das agências multilaterais de maior êxito no cumprimento de seu mandato. Fundada em 1919, a Organização Internacional do Trabalho é um foro internacional de discussão de temas trabalhistas, que congrega, em estrutura tripartite, governos, empregadores e trabalhadores - é a mais antiga agência especializada da ONU.

Fruto de um processo de paz em virtude do tratado de Versalhes, a OIT tem atuado de forma rápida e criativa. A organização surgiu com a preocupação pela reforma social suscitada pela revolução industrial, e com a convicção de que uma reforma só era possível no plano internacional.

Vinte e cinco anos mais tarde, a OIT se preparou para o período de reconstituição que se seguiu a segunda guerra mundial, adotando a Declaração de Filadélfia, que constitui uma reafirmação dinâmica e ampliada de seus objetivos e princípios fundamentais.

A declaração se antecipou ao aumento do número de países independentes, que surgiram depois da guerra, e previu o início de uma cooperação técnica em grande escala com os países em desenvolvimento.

Em 1946, a OIT se transformou na primeira organização especializada associada as Nações Unidas. Em 1969, em razão de seu 50º aniversário, a organização foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz.

3.5.1.2 Declaração de Filadélfia

Em 1944, a Conferencia Internacional do Trabalho, reunida em Filadélfia (Estados Unidos), adotou a Declaração de Filadélfia onde se definiam, novamente, as finalidades e objetivos da organiza;ao. A declaração tem como princípios:

- O trabalho não é uma mercadoria;
- A liberdade de expressão e de associação é essencial para o progresso constante;
- A pobreza, em qualquer lugar, constitui um perigo para a prosperidade de todos;
- Todos os seres humanos, sem distinção de raça, credo ou sexo, têm direito a lutarem pelo seu bem estar material, seu desenvolvimento espiritual em condições de liberdade, dignidade, e segurança econômica, em igualdade de oportunidade.

A aplicação das normas internacionais de trabalho é objeto de constante supervisão por parte da OIT. Cada país membro é obrigado a prestar, periodicamente, um relatório sobre as medidas adotadas para aplicar, na legislação e na prática, cada Convenção por ele ratificada.

3.5.1.3 A erradicação do trabalho infantil

A proteção da infância é um dos elementos essenciais na luta pela justiça social e pela paz universal. O trabalho infantil vai de encontro com a provisão de um trabalho decente e digno, e a redução da pobreza.

O Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) vai mais além do que evitar que as crianças trabalhem. Pretende promover o desenvolvimento proporcionando alternativas adequadas na área de educação, e acesso a um trabalho digno, renda suficiente e segurança para os seus pais. O programa dá uma atenção especial a grupos prioritários, como meninas que trabalham na prostituição, serviço doméstico e outras formas intoleráveis de trabalho infantil.

O programa IPEC é o maior programa mundial de cooperação técnica sobre o trabalho infantil. Ele foi lançado em 1992 com financiamento alemão e atualmente conta com a aliança de cerca de 90 países.

Os projetos de cooperação técnica com a OIT têm enfoque predominante direcionado à conscientização das condições de exploração do trabalho da criança e sua iniciação profissional.

Mais de 800 peritos da OIT trabalham nos países onde estão sendo desenvolvidos projetos de cooperação técnica. Uma de suas tarefas mais importantes é a formação de pessoal nacional capaz de substituí-los após a partida dos peritos internacionais e dar continuidade aos projetos iniciados.

A maior parte dos fundos destinados à cooperação técnica é fornecida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em Genebra funciona o instituto internacional de Estudos Sociais da OIT, especializado no ensino superior e na pesquisa relacionada às políticas sociais e do trabalho.

Em Turim, na Itália, fica o Centro Internacional de Formação da OIT, que organiza cursos destinados aos diretores de centros técnicos de formação profissional, aos dirigentes "seniors" e de nível médio de empresas públicas e privadas, aos líderes sindicais, a instrutores profissionais e a técnicos.

Anualmente é realizado a Conferência internacional do Trabalho, que é o fórum mundial no qual são discutidos os assuntos sociais e os problemas do trabalho, bem como o estabelecimento das normas internacionais do trabalho e as políticas gerais da OIT.

As atividades se concentram em cinco temas principais:

- normas internacionais do trabalho e da defesa dos direitos humanos; a igualdade da mulher;
- o fomento do emprego e o reajuste estrutural;
- o meio ambiente e o trabalho da mulher;
- o setor rural e setor estruturado.

Apoiado por 22 doadores, a OIT inspira, guia e apóia iniciativas nacionais na formulação de políticas e ações diretas.

A OIT tem recebido o apoio e financiamento de diferentes instituições e de vários países. A participação aumentou significativamente, enquanto na criação do IPEC havia menos de dez países membros, agora existem 99 países participantes e organizações doadoras.

Os doadores do IPEC

Desde 1991:	Alemania
Desde 1992:	Bélgica
Desde 1995:	Australia, Francia, Noruega, España, los Estados Unidos de América
Desde 1996:	Canadá, Dinamarca, Italia, Luxemburgo, los Países Bajos
Desde 1997:	La Comisión Europea, Iniciativas de Aliados Sociales de Italia, Suiza, Reino Unido
Desde 1998:	Austria, Finlandia, Japón, Polonia, Confederación Japonesa de Sindicatos
Desde 1999:	Suecia, Comunidad Autónoma de Madrid

Fonte: Relatório "Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil", 2000, obtido no site internacional da OIT.

Países que participam do IPEC

	Países que assinaram o MDE*	Países associados com o IPEC
África	Benin, Burkina Faso, Egito, Gana, Kenya, Madagascar, Mali, Marrocos, Níger, Nigéria, Senegal, África do Sul, Togo, Uganda, República Unida de Tanzânia, Zâmbia	Burundi, Camerún, Congo, República Democrática do Congo, Etiópia, Gabão, Malawi, Namíbia, Costa de Marfim, Ruanda, Zimbábue
Estados Árabes	Jordania, Líbano, Yemen	Síria, Ribera Ocidental e Faixa de Gaza
Ásia	Bangladesh, Camboja, Índia, Indonésia, Laos, Nepal, Mongólia, Paquistão,	China, Vietnan

	Filipinas, Sri Lanka, Tailândia	
Europa	Albania, Rumania, Turquia	Bulgária, Geórgia, Kirguistão, Rússia, Ucrânia
América Latina e Caribe	Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela.	Colômbia, México, Uruguai

- MDE – Memorando de Entendimento com o IPEC

Fonte: Idem.

Recentes compromissos assumidos pelo EUA o converteu no maior contribuinte individual do Programa. Mas o apoio dos grandes contribuintes tradicionais do IPEC, como os governos da Alemanha, Espanha, os Países Baixos, França, Dinamarca, Itália, Canadá e, mais recentemente, o Reino Unido, tem se mantido sólido, o que assegura uma base ampla e diversificada de financiamento.

Devido ao fato da tomada de decisões ser descentralizada em um número cada vez maior de doadores e agências de financiamento, o potencial de mobilização de recursos continua alto. Também existe uma tendência ao aumento das contrapartidas nacionais provenientes de organizações públicas ou privadas. Em alguns projetos as contribuições por parte dos financiados foram substancialmente maiores do que o financiamento do IPEC.

Os gastos totais do programa desde sua concepção em 1992 até o final de 1999 chegaram a cerca de US\$ 60 milhões. Em relação às contribuições ao IPEC, estas tem aumentando de forma rápida, especialmente neste último biênio. O Programa tem tido algumas dificuldades para manter os gastos no ritmo de crescimento dos financiamentos.

3.5.1.4 Atuação no Brasil

O Brasil é membro fundador da OIT e um dos dez membros permanentes do Conselho de Administração, além de ser o país com a décima maior contribuição orçamentária da Organização - a mais alta entre os países em desenvolvimento. O Brasil é parte, ainda, de cinco das sete convenções consideradas fundamentais da OIT.

No Brasil, o IPEC iniciou suas atividades em 1992 com a assinatura do Memorando de Entendimento entre a OIT e o Governo Brasileiro e com a instalação do Comitê Nacional de Direção. O Comitê, presidido pelo Ministério do Trabalho, é composto pelos seguintes membros:

Governo:

- Ministério do Trabalho (Mtb);
- Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS);
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);

- Ministério da Educação.

Empregadores:

- Confederação Nacional da Agricultura (CNA);
- Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Confederação Nacional dos Transportes (CNT).

Trabalhadores:

- Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- Força Sindical (FS);
- Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT);
- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG);
- Programa Comunidade Solidária;
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Pastoral do Menor;
- Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA);
- Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança;
- Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

Membros Consultivos:

- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF);
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Observador do Comitê:

- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

O fluido diálogo do Brasil com a OIT vem permitindo o envolvimento da sociedade civil e a cooperação técnica com vistas à melhoria das condições de trabalho no país. Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado no combate ao trabalho infantil, ao trabalho forçado e a todas as formas de discriminação no emprego.

Através do chamado Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil, a organização tem procurado eliminar progressivamente o trabalho infantil fortalecendo a capacidade nacional de atender os problemas de crianças trabalhadoras e a criação de um movimento mundial de combate a este problema.

Afim de atingir seus objetivos, o OIT tem como estratégia de implantação a assinatura de memorando com o governo brasileiro, a constituição do Comitê Nacional de Direção liderado pelo Ministério da Trabalho e Emprego, e o delineamento de estratégias em nível nacional, em conformidade com a estratégia internacional, para cada biênio.

A OIT tem dado especial atenção ao trabalho infantil na agricultura, na indústria, no serviço doméstico, no extrativismo, na construção civil e exploração

sexual. E tem como público alvo crianças que trabalham em situação de risco e em condições perigosas, crianças em trabalho forçado, crianças exploradas sexualmente e tráfico de crianças.

O Brasil já ratificou duas normas internacionais da OIT que tratam do trabalho infantil: a Convenção 138 sobre a idade mínima para a admissão ao emprego e a Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho infantil. A ratificação dessas Convenções representa a consolidação de um comprometimento nacional com a efetiva erradicação do trabalho infantil.

Essas Convenções da OIT, como todas as demais, são tratados internacionais. Ao serem ratificadas por um Estado membro, implicam a adaptação de leis e práticas nacionais sujeitas a um processo de acompanhamento determinado por procedimentos estabelecidos pela Constituição da OIT. No entanto, a OIT não tem poderes sancionários no âmbito nacional. Para que as normas internacionais tenham maior eficácia, é necessário que se incorporem na consciência e comportamento de todos os brasileiros.

3.5.1.5 Origem dos Recursos

No que diz respeito ao quadro de funcionários, a OIT possui apenas seis funcionários remunerados, não possuindo nenhum tipo de voluntário no Brasil.

Os projetos apoiados e financiados pela entidade são provenientes da própria OIT, de ONGs, organizações governamentais, e organizações de empregadores e empregados.

Para que seu projeto seja aprovado pela OIT, a instituição deve estar envolvida com a questão do trabalho infantil, desenvolvendo ações diretas, participativa na formulação de políticas públicas com a capacidade institucional para implementar ações que efetivamente venham a contribuir com a eliminação do trabalho infantil.

Para a apresentação de um projeto, deve ser feita a elaboração de uma proposta em formato oficial do IPEC, que esteja em consonância com as diretrizes do programa, a apresentação de propostas de projetos, a apreciação, pelo Comitê, das propostas que estão em consonância com as diretrizes do programa e com a estratégia nacional do biênio, e a apreciação e aprovação final pela Direção Internacional do Programa em Genebra.

Os recursos disponibilizados pela entidade bianualmente foram da ordem de US\$ 600 mil em 98/99 e neste biênio (2000/2001) foram mantidos constante.

Tais recursos provêm de doações dos países membros e verbas governamentais. O governo brasileiro, como país membro, contribui com recursos junto a OIT em Genebra. Quanto ao IPEC, os recursos provêm tanto da sede como de países doadores.

Os critérios básicos para a seleção das propostas das organizações que irão desenvolver os programas/projetos são: estar de acordo com os objetivos do

IPEC; avaliação das áreas carentes de ação; avaliação da capacidade institucional da implementação do projeto; e apresentação de indicadores de sustentabilidade.

O capital disponível é alocado e empregado dentro dos projetos nas ações de mobilização, geração de renda e capacitação de agentes.

Os resultados do emprego do capital social é realizado através de mecanismos próprios de acompanhamento como: visitas de monitoração, apresentação de relatórios técnicos e financeiros a cada três meses por parte das entidades financiadas, relatórios técnicos parciais na metade da implementação, e relatórios finais sobre os resultados alcançados e gastos incorridos.

Fonte: Dados obtidos em entrevista com Sr. Pedro Américo, executivo da OIT no Brasil e em folders institucionais.

3.5.2 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

3.5.2.1 Apresentação

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Exterior, que tem como objetivo financiar a longo prazo os empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

O BNDES possui duas subsidiárias: a BNDESPAR que objetiva fortalecer a estrutura de capital das empresas privadas e desenvolver o mercado de capitais, e a FINAME, que financia a comercialização de máquinas e equipamentos e administra as operações de financiamento à exportação.

3.5.2.2 Atuação

Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES vem financiando os grandes empreendimentos industriais e de infra-estrutura tendo marcante posição no apoio aos investimentos na agricultura, no comércio e serviço e nas micro, pequenas e médias empresas.

Destaca-se também, o apoio aos investimentos sociais direcionados para a educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e ambiental e transporte coletivo de massa. Esta ação financiadora resulta na melhoria da competitividade da economia brasileira e na elevação da qualidade de vida da sua população.

O BNDES e suas subsidiárias consideram ser de fundamental importância, na execução de sua política de crédito, a observância de princípios

ético-ambientais e assumem o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Os produtos e serviços do BNDES e de suas subsidiárias atendem as necessidades de investimentos das empresas de qualquer porte setor, estabelecidas no país. A parceria com instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo o país, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES.

3.5.2.3 Origens dos Recursos

O BNDES administra recursos da ordem de US\$ 49,5 bilhões, aplicados diretamente em seus programas de investimento, através de suas subsidiárias BNDESPAR e FINAME, ou mediante repasse a outros bancos que se constituem agentes financeiros do BNDES.

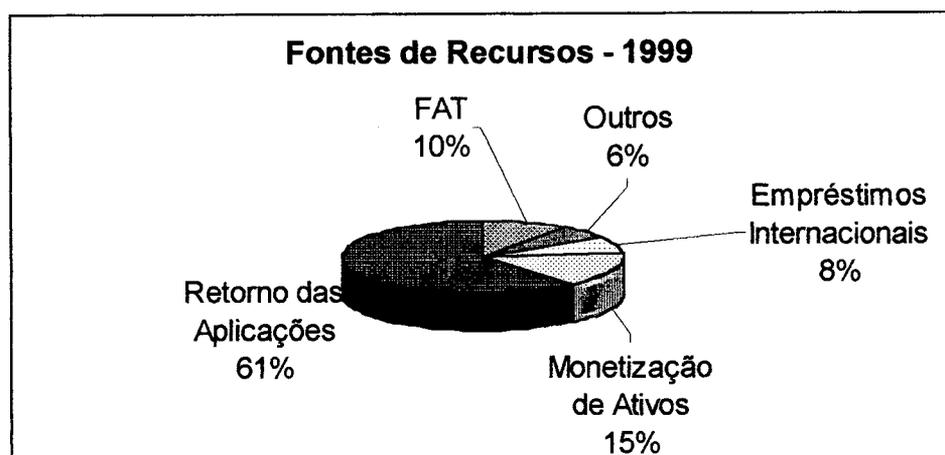
Os recursos ordinários do BNDES são provenientes basicamente do Fundo de Participação PIS/Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de empréstimos externos, além do patrimônio líquido do Banco da ordem de US\$ 6,2 bilhões.

3.5.2.3.1 Os Recursos do FAT

O PIS/Pasep, maior fonte de recursos durante os últimos anos, foi substituído, a partir da Constituição de 1988, pelo FAT, e seus retornos têm sido reaplicados em projetos que se enquadram nas políticas de operações do Banco, sem prejuízo das devoluções necessárias a custear os abonos e rendimentos pagos anualmente aos trabalhadores quotistas do Fundo, principal fonte de novos ingressos do BNDES.

3.5.2.3.2 Empréstimos Externos

Os empréstimos internacionais se constituem em importante fonte de recursos do BNDES, que vem captando recursos complementares ao seu orçamento junto a instituições financeiras privadas ou organismos internacionais como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



3.5.2.4 Apoio a Investimentos Sociais

O BNDES, através da Área de Desenvolvimento Social (AS), participa de iniciativas que contemplam uma abordagem integrada do desenvolvimento, com impactos positivos nos campos econômico e social, e que ainda resultam em crescimento local e regional. Dessa forma, disponibilizam-se recursos de longo prazo para investimentos fixos que resultam em aumento do número de pessoas atendidas e na modernização e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Do total de recursos aplicados pela AS, os financiamentos representam 93%, sendo que os demais 7% são recursos não-reembolsáveis, provenientes do lucro do BNDES.

Nesse sentido, o Banco vem participando diretamente em investimentos sociais, que compreendem:

- ✓ Operações de financiamento em infra-estrutura, como saneamento básico, transporte urbano, entre outros, que, dentro de um conceito social ampliado, resultam na melhoria direta da qualidade de vida da população.
- ✓ Operações realizadas, isoladamente ou em conjunto com entidades públicas e organizações não-governamentais, em setores tipicamente sociais, como saúde e educação, desenvolvimento rural, projetos de assistência a crianças e jovens em situação de risco e programas de crédito produtivo popular (microcrédito), entre outros, cujos investimentos visam ao maior acesso da comunidade e à melhoria dos serviços sociais básicos. A diretriz que orienta as aplicações desses recursos é apoiar preferencialmente projetos que sejam inovadores e bem-sucedidos e que possam servir de referência para o desenvolvimento de ações similares em outras regiões, de forma a disseminar e multiplicar experiências pioneiras na área de políticas e práticas sociais.

3.5.2.4.1 Investimentos Sociais em 1998

O BNDES financiou investimentos de elevado impacto social, no valor de R\$ 1,627 bilhão, no setor de transporte coletivo de massas, saneamento ambiental, saúde, educação e agricultura familiar. (Só através do Programa Nacional de Agricultura Familiar, o Pronaf, foram apoiadas mais de 39 mil pessoas em todas as regiões do país, com desembolsos no valor total de R\$ 296 milhões.). Dentre esses programas, o destaque de crescimento ficou com o Programa de Crédito Popular, cujos desembolsos aumentaram 236% em termos reais.

O Banco também apoiou ações sociais isoladamente ou em conjunto com ONGs com atuação na área de microcrédito, utilizando mecanismos inovadores para financiamento a pequenos empreendedores de baixa renda.

O BNDES tinha, ao fim de 1998, uma carteira de projetos com a finalidade social específica no valor total de R\$ 2,8 bilhões em investimentos, dos quais um montante de R\$ 1,4 bilhão correspondia a financiamentos do Banco, aprovados ou em fase de análise técnica. Um dado importante – e fato inovador na esfera de políticas sociais no Brasil – é que esses valores de grande porte correspondem a investimentos, e não verbas orçamentárias do setor público. Do total de R\$ 1,4 bilhão, 94% correspondem financiamentos reembolsáveis e 6% são desembolsos no âmbito do Fundo Social, criado pelo BNDES com uma parcela do seu lucro e destinado a aplicações não reembolsáveis em segmentos específicos.

3.5.2.4.2 Investimentos Sociais em 1999

Sistema BNDES Desembolsos – Investimentos Sociais – 1999

SEGMENTOS	R\$ MILHÕES
Agricultura Familiar	213,78
Saneamento Básico	24,67
Transporte Urbano	199,49
Infra-Estrutura	29,32
Saúde	188,98
Educação	144,4
Trabalho e Renda ¹	4,22
Fundo Social	41,91
PMAT ²	20,92
Prodetur ³	6,43
Eletrificação Rural	9,67
Crédito à Produção	68,89
TOTAL	952,68

1 Microcrédito e Autogestão.

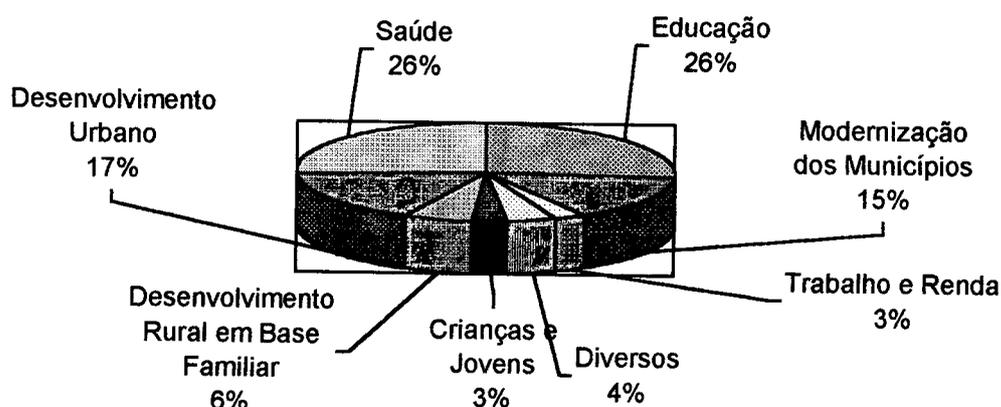
2 Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos.

3 Programa de Desenvolvimento do Turismo.

Fonte: Relatório Anual BNDES, 2000.

A carteira de projetos de investimentos tipicamente sociais atingiu, no final do exercício, R\$ 1,97 bilhão, dos quais R\$ 1 bilhão correspondem a financiamentos do BNDES já aprovados e em fase de análise técnica.

Área de Desenvolvimento Social Carteira por Linha de Atuação



Fonte: Relatório Anual BNDES, 2000.

3.5.2.5 Ações Desenvolvidas no Contexto da Temática de Desenvolvimento Social

Saúde

Criação do Programa de Fortalecimento e Modernização das Entidades Filantrópicas de Saúde Integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), com condições operacionais mais favorecidas do que aquelas normalmente praticadas. Foram concedidos financiamentos para a Santa Casa de São Paulo e de Porto Alegre, a Unimed (SP e PB) e os hospitais do Incor e da Fundação Zerbini (SP).

Educação

Aporte de recursos do BNDES em programas que visam a elevar a qualidade e eficácia do aprendizado de crianças e jovens, a saber: no Programa Alfabetização Solidária (alfabetização de jovens e adultos), possibilitando a alfabetização de 150 mil pessoas; no Programa Capacitação Solidária, permitindo a capacitação de 8 mil jovens; e no Programa Acelera Brasil (parceria do Ministério da Educação com o Instituto Ayrton Senna), beneficiando 27.500 crianças. Visando ao aumento de vagas e à melhoria da qualidade do ensino superior público e privado, foi elaborado, em parceria com o Ministério da Educação, o Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, no qual o BNDES financia a execução de obras civis e a aquisição de equipamentos. Esse programa, que conta também com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem uma carteira de R\$ 320 milhões.

Microcréditos

Atendimento à necessidade de créditos de cerca de 65 mil microempreendedores, com valor médio de R\$ 1.120, no âmbito do Programa de Crédito Produtivo Popular, tendo sido aprovados R\$ 39 milhões para 24 instituições, localizadas em 14 estados da Federação e 197 municípios. Esse programa tem por objetivo promover a formação de uma rede de instituições capazes de propiciar crédito aos microempreendedores, formais ou informais, que geralmente não têm acesso à rede bancária. Registra-se a existência de 30 mil clientes ativos, que demandaram R\$ 73 milhões.

Agricultura Familiar

Apoio financeiro a 32.127 produtores rurais, beneficiados pelos programas de financiamento à agricultura familiar: Pronaf, Prosofo e Proleite.

Fortalecimento da Capacidade de Geração de Receita Própria dos Municípios

Financiamento às prefeituras municipais de Manaus, Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba, Belém e Fortaleza, no âmbito do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), propiciando um aumento médio de arrecadação de 70% nesses municípios. Dessa forma, o BNDES tem participação ativa no processo de reforma e aumento do nível de eficiência fiscal do Estado. Ao final de 1999, a carteira de projetos do PMAT já abrangia 52 municípios.

Resgate da Cidadania e Inserção de Populações de Baixa Renda na Sociedade e no Mercado de Trabalho

Financiamento de Projetos Multisetoriais Integrados, cuja concepção inclui um conjunto de investimentos inter-relacionados, além da articulação dos segmentos da administração pública e da mobilização da comunidade visando à transformação das condições de vida de populações de áreas de baixa renda situadas em bolsões de miséria urbana. Dentro desse contexto, foram contratados financiamentos com as prefeituras municipais de Vitória (R\$ 20 milhões para o Projeto Terra), Curitiba (R\$ 35 milhões para o Projeto Linhão do Emprego) e Teresina (R\$ 22 milhões para o Projeto Vila Bairro).

Fundo Social

Operado com recursos originários do lucro anual do BNDES, destinaram-se, no exercício, a operações não-reembolsáveis de apoio à infância e à adolescência em situação de risco. Especial destaque foi dado à continuidade do apoio a projetos que utilizam o método Mãe Canguru, que acumulou uma experiência que permitiu a criação das normas ministeriais utilizadas nas maternidades brasileiras.

Desenvolvimento Regional

Com o objetivo de ampliar o apoio do BNDES nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e em microrregiões que necessitem de revitalização

econômica, foi criada, em maio de 1999, a Secretaria de Desenvolvimento Regional. Sua principal missão é identificar e estruturar projetos passíveis de apoio financeiro por parte do Banco e que contribuam para a redução das desigualdades regionais.

Atuando na difusão dos produtos e serviços do BNDES nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, essa unidade tem como objetivo não só ampliar os canais de comunicação e acesso por parte dos empresários dessas regiões aos Programas Nordeste Competitivo, Amazônia Integrada e Centro-Oeste, como também adequar os produtos do Banco às características das economias regionais.

As principais ações desenvolvidas em 1999 foram:

- ✓ A criação do Programa Centro-Oeste (PCO), com dotação inicial de R\$ 1 bilhão e destinado a estimular os investimentos e elevar os níveis de emprego da região, beneficia os empreendimentos localizados no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As operações a serem realizadas no âmbito do Programa Centro-Oeste têm as melhores condições de financiamento praticadas no BNDES, idênticas às dos demais programas de desenvolvimento regional (Amazônia Integrada, Nordeste Competitivo e Reconversul).
- ✓ A redução para R\$ 1 milhão do limite mínimo para os pleitos de financiamento direto do BNDES a empreendimentos localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, proporcionando o acesso direto para projetos de menor porte.
- ✓ O aumento, para até 12 anos, do prazo para o financiamento de empreendimentos turísticos.

Uma Década de Apoio ao Meio Ambiente

Até 1999 foram concedidos cerca de US\$ 5 bilhões em financiamentos para investimentos na área ambiental, o que representa aproximadamente 6% das aplicações do BNDES no período de 10 anos. Destacam-se o apoio a diversos setores, como o de siderúrgicas integradas (no valor de US\$ 158 milhões); químico (US\$ 23 milhões) e petroquímico (US\$ 51 milhões); postos de serviço (US\$ 6 milhões); recuperação de áreas alteradas (US\$ 10 milhões); o Pólo Petroquímico de Camaçari (US\$ 33 milhões); e o Pólo Têxtil de Santa Catarina (US\$ 5 milhões), com vistas ao controle ambiental integrado.

Para a melhoria da qualidade ambiental em áreas urbanas, industriais e rurais, o BNDES disponibilizou recursos da ordem de US\$ 600 milhões para iniciativas privadas em programas de despoluição como os do Rio Tietê, da Baía de Guanabara, da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Rio Guaíba. Foram também implementados programas de apoio à região de Cubatão, que contaram com a participação do BNDES no valor de US\$ 47 milhões, e o programa destinado à expansão da suínocultura integrada na Região Sul, com a melhoria do padrão genético e de sistemas de tratamento de dejetos, compreendendo cerca de 4 mil produtores rurais, num total de US\$ 81 milhões.

Acompanhando as tendências internacionais de gestão ambiental, o BNDES apoiou a modernização de diversas indústrias, com efetivos benefícios ambientais, tais como a substituição da tecnologia de branqueamento da celulose, o aproveitamento de gás de coqueria para geração de eletricidade, a otimização de processos petroquímicos e a certificação ambiental.

Na ação institucional do Banco, desenvolvida através do Departamento de Meio Ambiente, que completa 10 anos de criação, destacam-se:

- ✓ a participação na proposta brasileira para a Conferência Rio-92;
- ✓ a implementação do Protocolo Verde – iniciativa do governo federal para a internalização da variável ambiental pelos bancos oficiais; e
- ✓ a assinatura, como signatário, da Carta de Princípios dos Bancos para o Desenvolvimento Sustentável do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a entrada como membro do comitê dirigente da iniciativa do Pnuma para o setor financeiro internacional, que conta com a adesão de mais de 200 bancos nos cinco continentes.

Apoio à Cultura e Comunicação

O BNDES aplica recursos em projetos culturais através da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual, respectivamente as leis de incentivos fiscais 8.313/91 e 8.685/93. No âmbito da Lei Rouanet, o objetivo tem sido focar o apoio em projetos de restauração e conservação do patrimônio histórico e arquitetônico tombado pela União/lphan. Em 1999, foram desembolsados R\$ 6,8 milhões para 17 projetos.

No âmbito da Lei do Audiovisual, foram adquiridos certificados de investimento de 11.963 espectadores e realizadas seis exposições na Galeria do BNDES, com 8.697 visitantes.

Ampliando sua participação na World Wide Web, o *site* do BNDES – <http://www.bndes.gov.br> – vem se constituindo num importante instrumento de divulgação de suas atividades. A abrangência do módulo Produtos e Serviços, que contém as informações necessárias para acesso aos recursos do Banco, e o amplo acervo das publicações realizadas, disponibilizadas gratuitamente, são os destaques. Podem também ser acessadas informações econômico-financeiras e estatísticas operacionais do BNDES, além daquelas contidas na versão online em Inglês do site direcionadas para empresários do exterior interessados em realizar negócios no país.

Em 1999, os acessos ao *site* do BNDES foram superiores a 1,5 milhão de *page-views*, representando um acréscimo de quase 60% em relação ao ano anterior. Dessa forma, o Banco disponibiliza ao público um amplo conhecimento da instituição e a transparência de sua política de crédito.

Fonte: As informações detalhadas acima foram coletadas no site do BNDES <http://www.bndes.gov.br> bem como nos Relatórios Anuais os quais contém gráficos e informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos em projetos destinados ao Desenvolvimento Social brasileiro. O acesso a dados de anos do princípio da década de 90 não foi facilitado pela entidade que, por ser uma autarquia, conta com os entraves e grilhões gerados pela burocracia. Entretanto, os dados disponibilizados nos Relatório Anuais demonstram o êxito obtido pelo BNDES em se tornar uma organização transparente no que tange ao fluxo de recursos no exercício do ano anterior (99).

3.6 Incentivos Fiscais ²¹

As formas de incentivos fiscais utilizadas no terceiro setor brasileiro podem ser encontradas entre: benefícios de ordem tributária (imunidades e isenções), os auxílios e as subvenções, os convênios e parcerias com o setor público e os incentivos fiscais para doações a entidades sem fins lucrativos ou a projetos culturais.

As imunidades e isenções de impostos

A Constituição Federal reconhece a determinadas espécies de entidades sem fins lucrativos a imunidade fiscal.

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...) VI – instituir impostos sobre:

(...) c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais, dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

Para que a entidade possa utilizar esta imunidade a impostos citada acima, o Código Tributário Nacional estabelece em seu art. 14 três condições:

- 1) A não distribuição de lucros, ou seja, a não distribuição da receita a título de lucros, dividendos, aos seus fundadores, administradores ou

mantenedores (podendo as entidades utilizar as receitas para a sua expansão e manutenção);

- 2) A proibição de remessa de receita ao exterior;
- 3) A manutenção dos livros de escrituração contábil em perfeita ordem e claridade, bem como a apresentação periódica de suas contas, extratos, balanços, etc.

Entretanto, devido à regulamentação que a União, os Estados e os municípios têm dado aos impostos de sua competência, as entidades acabam tendo dificuldade na utilização da imunidade na prática. Isso acontece, por exemplo, no âmbito da União, onde além dos requisitos do art. 14 citado acima, é exigido a vedação à remuneração de dirigentes.

21 Adaptação do texto: Incentivos fiscais: uma abordagem ético-jurídica de Maria Nazaré Lins Barbosa.

Os requisitos para o acesso à imunidade às contribuições para a seguridade social – CPMF, “quota patronal” – têm sido estabelecidos por lei ordinária e são bem mais extensos do que os requisitos para o acesso a imunidade a impostos. Atualmente, apenas entidades que detenham o Certificado de Fins Filantrópicos (que sugestivamente passou a denominar-se Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) gozam da imunidade às contribuições. A legislação pretendeu restringir sua concessão somente às entidades de assistência social, e o Decreto nº 3.048, de 06.05.99 reforçou o entendimento restritivo de concessão do benefício.

Auxílios e subvenções

Os auxílios constituem transferência de capital derivada de lei orçamentária concedida a entidades sem fins lucrativos.

Já as subvenções sociais são transferências de recursos que independe de lei específica, para instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos, com o objetivos de cobrir despesas de custeio.

Ao receberem o pedido das instituições, os órgãos ou entidades públicas responsáveis pela concessão de subvenções sociais, devem atender a dois requisitos básicos:

- a) efetuar a fiscalização para verificar se as condições de funcionamento são satisfatórias; e
- b) atestar que os custos das unidades de serviços prestados são mais econômicos e atendem aos padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

Em relação aos auxílios, cabe observar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2001 (Lei n.º 9.995, de 25 de julho de 2000) prevê

em seu artigo 31 novas hipóteses para concessão, incluindo como possíveis beneficiárias as organizações qualificadas como OSCIPs.

Convênios e parcerias

Identifica-se no terceiro setor uma especial aptidão para a prestação de determinados serviços, em especial para aqueles que requerem contato direto e atenção pessoal (como creches, orientação e serviços prestados a pessoas portadoras de deficiência, etc.). Com efeito, serviços que exigem comprometimento e confiança por parte dos usuários geralmente são prestados com maior eficiência por entidades sem fins lucrativos do que quando prestados diretamente pelo governo.

Se as entidades sem fins prestam determinados serviços - saúde, educação, capacitação profissional, etc. - com mais eficiência e menor custo do que o governo, nada mais razoável do que a realização de convênios ou parcerias entre o governo e o terceiro setor no atendimento de determinados serviços. Mas, para tanto, o governo precisa, de alguma forma, "contratá-las".

Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo- IDESP, de avaliação da legislação do terceiro setor, as principais dificuldades encontradas pelas entidades são:

- a) excesso de exigências burocráticas para participação em licitações e celebração de contratos com o poder público;
- b) inexistência de normas que garantam a competição entre as entidades para a celebração de convênios com o poder público e a demanda por transparência na escolha das entidades que recebem recursos governamentais;
- c) ausência de responsabilização de dirigentes de entidades por desvio na aplicação de fundos públicos bem como prevalência de aspectos meramente formais na avaliação da prestação de contas;
- d) insuficiência dos recursos repassados, que não cobrem todos os custos administrativos e de pessoal.

A necessidade de melhorar o sistema de convênios e parcerias foi uma das justificativas para a edição da Lei nº 9.790/99, que instituiu o sistema de realização de termos de parceria entre o governo e entidades que se qualifiquem como organizações da sociedade civil de interesse público.

Incentivos para doações

Os incentivos fiscais vigentes nas áreas cultural e social atualmente vigentes são as doações aos fundos dos direitos da criança e do adolescente; doações a operações de caráter cultural e artístico; doações destinadas à atividade audiovisual; doações a entidades civis que prestem serviços gratuitos (de Utilidade Pública e OSCIPs) e as doações a instituições de ensino e pesquisa.

Incentivos aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nacional, Estadual e Municipal) são controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais ou Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante legislações próprias. A

receita dos fundos é constituída de recursos governamentais e de contribuições (doações) de pessoas físicas e jurídicas. As doações de pessoas físicas e jurídicas para os fundos (nacional, estadual e municipal) são dedutíveis do Imposto de Renda devido.

Incentivos para doações a entidades de utilidade pública e OSCIPs

As entidades sem fins lucrativos de utilidade pública ou qualificadas como OSCIP podem receber doações dedutíveis de pessoas jurídicas, mas não de pessoas físicas. O benefício é a dedução do imposto de renda das pessoas jurídicas, até o limite de 2% do lucro operacional, antes de computada a sua dedução.

Incentivos para doações e entidades de ensino e pesquisa criadas por lei federal

As doações feitas a instituições de ensino e pesquisa também são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda do doador (pessoa jurídica). O benefício para este tipo de doação é a dedução do imposto de renda, até o limite de 1,5% do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a da doação às entidades civis que prestem serviços gratuitos.

Incentivos para doações a operações de caráter de caráter cultural e artístico

A Lei Federal de Incentivo à Cultura - n.º 8.313/91 - também conhecida como Lei "Rouanet", tem como princípio fundamental a permissão de desconto no Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas para investimentos (doações e patrocínios) em projetos culturais. Tais projetos devem ser previamente cadastrados e aprovados pelo Ministério da Cultura, de acordo com os critérios estabelecidos pela referida lei.

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) foi criado pela Lei 8.313/91 visando desenvolver a atividade cultural e dar prioridade à produção da cultura nacional. Existem de três mecanismos para a captação e canalização de recursos públicos e/ou privados, a saber: Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART); Incentivo a projetos culturais (Mecenato). Esses mecanismos visam, necessariamente, a:

- O incentivo à formação artística e cultural mediante concessão de bolsas de estudo, pesquisa e trabalho, concessão de prêmios, e instalação e manutenção de cursos de caráter cultural;
- O fomento à produção cultural e artística mediante produção fonovideográfica de caráter cultural, edição de obras, realização de exposições, festivais de arte, entre outros;

- A preservação e difusão do patrimônio artístico, cultural e histórico;
- O estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais;
- O apoio a atividades culturais e artísticas.

O **Fundo de Promoção Cultural – FNC** – é um fundo de natureza contábil constituído de recursos do Tesouro Nacional, doações, legados, subvenções e auxílios de entidades e de organismos internacionais, entre outros.

Tem como característica captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do PRONAC. Os recursos oferecidos são principalmente destinados à bolsas de estudo e passagens aéreas.

Podem se habilitar tanto a pessoa jurídica de direito público, como também a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Os financiamentos do FNC seja para órgãos públicos ou privados, não podem passar de 80% do valor do projeto. Os 20% restantes devem ser completados através de outra fonte devidamente identificada.

A Lei Rouanet previu a constituição de Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART), sob a forma de condomínio, sem personalidade jurídica, caracterizando comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos; porém tais fundos não estão em vigor.

Com relação à forma de investimento, destaca-se o Mecenato. O investimento em produtos culturais pode ser feito em forma de doação, como também através de patrocínio. Assim, consideram-se:

- **DOAÇÕES:** a transferência gratuita, em caráter definitivo a pessoa física ou pessoa jurídica de natureza cultural, sem fins lucrativos, de recursos financeiros, bens ou serviços para a realização de projetos culturais, vedado o seu uso em publicidade para divulgação das atividades objeto do respectivo projeto cultural;
- **PATROCÍNIOS:** a transferência gratuita, em caráter definitivo, a pessoa física ou jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, de recursos financeiros para a realização de projetos culturais, com finalidade promocional e institucional de publicidade (Instrução Normativa conj. MinC/MF n.º 01 de 13/06/95, Art. 1º, parágrafo único, incisos I e II);

Podem ser beneficiários, isto é, investir em doação e/ou patrocínio: a pessoa jurídica tributada com base no lucro real e a pessoa física que faça a declaração completa do Imposto de Renda. O incentivador não pode beneficiar projetos de pessoas ou instituições a ele vinculadas.

Podem se habilitar a receber o investimento para seus projetos culturais aprovados de acordo com os critérios da lei a pessoa jurídica de direito privado com ou sem fins lucrativos, bem como a pessoa física.

Os projetos a serem apresentados devem abranger as seguintes áreas:

- Teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;

- Produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discográfica e congêneres;
- Literatura, inclusive obras de referência;
- Música;
- Artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;
- Folclore e artesanato;
- Patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;
- Humanidades; e
- Rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não-comercial.

Cumprе ressaltar que os incentivos fiscais da Lei “Rouanet” não excluem ou reduzem outros benefícios, abatimentos ou deduções em vigor.

Finalmente, a Lei n.º 9.874 de 23 de novembro de 1999, alterou alguns dispositivos da Lei n.º 8.313/91 – Lei Rouanet – e inovou quanto a possibilidade de dedução integral do Imposto de Renda devido. Os projetos deverão abranger as seguintes áreas: Artes cênicas; Livros de valor artístico, literário ou humanístico; Música erudita ou instrumental; Circulação de exposições de artes plásticas; Doações de acervos para bibliotecas públicas e para museus. A Lei Federal n.º 8.685/93 dispôs ainda sobre incentivos específicos à produção de obras cinematográficas brasileiras de produção independente, de acordo com projetos aprovados pelo Ministério da Cultura.

3.6.1 Projeto Centro Rexona de Excelência do Voleibol

3.6.1.1 Apresentação

Desde seu início, o objetivo principal dos núcleos do Centro Rexona foi o de democratizar a prática esportiva, ou seja, proporcionar à criança da escola pública a oportunidade de vivenciar um programa esportivo, no caso o voleibol, com metodologia de ensino atualizada e material esportivo de qualidade, compatíveis com as necessidades de uma aprendizagem nos moldes dos grandes centros formativos.

O programa beneficia diretamente 3500 crianças e adolescentes das escolas públicas do Estado do Paraná, de 1º e 2º graus, na faixa etária entre 9 e 14 anos, a grande maioria oriunda de famílias de baixa renda, com poucas chances de acesso aos clubes e academias esportivas. Além de investir na formação de atletas, técnicos, preparadores físicos e demais profissionais da área de educação física, os 22 núcleos do Centro Rexona de Excelência do Voleibol propiciam às famílias das crianças e adolescentes a segurança de ter seus filhos envolvidos em uma atividade saudável e promotora da cidadania.

Para os clubes esportivos, o Centro funciona como celeiro de novos talentos. O projeto estimula ainda, por sua extensão, a criação de novos empregos e oportunidades de trabalho com a contratação das equipes de apoio e serviço para construção, reforma e manutenção de quadras e núcleos esportivos.

O projeto abrange 18 cidades do Estado do Paraná, dotando as comunidades da periferia desses municípios de novos equipamentos sociais importantes na formação integral de suas crianças e adolescentes.

Meta ambiciosa, porém perfeitamente exequível nos padrões em que foi concebido o projeto, é tornar o Paraná um pólo de referência do voleibol no Brasil e no mundo.

Lançado em fevereiro de 1997, com sede em Curitiba, o Centro Rexona de Excelência do Voleibol já podia contabilizar, no final de 98, vinte e dois núcleos distribuídos por dezoito municípios do Paraná.

Com isso a Rexona, uma das cinco marcas de desodorantes mais vendidas no mundo, pretende associar sua imagem institucional ao voleibol brasileiro, posicionado entre os melhores do mundo, uma modalidade que vem crescendo na preferência do público e conquistando a cada dia novos adeptos, especialmente junto ao público jovem, por suas características dinâmicas e inovadoras.

3.6.1.2 Princípios e estratégias adotados para atingir os objetivos

3.6.1.2.1 Princípio orientador do projeto

Para montar um Centro de Excelência do Voleibol não poderia deixar por menos: a Rexona entregou a coordenação técnica do projeto a Bernardo Rezende, o Bernardinho, técnico da seleção brasileira feminina de vôlei. Com isso, a idéia ganhou força e credibilidade para estabelecer-se como o maior centro de formação de atletas da América Latina, investindo no futuro do esporte nacional e de milhares de jovens brasileiros. Outro diferencial foi a integração do projeto de formação das crianças com a equipe adulta criando uma relação de motivação mútua. As crianças empolgadas com a presença dos ídolos e com a possibilidade de ascensão social através do esporte e as atletas da equipe Rexona de participarem de um projeto social envolvendo crianças de todos os níveis sociais. Muitas relembram o início da carreira pois vieram de famílias humildes e tiveram no voleibol o estímulo e condição para melhorarem a vida pessoal e de sua família.

3.6.1.2.2 Ações que compõem o projeto

Os núcleos do Centro Rexona de Excelência do Voleibol promovem o ensino e o incentivo da prática esportiva entre os jovens. Nas aulas ministradas por professores treinados pela equipe técnica do Centro e comandada pelo técnico Bernardinho, as crianças aprendem não apenas os fundamentos do voleibol na sua parte técnica, tática e física, mas principalmente as noções de companheirismo, disciplina, respeito às regras, tão importantes na formação integral da criança. A seleção das escolas públicas premiadas com a instalação de um núcleo do Centro Rexona de Excelência do Voleibol está a cargo das Secretarias Estaduais de Educação, Esporte e Turismo do Governo do Paraná, mediante critérios e requisitos pré-estabelecidos pela coordenação do Centro Rexona, buscando uma maior abrangência em todo o Estado. Outras atividades que acontecem permanentemente são os Torneios Internos que dão oportunidade às crianças de colocarem em prática os fundamentos do voleibol aprendidos na aula. Estes torneios preparam as crianças para o Torneio Internúcleos que acontece uma vez por ano em duas fases: Etapa Classificatória onde os núcleos são divididos por região classificando para a outra etapa, Grande Torneio Final que ano passado teve a participação de 500 crianças. Com o objetivo de abrir o projeto Centro Rexona para a comunidade, anualmente também é realizado o Festival de Mini-Vôlei "Domingo no Parque" onde sete quadras são montadas na grama do Parque Barigüi com inscrições abertas para qualquer criança de 11 a 14 anos. Basta montar uma trinca e participar.

3.6.1.2.3 Estrutura do projeto

As escolas que recebem um núcleo do Centro Rexona contam com uma quadra coberta com postes de voleibol e iluminação adequada, piso plano de madeira ou cimento. O Centro Rexona assume a coordenação geral e técnica do projeto e prepara os professores dos núcleos através do Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento em Voleibol. Além disso, supervisiona todas as atividades dos núcleos buscando manter o nível de excelência exigido pelo projeto. E fornece materiais e equipamentos para quadras, alunos e professores. Os professores são indicados e custeados pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná e treinados e supervisionados pelo Centro Rexona. A Secretaria de Esporte e Turismo também participa com o fornecimento de materiais e com a coordenação da estrutura operacional e física do projeto.

3.6.1.2.4 Participação dos beneficiários no projeto

Os beneficiados diretos do projeto são, os alunos, os professores e as Escolas Públicas, ligados aos Núcleos do Centro Rexona de Excelência do Voleibol, eles participam das atividades de aprendizado e treinamento do voleibol infantil sob a melhor orientação técnica, participam de torneios e eventos, aprendem fundamentos de disciplina do esporte e da vida, zelam pela conservação dos materiais colocados à sua disposição nos núcleos e ganham com isto um incremento em suas atividades escolares, com uma atividade extra-curricular de qualidade. Para os professores e as Escolas Públicas, temos um benefício a mais que é a reciclagem e o aperfeiçoamento dos professores em atividades esportivas para crianças, com a manutenção de toda a infra-estrutura necessária, sem custos adicionais para as escolas, que passam a cumprir de forma mais abrangente, o atendimento que toda escola pública ou privada deveria dar a suas crianças. Este programa de suporte como segundo turno, ao programa do Governo do Paraná, denominado "DA RUA PARA A ESCOLA", premiado pela UNICEF em 1998.

3.6.1.2.5 Perspectivas de futuro do projeto

A médio prazo, o programa dos Núcleos do Centro Rexona de Excelência do Voleibol pretende ampliar sua área de atuação para outros municípios do Estado do Paraná, e já iniciou conversações para estender o projeto a entidades que atendem a crianças com problemas de ajuste social, com base no modelo de parceria produtiva com as Secretarias Estaduais de Educação e Esporte. Além dos investimentos realizados com recursos próprios da empresa Gessy Lever, recursos adicionais são captados junto à lei de incentivo fiscal para o menor e o adolescente e instituições de apoio a projetos de cunho educacional e esportivo. A meta para o ano de 1999 é de abrir mais oito novos núcleos iniciando o ano 2000 com trinta Núcleos Rexona e mais de 4.000 crianças no Projeto. Mas não basta ampliar os núcleos. Para uma consolidação ainda maior do Projeto, o Centro Rexona também vem mantendo contato com outras entidades como Universidades, Prefeituras e Organizações Assistenciais na busca de novas parcerias que garantam um mundo melhor para as crianças de hoje.

3.6.1.3 Fases de Execução do Projeto

Na primeira fase do programa, no ano de 1997, foi a de implantação do primeiro núcleo e centro de treinamento dos futuros professores em Curitiba e mais 11 núcleos em cidades do interior do estado do Paraná. A segunda fase, a do ano de 1998, teve em seu desenvolvimento a implantação de mais 10 núcleos aos moldes dos implantados em 1997. Na fase atual, a terceira/ano 1999, está previsto a implantação de mais 8 núcleos, em moldes diferentes dos já implantados, onde passaremos a dar prioridade a crianças com problemas de ajuste social, as que não estão em escolas públicas e sim em Entidades Assistenciais para Menores Carentes. A implantação dos 22 núcleos do Centro Rexona de Excelência do Voleibol no Paraná está concluída e em plena atividade, tarefa que foi executada em tempo recorde (dois anos). A expansão dos núcleos para outros municípios do Estados do Paraná poderá vir a configurar uma nova fase no desenvolvimento do projeto, dependendo do interesse das comunidades, dos recursos e das parcerias que possam viabilizar sua ampliação.

3.6.1.4 Estratégias de Avaliação

A avaliação das atividades dos núcleos é tarefa permanente da coordenação técnica do Centro Rexona. Professores e alunos participam das avaliações quinzenais, que têm como critério fundamental a manutenção do nível de excelência exigido pelo projeto. Nestas avaliações, é levada em conta o grau de satisfação dos alunos com as atividades projetadas. Mensalmente, os professores dos núcleos enviam relatórios à sede do projeto em Curitiba. À Secretaria de Estado da Educação cabe supervisionar a assiduidade dos professores. E a Secretaria de Esporte e Turismo se incumbem da avaliação e do controle da estrutura física operacional.

3.6.1.5 Resultados obtidos

O primeiro e mais notável resultado do projeto é o fato de ter mobilizado, em apenas dois anos de atividade, 3.500 crianças em 18 municípios do Paraná, abrindo para essas crianças uma nova possibilidade de integração social. Além disso, o Centro Rexona conseguiu revitalizar o interesse das comunidades pelo esporte, gerando novas opções de lazer através dos torneios regionais. Este interesse foi tanto que a equipe Rexona em seu primeiro ano de participação na Superliga feminina - campeonato mais importante do Brasil - teve a maior média de público em seu ginásio: 4.100 espectadores. Tudo isso porque a criança do Centro Rexona é valorizada e incentivada a comparecer nos jogos. Com seu crachá de identificação de aluno ela pode entrar gratuitamente nos jogos trazendo duas pessoas na fase classificatória e uma na fase final. Assim a criança sente-se reconhecida e motiva-se ainda mais a participar do Projeto. Outro resultado significativo foi o número de convites que as crianças no Centro receberam para estudar em escolas particulares com bolsas, muitas das vezes integral. Algumas destas 100 crianças terão em escolas particulares melhores condições de estudo e maiores chances de ascensão social, tudo proporcionado pelo esporte. Temos ainda benefícios intangíveis como, valorização da Escola pública e a sociabilização da criança em um meio novo.

3.6.1.5.1. Resultados e aprendizagens advindas para a empresa em decorrência da realização do projeto

O Centro Rexona de Excelência do Voleibol vem demonstrar a importância da responsabilidade social assumida pelas empresas perante as comunidades junto as quais atuam. É gratificante para uma empresa privada poder contribuir para o crescimento das pessoas, dividindo com o poder público iniciativas desse porte e significado. É claro que o investimento da Rexona num projeto como este não é um mero mecenato. A empresa tem consciência de estar auferindo resultados concretos na construção de sua imagem e de sua marca institucional junto aos seus públicos potenciais - e o faz reunindo o útil ao agradável.

3.6.1.5.2 Problemas, dificuldades e insucessos da experiência

Como sempre, boas idéias costumam gerar resistências e desconfianças nas primeiras fases de sua implantação. Algumas pessoas e instituições não acreditam, acham difícil, colocam obstáculos ou simplesmente se imobilizam. Com um trabalho organizado e determinado, essas resistências vão se diluindo e o próprio entusiasmo dos beneficiários diretos, as crianças, vão contaminando o ambiente positivamente.

3.6.1.5.3 Novas oportunidades de ação vislumbradas com a realização do projeto

A marca Rexona, que já patrocina a equipe feminina de vôlei campeã da última temporada da Superliga, já se prepara para ver emergir das turmas formadas no Centro Rexona de Excelência do Voleibol os novos atletas do século XXI. Para a Gessy Lever, o projeto não representa apenas um investimento de Marketing, mas sim um ideal a longo prazo, que tem como objetivo descobrir novos talentos no esporte. Estes resultados já começaram a chegar, com o reconhecimento de da capacidade esportiva de 100 crianças que pelo seu bom desenvolvimento nos núcleos, receberam bolsas parciais e integrais para continuarem seus estudos e treinamentos em escolas particulares.

3.6.1.6. Divulgação

Até agora, o empenho de divulgação do projeto esteve voltado preferencialmente para os públicos das comunidades onde foram instalados os núcleos do Centro Rexona, no Estado do Paraná. Pela repercussão merecida, o projeto acabou ganhando as páginas da imprensa e mereceu reportagens abonadoras em diversos jornais e revistas do país.

3.6.1.7 Investimentos e Recursos Mobilizados

Para cada fase do projeto teve-se um custo diferenciado, sendo que a fase inicial de implantação foi a mais cara, R\$ 1.500.000,00 ao ano, seguido por fases com custos anuais de aproximado R\$ 1.200.000,00.

3.6.1.7.1 Outros recursos da empresa investidos no projeto

Para o núcleo de Curitiba, todos os recursos gastos com a manutenção e melhoramento do Ginásio Tarumã para a equipe adulta de vôlei Rexona, tais como piso importado, sala de musculação com equipamentos de última geração, sala de fisioterapia, secretaria administrativa e muito mais, acabam por reverter em benefícios para os alunos que lá tem suas aulas e para os professores de todos os núcleos que lá são treinados a cada semestre. Estas melhorias são também sentidas pelos outros núcleos, quando do Campeonato Internúcleos que tem suas semifinais e finais naquele Ginásio. As Escolas Públicas disponibilizam aos núcleos uma estrutura física mínima exigida para a implantação, tais como quadra de cimento coberta, no mínimo 2 professores, almoxarifado para o armazenamento e conservação do material das aulas e toda a estrutura física das escolas como banheiros, cantinas e etc.

3.6.1.7.2 Recursos Humanos

Os núcleos contam com uma estrutura básica formada pelos seguintes profissionais:

- 02 professores em cada núcleo, mais profissionais das Escolas Públicas;
- 04 estagiários no núcleos de Curitiba;
- 10 Professores e treinadores do núcleo de Curitiba;
- 01 Coordenador Geral dos núcleos;
- 04 funcionários do Centro Rexona de Excelência do Voleibol designados de forma parcial ou integral ao atendimento dos núcleos;
- Profissionais da Divisão Elida Gibbs destinados ao desenvolvimento e execução do projeto;
- Profissionais da AFV - Consultoria e Projetos S/C Ltda., destinados ao acompanhamento do repasse de verbas e da prestação de contas dos recursos;
- Profissionais das Secretarias de Educação e Esportes que dão suporte ao projeto;
- Funcionários públicos destinados pelo Estado para a limpeza e conservação e segurança do Ginásio Tarumã.

3.6.1.7.3 Envolvimento de voluntários na realização do projeto

O projeto é desenvolvido sob bases extremamente técnicas, o que de certa forma, inibe o envolvimento voluntário de pessoas da empresa e/ou da comunidade. Tratar de um projeto para o repasse de Know how em vôlei para crianças, onde toda esta técnica é trabalhada com os professores de educação física, a cada semestre e sob forma de treinamento, para que eles possam estar

conduzindo as atividades dos seus núcleos dentro das regras necessárias para que esta atividade seja salutar as crianças.

Mesmo com todo este lado técnico, ainda temos dentro do que é possível, e onde não exista uma exigência de treinamento específico, o envolvimento da comunidade, que organiza torcidas, estimulam suas crianças nos campeonatos, participam dos eventos com toda a família, vão ao jogos trocando ingressos por alimentos não perecíveis para serem doados, envolvem-se com a equipe adulta e nela se espelham na atividade esportiva e desenvolvem muito mais ações sob a forma de estímulo a estas crianças.

A experiência mais recente do projeto em seu envolvimento com a sociedade, é o novo núcleo que esta sendo formado em Curitiba, uma parceria do Centro Rexona de Excelência do Voleibol com a Entidade Instituto Salesiano, dirigida pelo Padre Dácio Elísio Bona e o Conselho Estadual da Criança e Adolescente do Paraná, no atendimento a crianças com problemas de ajuste social. Esta parte do projeto só esta sendo possível pelo trabalho voluntário do Padre Dácio e sua equipe, que estarão conduzindo a parte do atendimento psicológico as crianças dentro do núcleo.

3.6.1.7.4 Parcerias e outros apoios externos financeiros mobilizados para a realização do projeto

O Centro Rexona de Excelência do Voleibol é fruto de uma parceria produtiva entre a Gessy Lever, através da marca Rexona, e o Governo do Paraná, através de suas Secretarias de Educação, Esporte e Turismo.

A Gessy Lever continuará a manter com recursos próprios a cota de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao programa dos núcleos, o Governo do Paraná, através de suas Secretarias de Esporte e Educação, manterá sua ajuda em um valor estimado de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) e esperamos poder contar com a ajuda do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Paraná e do FIA.

3.6.1.7.5 Utilização de incentivo fiscal federal para a realização do projeto

O projeto conta com uma parte de seus recursos disponibilizados via renúncia fiscal Federal, a Lei do 1% do Menor e do Adolescente, em parceria com o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Paraná e seu Fundo.

Fonte: Dados obtidos em entrevista com Laís Veloso, executiva da AFV Consultoria e Projetos, responsável pela implantação do projeto.

3.6.2 Instituto Telemar

3.6.2.1 Apresentação

Cultura é educação: desta forma a Ação Cultural (Relações Institucionais) da Telemar tem realizado projetos culturais com módulos de educação integrados.

A peça *Ai, ai Brasil* pôde ser assistida por 1.700 alunos e professores de escolas públicas municipais e estaduais e o diretor Sérgio Britto disse no programa do Jô Soares, em 04/08, tratar-se de uma iniciativa pioneira da Telemar.

O Programa de educação do Museu do Telephone/Espaço Telemar através de duas peças: "Tudo por um fio" e "Número faz favor", agora no Glaucio Gil, já faz parte do programa social da primeira dama do Estado, D. Rosinha Matteus, que fechou acordo com o Museu para levar as escolas estaduais.

A Telemar Rio através da Fundação de Arte e Cultura de Niterói resolveu um problema com a Secretaria de Fazenda de Niterói. A restauração do Solar do Jambeiro se desdobrou em sete oficinas de educação que farão parte da sua inauguração em novembro de 2000.

Pela primeira vez uma exposição de arte contemporânea vai ser matéria de escola e *site* para dar oportunidade a todas as crianças conectadas à internet. Este é o projeto de Adriana Barreto "Laboratório" que vai ser desenvolvido juntamente com o projeto Arte Educação.

Estes são alguns exemplos do que do trabalho do Instituto Telemar. Assim como qualidade e preço do produto antes eram o diferencial para o consumidor e hoje são pré-requisito, os diferenciais competitivos vão ser gerados por outros valores, como co-responsabilidade pela comunidade, pelo País, pela educação.

A implantação do Instituto Telemar significa a possibilidade de transformar um conjunto de eventos avaliados por critérios variados em instrumento de tecnologia social. A criação de incentivos fiscais – na verdade renúncias do governo para estimular determinadas atividades sócio-culturais - tem duplo efeito de incentivá-las e reduzir as críticas daqueles que seriam seus porta-vozes naturais, os artistas. Filmes, peças de teatros, exposições culturais e um grande número de manifestações desta natureza têm sido suportadas por incentivos oriundos de várias empresas, que recebem crédito do evento como compensação direta. Mas, como os créditos não se somam na cabeça dos contribuintes, o benefício final das empresas patrocinadoras dos eventos é relativamente modesto.

3.6.2.2 Carteira de Recursos Alternativos

A carteira de recursos alternativos da Telemar é composta por incentivos fiscais, parcerias, verbas governamentais, verbas não restituíveis de programas e verbas provenientes de organismos internacionais.

Com esta composição, a entidade gestora da carteira – Instituto Telemar – poderá desenvolver projetos culturais, educativos e sociais a um custo até 70% menor para a própria Empresa ou, até mesmo, levar a zero este desembolso.

O mapeamento das possibilidades da Telemar como geradora de incentivos fiscais permite definir um programa global de aplicações e uma seleção de projetos baseada na relação entre os custos que vai incorrer e os benefícios a alcançar, tendo inclusive acesso a contrapartida de recursos oriundos de outras fontes (BNDES, BID, outros investidores, etc.). O veículo adequado para a implantação de um projeto sócio-cultural com estas características é um Instituto de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos. Com variada ênfase, não é outra a forma de atuar da Fundação Roberto Marinho e Bradesco, e dos Institutos Moreira Salles e Itaú. Eles agregam atributos extremamente positivos a seus Instituidores (Rede Globo, Bradesco, Unibanco e Banco Itaú) por realizarem projetos ou eventos de interesse cultural.

Pesquisa recente realizada pelo Instituto Ethos mostrou que 29% dos consumidores de produtos e de serviços consideram fator determinante para a decisão de compra a imagem social que a empresa desfruta.

Portanto é relevante que as ações da Instituição Telemar, que vá desenvolver os projetos de ação sócio-cultural seja capaz de agregar à empresa o atributo positivo de quem tem uma ação social concreta. Homens do gabarito de Walter Moreira Salles, Olavo Egydio Setubal, Roberto Marinho e Lázaro Brandão perceberam a relevância através de ações sócio-culturais que seus institutos beneficiaram e beneficiam as empresas que fundaram.

3.6.2.3 O Instituto e a Empresa Instituidora

É preciso que fique clara a necessidade de se dar uma personalidade jurídica definida e nítida ao Instituto Telemar. Só assim as ações sócio-culturais que desenvolver gerarão um “efeito halo” que beneficiará as empresas operadoras que fazem parte da holding. É melhor copiar a solução dada pelos grandes grupos empresariais – Moreira Salles, Globo, Itaú e Bradesco – já testadas e aprovadas.

Uma estrutura própria de gestão é absolutamente indispensável para dar “foco” às atividades sócio-culturais da Telemar. O instituto não é uma ação do marketing, o Instituto não pode ser confundido com um administrador de benefícios internos para os colaboradores da empresa e não deve de nenhuma forma instrumento aplicado às atividade de “lobbing”. Há razões que justificam estas preocupações:

- a) Se o Instituto abrigar projetos voltados para colaboradores (benefícios) quer nas áreas de previdência, quer na área de lazer, perde a credibilidade necessária

para atrair investimentos de terceiros e, especialmente verbas de organismos internacionais e nacionais. Portanto, colocar entre as missões do Instituto Telemar o atendimento destas questões internas é minimizar seus recursos, é diminuir sua credibilidade;

- b) Colocar o Instituto como atividade de marketing de produto é restringi-lo porque o resultado maior resulta exatamente do “efeito halo” que o Instituto cria e que, finalmente, mostra aos usuários do sistema de telecomunicações a preocupação real da empresa com a comunidade. Por paradoxal que possa parecer, quanto mais desvinculada operacionalmente do marketing mais benefícios à imagem da empresa serão gerados pelo Instituto Telemar e, finalmente;
- c) Associar o Instituto Telemar à legítima função de “lobbing” das empresas só faz apequená-lo e torná-lo menos respeitável. Há interesses comerciais e legais a defender (legítimos) mas a imagem dos benefícios sócio-culturais que vai gerar o Instituto não pode ser misturada com os legítimos interesses corporativos da empresa.

3.6.2.4 A Organização e o Instituto TELEMAR

Sendo uma organização criada pela Telemar, com foco próprio, o Instituto Telemar, deve utilizar todo o suporte da empresa-mãe. Para que o apoio de todas as unidades administrativas da Telemar garantam a eficiência operacional, o melhor formato é submeter o Instituto diretamente ao presidente da empresa. Isto dará ao Instituto prioridade no atendimento a questões que dependem de uma ou várias áreas (marketing, recursos humanos, financeira, tributária, etc).

Do presidente para o corpo executivo é recomendável que o Instituto Telemar tenha estrutura enxuta e independente, subordinada a um diretor-executivo, profissional com ampla qualificação na administração de projetos de natureza sócio-cultural.

O apoio que o Instituto Telemar pode dar às operadoras de telecomunicações da holding é incluir funcionalismo em toda a programação cultural que vier a desenvolver. Assim, se patrocinar um concerto, uma exposição de arte ou qualquer manifestação cultural poderá dar aos funcionários acesso privilegiado ao evento.

Sob o ponto de vista de apoio às ações de educação (já suportadas pelo FUST) o Instituto Telemar poderá incluir os alunos de escola pública no amplo circuito de eventos culturais que vier a patrocinar.

3.6.2.5 Museu do Telefone/Espaço Telemar

No ano de 2001, a prioridade deve ser o Museu do Telefone/Espaço Cultural Telemar. Esta gestão deve ser “independente” da administração da Telemar, tanto quanto seu caráter cultural e social.

A avaliação feita do orçamento do Museu do Telefone/Espaço Telemar mostrou que 95% dos custos nele inseridos poderão ser financiados com recursos de incentivos fiscais, em projetos a serem desenvolvidos para o ano de 2001.

Estes projetos farão uso da renúncia fiscal sobre o IR, o ICMS, o ISSqn e o IPTU da Telemar e também de seus parceiros culturais.

Espaço Telemar	Orçamento 2001	%
Empregados Espaço	416.000,00	8,55
Encargos sociais empregados	332.800,00	6,84
Despesa com estagiários	57.600,00	1,18
Contratos de pessoal	354.000,00	7,27
Eventos culturais	1.286.400,00	26,43
Publicidade e gráfica	1.180.920,00	24,27
Projetos especiais	470.000,00	9,66
Administração	769.032,00	15,80
Soma	4.866.752,00	100
Impostos	4866.750,20	
Total	5.353.427,00	

O Instituto Telemar ainda está em fase de conclusão, mas pode ser considerado relevante na medida em que o relatório aqui apresentado é um caso típico de financiamento através de incentivos fiscais, não prejudicando de forma alguma o estudo que está sendo feito.

Fonte: Dados obtidos em entrevista com Gilda Pessoa, executiva do Instituto Telemar.

4. Conclusão

Este presente estudo procurou mapear diferentes fontes de recursos existentes, ilustrando cada um com um estudo de dois casos. Abaixo será analisado os dois casos referentes a cada fonte.

4.1 Empresariado

Nos casos estudados relativos a esse tipo de fonte de recursos, nota-se uma grande diferença entre as entidades. Embora ambas pertençam, basicamente, a mesma área de atuação (educacional) e sejam apoiadas por empresas privadas, percebe-se que tanto as a diversificação das fontes financiadoras, como a estratégia de ação são bem diferentes.

Enquanto a Fundação Bradesco se apóia fundamentalmente em uma única fonte de recursos (Top Clube Bradesco) e desenvolve um projeto próprio totalmente dependente tanto econômico quanto funcionalmente do Bradesco (a Fundação é considerada um “braço” do Bradesco), o Instituto Multiplicar age unicamente em pró de um ideal, ou seja, ele age como uma interligação entre financiadores, realizadores e beneficiários com a missão de erradicar o déficit educacional no Ciclo Fundamental.

Pode-se notar também que ambas as entidades possuem uma monitoração e um acompanhamento bem desenvolvido, mostrando que as empresas privadas quando investem no social, têm buscado cada vez mais fazê-lo de forma estratégica e profissional, na tentativa de maximizar os resultados e minimizar os custos.

Os casos ilustrativos, tanto da Fundação Bradesco, como do Instituto Multiplicar mostram que as empresas privadas possuem várias alternativas para investir no social e que elas devem buscar as alternativas que melhor se adaptem ao seu perfil e às necessidades próprias da sua empresa. A diversificação nas formas de atuação e na ponderação das fontes financiadoras de seus projetos só têm a acrescentar para o crescimento do terceiro setor, tão necessitado de criatividade e novas idéias.

4.2 Voluntariado

Com relação a esta fonte de recurso, pode-se observar que o voluntariado surge mais como um suporte das ações da entidade sem fins lucrativos do que como uma fonte mantenedora, devido a impossibilidade de uma organização viver somente de voluntariado. Mas tal fato, não tira a sua relevância no terceiro setor. As vantagens de tal movimento vão além da grande redução nos custos com pessoal (que no estudo de casos se mostrou o maior gasto), abrangem também o voluntariado empresarial, que tem surgido como uma alternativa para um melhor desempenho das empresas privadas.

Os casos aqui estudados, apesar de serem ambos bem sucedidos no âmbito do voluntariado, apresentam características diferentes no que diz respeito aos

seus resultados. O Instituto C&A por ser apoiado basicamente por uma empresa privada (C&A Modas), é um caso típico de voluntariado empresarial, cujas vantagens abrangem também a esfera da empresa mantenedora. Como foi dito no estudo do caso do Instituto, o voluntariado surge como uma importante mola motivadora para os funcionários da C&A Modas que atuam no Instituto, ou seja, além do ganho institucional com a vinculação do nome da empresa a uma causa social (empresa socialmente responsável), há o ganho na produtividade dos funcionários que se sentem mais satisfeitos em trabalharem na empresa. Eis aí, outra importante maneira de atuação empresarial no campo social.

Já a Pastoral da Criança, não possui nenhum vínculo essencial com empresas privadas. O seu voluntariado surge como a espinha dorsal dos projetos da Pastoral. Além do grande diminuição nos gastos com funcionários (a Pastoral consegue limitar a folha de salários e custos de administração e manutenção em 25% do orçamento), a finalidade do projeto é a capacitação de líderes comunitários (que são voluntários), que darão viabilidade aos projetos de entidade, ou seja, existe uma preocupação em desenvolver o voluntariado nas próprias regiões de atuação, onde os voluntários são os próprios beneficiários, já que estarão ajudando no desenvolvendo da sua própria comunidade.

Nota-se nesses casos, que assim como foi visto no empresariado, o voluntariado pode ser totalmente moldado conforme os interesses da entidade. Saber coordenar, capacitar e motivar essa legião de pessoas é que é o grande desafio das entidades sem fins lucrativos.

4.3 Religião

Assim como já foi dito anteriormente, a religião surge no terceiro setor como a grande divulgadora e motivadora do setor social. Católicos, espíritas, evangélicos, judeus, entre outros são motivados pelos princípios básicos de sua religião a doarem seu tempo, dinheiro ou bens em pró da causa social.

No estudo dos dois casos relacionados à religião, o que os diferenciou não foi a religião a qual faziam parte e sim a forma como foi utilizado o fator religião no desenvolvimento de suas atividades. A UNIBES, como uma entidades judaica, utiliza-se deste fato para reter e buscar doadores e voluntários que se identifiquem com esta religião, ou seja, a religião surge como um imã seletivo (um fator crítico) que atrai aqueles judeus que tinham alguma propensão em ajudar causas sociais. Não que isto seja o que sustenta a organização, mas pode ser considerado um fator importante. Mas assim como atrai as pessoas adeptas ao judaísmo, este vínculo com a religião pode também ser um fator de afastamento de pessoas com grande potencial de doação, e que por pertencerem a outra religião não se sintam a vontade de ajudar a instituição. Saber ponderar este fator é o que torna a instituição bem sucedida ou não.

No caso da Visão Mundial, a religião não é utilizada com a mesma finalidade do que na UNIBES. A Visão Mundial se apóia nos ideais cristãos para desenvolver seus projetos, ou seja, a base da sua missão é o desenvolvimento das áreas de

atuação (seguindo a linha do “não dar o peixe e sim a vara de pescar”). Neste aspecto, a religião surge mais como um fator intrínseco aos projetos do que uma fonte de financiamento.

Estes casos levam a questões relevantes no que diz respeito ao vínculo que a entidade deve ter com a religião. Pelo fato do Brasil ser uma país religioso, mas que ao mesmo tempo consegue abrigar do candomblé ao budismo, esta questão deve ser tratada com cuidado e precaução, já que pode afetar o bom andamento da instituição envolvida.

4.4 Organismos internacionais

Ao contrário dos casos analisados nos itens anteriores, os casos relativos a organismos internacionais serão estudados na ótica do repasse dos recursos, onde as instituições estudadas são as próprias fontes, e não mais as receptoras dos recursos.

Aqui também procurou-se analisar entidades bem diferentes entre si. O BID atua no sentido de dar apoio a projetos que busquem acelerar o crescimento de países em desenvolvimento, seja através de entidades públicas, privadas, com ou sem fins lucrativos. A ajuda pode ser com empréstimos, cooperação técnica, ou financiamento. Já a UNICEF, através do Criança Esperança, age como um propulsora de cidadania. A população, devido a grande divulgação e apelação televisiva, comove-se e une-se num momento de cooperação mútua da sociedade brasileira em busca da resolução dos problemas sociais. A grande quantia de dinheiro arrecadado deve-se, principalmente a aliança estratégica entre UNICEF e Rede Globo, unindo credibilidade com divulgação.

4.5 Governo

O governo brasileiro a cada ano investe menos na área social, aumentando a lacuna que existe entre o discurso governamental e a sua real ação no setor. Mas ao mesmo tempo as entidades têm buscado convênios com o estado para não só ter uma fonte de recursos como também utilizar-se do princípio que “mostrar aos potenciais doadores que a entidade tem um convenio com a prefeitura ou outra esfera governamental significa comprovar que o governo confia nos serviços prestados” (Cruz & Estraviz, 2000).

Os casos da OIT e do BNDES são exemplos de como o governo pode financiar ações do terceiro setor brasileiro. É interessante observar que uma das grandes vantagens de o próprio órgão governamental desenvolver projetos sociais é que este poderá influenciar de maneira mais efetiva os setores públicos da comunidade beneficiária. A OIT através de seu trabalho na erradicação do trabalho infantil assim como o BNDES nas ações sociais, buscam não só financiar projetos como também estimular políticas públicas visando ao desenvolvimento da comunidade como um todo.

O crescimento dos financiamentos do BNDES no social, faz com que este órgão se torne uma fonte potencial e um estímulo ao crescimento do terceiro setor.

A busca por parcerias com o estado tem se mostrado uma das alternativas mais viáveis não só para superar o fraco incentivo do governo na área social como também para influenciar na criação de políticas públicas que venham a auxiliar no desenvolvimento social.

4.6 Incentivos Fiscais

Uma nova forma das empresas privadas entrarem no âmbito da responsabilidade social, buscando tanto o fortalecimento da instituição, quanto um desenvolvimento de um ideal cidadão, tem sido através do investimento de recursos captados por incentivos fiscais.

As empresas, através de incentivos fiscais obtidos no investimento na área social, podem economizar com gastos tributários o valor investido, obtendo as vantagens de se tornar uma empresa socialmente responsável sem que isso pese no seu orçamento. Tal conjunto de recursos obtidos dentro da própria empresa pode ser chamado de carteira de recursos alternativos.

Nesta pesquisa estudou-se dois casos bem ilustrativos. A Gessy Lever, com a finalidade de desenvolver o projeto Centro Rexona de Excelência do Voleibol, utilizou-se da renúncia fiscal Federal, a Lei do 1% do Menor e do Adolescente, além de uma parceria com o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Paraná e seu Fundo. Já a Telemar fará uso da renúncia fiscal sobre o IR, o ICMS, o ISSqn e o IPTU da Telemar e também de seus parceiros culturais.

Devido ao fato de os incentivos fiscais no Brasil serem bastante restritos, as organizações devem buscar se utilizar daqueles existentes da melhor maneira possível. Ou seja, na hora de selecionar os projetos que irá financiar, a empresa deve além de considerar a visibilidade do projeto e escolher o público alvo que interessa à empresa, deve também escolher aqueles projetos que possam aproveitar as leis de incentivos.

4.7 Visão Geral

Pode-se notar que a captação de recurso por entidades do terceiro setor, apesar da sua óbvia relevância, não pode ser considerada um fim em si mesma. Para que a organização possa sustentar-se, ela deve buscar o máximo aproveitamento desses recursos através de uma gestão eficaz que vá além da paixão e boa vontade que lhes são intrínseca.

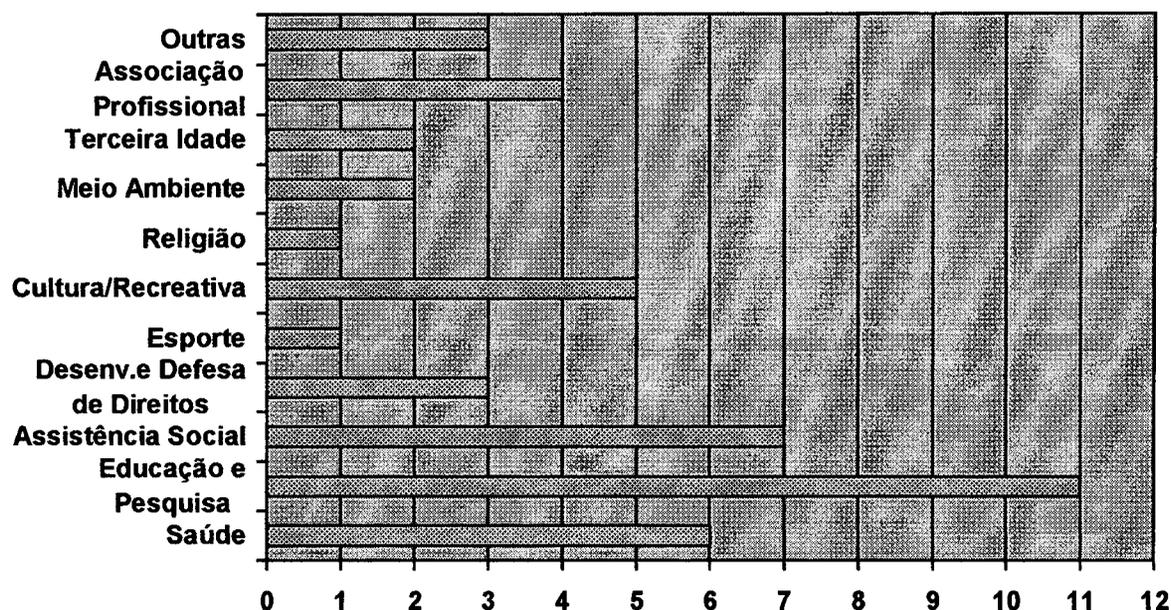
Pôde-se observar que cada fonte tem suas vantagens e desvantagens, e que grande parte das entidades estudadas não se apóiam em apenas um tipo de mantenedor (somente a OIT disse ter um mantenedor). Como Célia Cruz e Marcelo Estraviz dizem em *Captação de diferentes recursos para organizações sem fins*

lucrativos, “a dependência de um número reduzido de financiadores poderia ameaçar a viabilidade de sua organização, caso o doador resolva, de repente, parar a doação”. Eles ainda acrescentam: “se durante muito tempo sua organização teve um único financiador, sua marca está tão associada a ele que ficará difícil associar-se a um novo patrocinador”, e que “um financiador que doe grande parte do seu orçamento terá muita influência em sua organização”.

As fontes de recursos podem ser comparadas a um portfólio de ações, onde quanto maior o número de ações, menor o risco, e onde a empresa busca encontrar a peso ideal de cada ação, ou seja, as fontes de financiamento devem ser diversificadas para não incorrer em risco de haver falta de recursos e a entidade deve buscar a ponderação das fontes que melhor se adapte aos seus interesses.

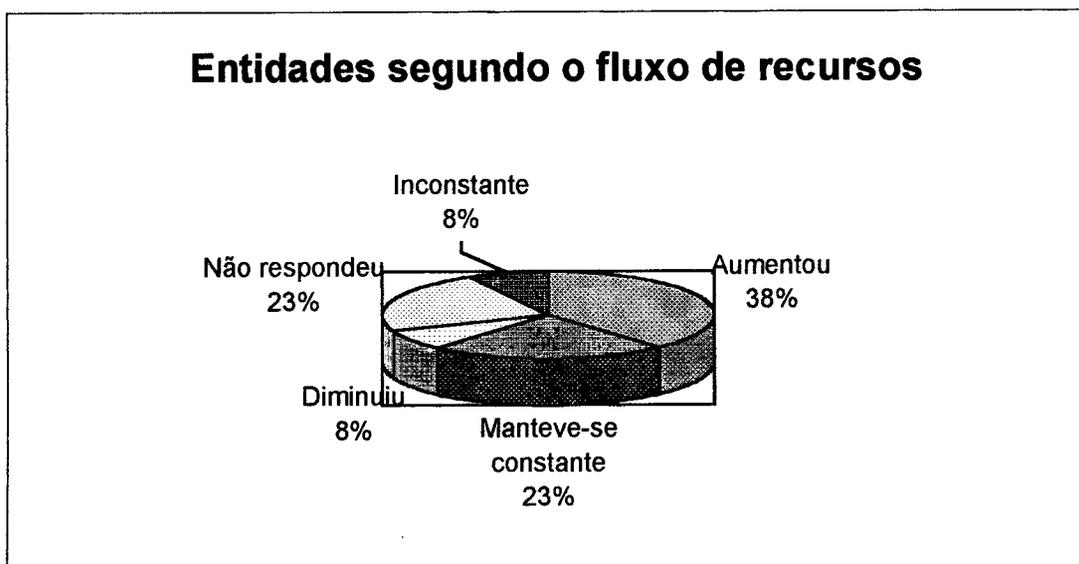
Alguns dados importantes podem ser observados comparando-se os casos: a maioria das entidades estudadas atuam na área de educação e pesquisa, e assistência social aponta como o segundo na preferência de atuação. Outro dado relevante é que grande parte do capital é alocado na treinamento e pagamento de pessoal, o que leva-se a discussão do emprego do voluntariado discutido anteriormente.

Entidades por área de atuação



Além disso, todas as empresas mostraram-se preocupadas com a monitoração dos resultados através tanto de auditoria externa, contabilidade interna, como outros mecanismos de avaliação. Mostrando uma atuação bastante preocupada com os resultados obtidos.

Outro dado importante é quanto a variação no fluxo dos recursos: a maioria diz ter aumentado durante os anos 90.



É importante ressaltar que por ser um trabalho exploratório preocupado com a análise de casos, estes dados não refletem a realidade do terceiro setor, estão sendo aqui colocadas apenas como um referencial ilustrativo com a finalidade de dar uma visão geral das entidades aqui estudadas.

A questão central percebida com este estudo foi que a preocupação das entidades na captação de recursos deve ser a de melhor aproveitar as potencialidades de cada fonte de acordo com os objetivos e formas de atuação que a entidade busca desenvolver. E que cada fonte tem suas vantagens e desvantagens que podem variar de entidade para entidade, e, mas do que isso “captar recursos não é a mais difícil das atividades de uma organização sem fim lucrativo, mas, se técnicas forem utilizadas e metodologias implementadas, o tempo dedicado a esta prática poderá ser muito mais eficaz”.

A seguir tem-se quadros comparativos entre as fontes de financiamento baseado no modelo de Carol Daugherty e Linda Kendrix apresentado em “The Concept Development Resource Group”, encontrado no livro “Captação de Diferentes Recursos para Organizações sem Fim Lucrativos”, de Célia Cruz e Marcelo Estraviz. Tais quadros são bastante pertinentes e complementam as conclusões alcançadas neste estudo.

4.8 Fontes Financiadoras X Vantagens

Governo	Empresas	Indivíduos	Fundações	Inst. Religiosa
1. Fortalecimento do trabalho através de assessoria técnica 2. Legitimação 3. garantia de verba (convênio) 4. Grandes somas e por longos períodos	1. Parcerias que agregam credibilidade e visibilidade. 2. Menor burocracia 3. Maior retorno financeiro 4. Pode gerar divulgação 5. Doações em espécie, dinheiro e trabalho voluntário especializado 6. Decisões sobre doações feitas ao longo de todo o ano	1. Recurso vem solto e pode ser utilizado para financiar seu custo operacional 2. Constituem uma rede de doadores 3. Agente Multiplicador 4. Atingidos pelo coração 5. Menos exigência, mais envolvimento 6. Mais rápida a resposta 7. Doações de longo prazo 8. Podem doar trabalho em várias áreas além de dinheiro 9. Apóiam causas ousadas	1. Dão credibilidade 2. Somas substanciais, doadas geralmente de uma só vez ou no máximo por 3 anos 3. Apresentam modelos para propostas e auxiliam no desenho de indicadores e obtenção de resultados 4. Possuem a missão clara, o que facilita identificação com o projeto a ser apresentado 5. Prestação de contas é necessária 6. Mais democrático 7. Falam a mesma língua	1. Identificação com a instituição religiosa 2. Credibilidade do projeto 3. Divulgação na comunidade 4. Apoio no custo operacional 5. Projetos de longa duração 6. Também faz contribuição em espécie

4.9 Fontes Financiadoras X Desafios

Governo	Empresas	Indivíduos	Fundações	Inst. Religiosa
1. Vencer a burocracia 2. Sobreviver dentro da política do	1. Ser claro e direto no pedido 2. Expectativa de	1. Garantir continuidade 2. Muito trabalho para pouco recurso	1. Ter profissionais capacitados para elaborar projetos	1. Identificar projetos afins 2. Interferência do

governo	profissionalismo	3. Valorizar o doador	2. Compatibilizar	financiador
3. Diminuição da verba	por parte de	4. Cultivar doadores	interesse de	3. Garantir a não
4. Descontinuidade	grandes empresas	pode ser uma tarefa	fundações e	discriminação
dos programas	3. Interesses nem	que requer grande	entidades	religiosa
5. Falta de	sempre afins	investimento de	3. Duração do	4. Lidar com mitos
compromisso	4. Visibilidade e	tempo e dinheiro	financiamento	5. Frequentemente
6. Remanejamento de	retorno de imagem	5. Transformar o doador	4. Ter de ser um	difíceis de acessar,
verbas destinadas	podem ser	em contribuinte de	projeto tão	já que o programa
ao terceiro setor	requisitados	longo prazo e	diferenciado e	deve se adequar à
	5. Fazem doações	grandes somas	criativo que seja	agenda mais ampla
	principalmente para		depois multiplicador	da igreja
	organizações		5. Gostam de projetos	6. Processo de
	convencionais		de geração de	solicitação
	6. compatibilidade de		renda	demorado e
	interesse na sua		6. Frequentemente	algumas vezes
	área de <i>marketing</i>		são difíceis de	definido por critérios
	7. Instabilidade		acessar	políticos
	econômica		7. Poucas áreas de	
	8. Difícil acesso a		prioridade	
	quem decide			

4.10 Fontes Financiadoras X Motivação

Governo	Empresas	Indivíduos	Fundações	Inst. Religiosa
---------	----------	------------	-----------	-----------------

<ol style="list-style-type: none"> 1. Prestação de serviço feito à comunidade com custo menor 2. Desenvolvimento da comunidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade do trabalho junto à comunidade 2. Retorno de imagem 3. Marketing 4. Atividade pode beneficiar direta ou indiretamente a empresa 5. Funcionário se sente mais motivado a trabalhar numa empresa socialmente responsável 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desejo de pertencer ao grupo 2. Amigos 3. Participar dos resultados 4. Valorização 5. Identidade com a causa 6. Desejo de ser parte da visão da organização 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realização de sua missão 2. Garantia de um bom trabalho 3. Mais resultados oferecidos através de seu financiamento 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação com a causa 2. Altruísmo 3. Seu programa ajuda-os a realizar sua agenda religiosa 4. Possibilidade de mostrar coerência entre reflexão e ação
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

4.11 Fontes Financiadoras X Recursos Necessários

Governo	Empresas	Indivíduos	Fundações	Inst. Religiosa
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pessoas adequadas 2. Administração organizada 3. Diretoria constituída de fato 4. Documentação legalizada 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Indicações 2. Sensibilização com a causa 3. material de divulgação 4. Projetos bem preparados 5. Conexão com a gerencia local da empresa podem ser úteis 6. Conhecer a empresa 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cartas, folhetos, telefonemas 2. Pessoal preparado para contatos 3. Visitas a doadores 4. Eventos 5. Tempo para construir e nutrir relações 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pessoas capacitadas 2. Bom projeto 3. Interessante mais não obrigatório ter conexões com equipe profissional ou diretoria da fundação. Podem ser úteis 4. Material de apoio 5. Referências à idoneidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projeto adequado 2. Conexão e contatos com lideranças da instituição religiosa 3. Envolvimento com a comunidade

4.12 Fontes Financiadoras X Tipos de Apoio

Governo	Empresas	Indivíduos	Fundações	Inst. Religiosa
<ol style="list-style-type: none"> 1. Técnico financeiro e 2. Elaboração de projetos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Recursos financeiros, humanos e em espécie 2. trabalho voluntário 3. Auxilio organizacional 4. Podem apoiar eventos especiais, vendendo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Verba 2. Horas gratuitas de profissionais 3. Bens 4. Divulgação do projeto 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dinheiro 2. Treinamento 3. Acompanha o projeto 4. Desenho de indicadores 5. Dinheiro inicial 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pode fornecer apoio a projetos específicos ou apoio institucional 2. Apoio da comunidade religiosa 3. Contribuição em

	convites	5. Presença eventos	em	6. Financiamento para projeto específico 7. Apoio institucional (pequenas quantias) 8. Em geral não apóiam eventos especiais	espécie 4. Respaldo 5. Recursos a longo prazo
--	----------	------------------------	----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------

5. Bibliografia

As ONGs e a Realidade Brasileira – 1. A Questão do Estado. São Paulo, ABONG, Junho 1955.

As ONGs e a Realidade Brasileira – 2. Perspectiva de Parceria com a Cooperação Internacional. São Paulo, ABONG, Agosto 1995.

As ONGs e a Realidade Brasileira – 3. Os Gastos Públicos Federais com as Políticas Públicas. São Paulo, ABONG, Setembro 1995.

As ONGs e a Realidade Brasileira – 5. Iniciativas Empresariais e Projetos Sociais Sem Fins Lucrativos. São Paulo, ABONG, Novembro 1995.

BRASIL. *Por um Brasil mais justo: ação social do governo*. Brasília: Presidência da República, 1996.

CARTA DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA. São Paulo: ano 5, n. 26, jun./jul. 2000.

CARTA DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA. São Paulo: ano 5, n. 30, fev./mar. 2001.

CARVALHO, Nanci V. *Autogestão – O nascimento das ONGs*. Brasília: Editora Brasiliense, 1995.

Cidadania Participativa – Responsabilidade Social e Cultural Num Brasil Democrático. Vários Autores. Rio de Janeiro, Texto & Arte, 1995, Spink, Peter e Clemente, Roberta. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1997.

CRUZ, Célia M.; ESTRAVIZ, Marcelo. *Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Global, 2000.

DRUKER, Peter F. *Administrando em Tempos de Grandes Mudanças*. São Paulo: Pioneira, 1995.

_____, Peter F. *Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos – Princípios e Prática*. São Paulo: Pioneira, 1994.

EXAME. Guia de boa cidadania corporativa. São Paulo: Editora Abril, nov. 2000. Parte integrante da edição 728 de Exame.

FERNANDES, Rubem C. *Privado porém público – O Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: CIVICUS/Relume Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubem C. & PIET, Leandro. *ONGs Anos 90: A opinião os Dirigentes Brasileiros*. Rio de Janeiro: ISER, 1991.

FISCHER, Tania et alli. *Olodum: a Arte e Negócio. Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, V. 33, n. 2, Mar./Abr.1993 .

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL e PROGRAMA VOLUNTÁRIOS DO CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo, 2001.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3o. Setor – Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

IPEA. *A iniciativa privada e o espírito público: Um retrato da ação social das empresas do Sudeste brasileiro*. Brasília, mar. 2000.

LANDIM, Leilah. *Ação da Cidadania contra a Miséria e Pela Vida-ONGs, Filantropia e o Enfrentamento da Crise Brasileira*. Rio de Janeiro: ISER, 1994.

_____, Leilah; BAILEY, M. *Agências Internacionais Não-Governamentais de Desenvolvimento Atuando no Brasil: Cadastro*. Rio de Janeiro: Iser, 1995.

_____, Leilah; SCALON, Maria C. *Doações e trabalho voluntário no Brasil: uma pesquisa*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

_____, Leilah. *Notas para um Perfil das ONGs – As Pertencentes à Associação Brasileira de ONGs*. Rio de Janeiro: ISER, 1995.

_____, Leilah; BERES, Naide. *Ocupações, despesas e recursos: as organizações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

_____, Leilah. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, jun. 1993.

OLIVEIRA, Miguel D. *Cidadãos – Construindo a Sociedade Civil Planetária*. CIVICUS – World Alliance for Citizen Participation. Washington, 1995.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho infantil no Brasil*. Brasília, 2001.

PUTNAM, Robert D. *Bowling alone: America's declining social capital*. *Journal of Democracy*, 6, 1995.

RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos: O declínio inevitável dos níveis de empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SALAMON, Lester M. *The Emerging Sector – An Overview*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1994.

_____, Lester M. *The rise of nonprofit sector*. *Foreign Affairs*. v. 73, n. 4, 1994.

SMITH, Craig. The new corporate philanthropy. *Harvard Business Review*, Cambridge: Harvard Business School, mai./jun., 1994.

SIMMONS, J.P. Learning to live with NGOs. *Foreign Policy*, 112, 1998.

SMULOVITZ, Catalina. Third Sector Research: A Call from the South, *ISTR Report*. Baltimore: ISTR. Edição Especial, 1997.

TENÓRIO, Fernando G. *Gestão de ONGs – Principais Funções Gerenciais*. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VOLUNTARIADO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º abr. 2001. Especial, p. 1-8.

Anexo 1

Questionário usado no Estudo de Casos

1) A entidade se classifica como:

- Fundação.
- ONG.
- Associação.
- Cooperativa.
- OSCIP
- outro _____

2) Área (s) de atuação da Instituição

- Saúde.
- Educação e Pesquisa.
- Assistência Social
- Desenvolvimento e Defesa de Direitos
- Esporte.
- Cultural/Recreativa.
- Religião (Testemunho Cristão)
- Meio Ambiente.
- 3ª Idade.
- Associações Profissionais.
- Outras: _____

3) Quanto ao pessoal ocupado, há funcionários remunerados ?

- Sim Quantos : _____ Não.

4) Há voluntários?

- Sim Não

5) Em caso positivo, quantos? Em que áreas?

- Marketing
- Recursos Humanos
- Desenvolvimento de Projetos
- Outras: _____

6) Fontes de Recursos da Entidade 1999/2000

- Doações Privadas R\$ _____
- Apoio com bens ou serviços. Quais? _____

- Patrocínio R\$ _____
- Receitas Próprias
- Incentivos Fiscais .
- Doações/Verbas Governamentais.
- Verbas de Organismos Internacionais.

7) Qual o fluxo (periodicidade, frequência e evolução) dos itens assinalados acima durante a década de 90?

7.1) Doações Individuais de Pessoa Física

- manteve-se constante durante toda a década de 90.
- aumentou em x% durante a década de 90.
- diminuiu em x % durante a década de 90.
- oscilou mas em média manteve-se constante durante a década de 90.
- não existia no início dos anos 90; se tornou uma fonte de recursos em 199__.

7.2 Doações de Pessoa Jurídica

- manteve-se constante durante toda a década de 90.
- aumentou em x % durante a década de 90.
- diminuiu em x % durante a década de 90.
- oscilou mas em média manteve-se constante durante a década de 90.
- não existia no início dos anos 90; se tornou uma fonte de recursos em 199__.

7.3) Doações Internacionais

- manteve-se constante durante toda a década de 90.
- aumentou em x% durante a década de 90.
- diminuiu em x % durante a década de 90.
- oscilou mas em média manteve-se constante durante a década de 90.
- não existia no início dos anos 90; se tornou uma fonte de recursos em 199__.

* Especificar se estas doações foram feitas por pessoa física ou jurídica.

7.4) Apoio com bens e serviços

- manteve-se constante durante toda a década de 90.
- aumentou durante a década de 90 .
- diminuiu em x % durante a década de 90.
- oscilou mas em média manteve-se constante durante a década de 90.
- não ocorria no início dos anos 90, iniciou-se em 199__.

7.5) Patrocínio

- manteve-se constante durante toda a década de 90.

- aumentou em x % durante a década de 90 .
- diminuiu em x % durante a década de 90.
- oscilou mas em média manteve-se constante durante a década de 90.
- não ocorria no início dos anos 90, iniciou-se em 199__.

7.6) Receitas Próprias

- manteve-se constante durante toda a década de 90.
- aumentou em x % durante a década de 90 .
- diminuiu em x % durante a década de 90.
- oscilou mas em média manteve-se constante durante a década de 90.
- não ocorria no início dos anos 90, iniciou-se em 199__.

* Se possível indicar a atividade geradora de recursos próprios

7.7) Incentivos Fiscais

- manteve-se constante durante toda a década de 90.
- aumentou em x % durante a década de 90 .
- diminuiu em x % durante a década de 90.
- oscilou mas em média manteve-se constante durante a década de 90.
- não ocorria no início dos anos 90, iniciou-se em 199__.

* Se possível indicar o tipo de Incentivo Fiscal obtido. Exemplo IRPJ da Secretaria da Receita Federal.

7.8) Doações / Verbas Governamentais

- manteve-se constante durante toda a década de 90.
- aumentou em x % durante a década de 90 .
- diminuiu em x % durante a década de 90.
- oscilou mas em média manteve-se constante durante a década de 90.
- não ocorria no início dos anos 90, iniciou-se em _____.

* Quem dá? Governo Federal, Estadual, ou Municipal?

7.9) Verbas oriundas de Organismos Internacionais

- manteve-se constante durante toda a década de 90.
- aumentou durante a década de 90 .
- diminuiu em x % durante a década de 90.
- oscilou mas em média manteve-se constante durante a década de 90.
- não ocorria no início dos anos 90, iniciou-se em _____.

* Qual organismo internacional?

8) A instituição financia:

- Projetos próprios.
- Projetos de Terceiros.
- Projetos Próprios e Projetos de Terceiros.
- Outros: _____

9) Qual o critério utilizado para o financiamento desses projetos?

- IDH.
- Regional.
- Outros _____

10) Em que áreas o capital disponível é alocado e empregado dentro desses projetos?

- Treinamento de Pessoal
- Pagamento de Pessoal
- Edificações
- Outras: _____

11) Como são monitorados os resultados do emprego do capital social pelas entidades doadoras e/ou mantenedoras da instituição?

- Auditoria Externa
- Contabilidade Interna
- Outra _____



Fundação Bradesco

CNPJ 60.701.521/0001-06
 Inclui atendimento a 98.134 alunos
 Declarada de Utilidade Pública Federal
 Decreto nº 86.238, de 30.07.81

Balança Patrimonial em 31 de dezembro de 1999 – Em Reais mil		Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 1999 – Em Reais mil	
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	328.693	CIRCULANTE	7.569
DISPONIBILIDADES.....	122.970	OBRIGAÇÕES.....	7.569
CRÉDITOS.....	205.723	Fornecedores.....	935
Créditos a Receber.....	204.380	Encargos a Cumprir.....	6.634
Outros Créditos.....	1.343		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	61	PATRIMÔNIO	2.253.007
Créditos a Receber.....	61		
PERMANENTE	1.931.822		
INVESTIMENTOS.....	1.885.464		
IMOBILIZADO.....	46.358		
TOTAL	2.260.576	TOTAL	2.260.576
		RECEITAS	304.609
		Financeiras.....	26.322
		Resultado da Equivalência Patrimonial.....	269.949
		Outras.....	8.338
		DESPESAS	96.833
		De Educação.....	87.078
		Outras.....	9.755
		DOAÇÕES RECEBIDAS	45.184
		SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO INCORPORADO AO PATRIMÔNIO	252.960

ANEXO 2

DIRETORIA

Cidade de Deus, Osasco, SP, 31 de janeiro de 2000

Diretor Presidente

Lázaro de Meilo Brancão

Diretor Vice-Presidente

Antônio Bornia

Diretores Gerentes

Durval Silvério

Edson Borges

Dorival Antônio Bianchi

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Márcio Artur Laurelli Cypriano

Ageo Silva

Diretores Adjuntos

João Cariello de Moraes Filho

João Aguiar Alvarez

Denise Aguiar Alvarez Valente

Décio Tenerello

Laércio Albino Cezar

Arnaldo Alves Vieira

Luiz Carlos Trabucco Cappi

José Roberto Aparecido Nunciaroni

TC-CRC 1SP073877/O-2

Anexo 3

PASTORAL DA CRIANÇA

Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
BALANÇO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE
(EM REAIS)

RECEITA	1.999	1.998
ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES		
Convênios Nacionais	15.677.893,67	12.542.173,88
Convênios Internacionais	24.000,00	60.960,36
Projetos Especiais	301.849,47	344.137,95
Outras Receitas	359.550,45	97.773,50
Sub-total	16.363.293,59	13.045.045,69
Receitas de Aplicação Financeira	130.445,74	190.550,06
	16.493.739,33	13.235.595,75
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR		
Bancos Conta Movimento	33.345,65	26.371,51
Bancos Conta Aplicação	1.239.084,14	491.137,04
TOTAL	34.259.908,45	26.988.700,05
DESPESA		
Alfabetização	596.617,96	903.160,25
Apoio Mensal	7.050.228,61	4.468.732,50
Capacitação	2.384.358,33	1.967.960,45
Municípios de Risco	107.474,82	337.029,20
Apoio Eventual	332.965,49	898.744,79
Geração de Renda	165.487,64	139.696,45
Materiais Educativos	1.920.192,55	1.477.378,29
Administrativas	1.576.052,73	1.586.471,03
Projetos Especiais	31.456,83	282.046,31
Despesas de Viagem	203.993,24	204.584,44
Despesas de Capital	369.649,64	214.870,80
Despesas com Reforma da Sede	172.810,14	0,00
SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		
Bancos Conta Movimento	17.842,92	33.345,65
Bancos Conta Aplicação	2.837.038,22	1.239.084,14
TOTAL	17.766.169,12	13.753.104,30

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo 4

PASTORAL DA CRIANÇA
Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE
(EM REAIS)

ATIVO	1.999	1.998
ATIVO FINANCEIRO		
DISPONÍVEL	<u>2.854.881,14</u>	<u>1.272.429,79</u>
Bancos Conta Movimento	17.842,92	33.345,65
Bancos Conta Aplicação	2.837.038,22	1.239.084,14
ATIVO SOCIAL		
Créditos de Convênios a Receber	3.411.304,62	17.362.189,34
SOMA DO ATIVO REAL	6.266.185,76	18.634.619,13
ATIVO COMPENSADO		
Material Permanente - Convênios	272.287,72	232.155,08
Valores de Terceiros	0,00	83.956,86
TOTAL GERAL	6.538.473,48	18.950.731,07
PASSIVO		
PASSIVO FINANCEIRO		
Convênios a Executar	6.266.185,76	17.879.697,89
SOMA DO PASSIVO REAL	4.683.734,41	17.879.697,89
SALDO PATRIMONIAL		
ATIVO REAL LÍQUIDO		
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	1.582.451,35	754.921,24
PASSIVO COMPENSADO		
Material Permanente - Convênios	272.287,72	232.155,08
Contrapartida de Valores de Terceiros	0,00	83.956,86
TOTAL GERAL	6.538.473,48	18.950.731,07

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras